UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA LITORAL NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

IVANA DA SILVA NUNES

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ESCOLA COMUM:
governamento e processos de subjetivação

OSÓRIO
2024

IVANA DA SILVA NUNES

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ESCOLA COMUM:

governamento e processos de subjetivação

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Educação, Culturas, Linguagens e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.ª Dra. Helena Venites Sardagna

Coorientador: Prof. Dr. Vinicius Martins Flores

OSÓRIO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação de Publicação na Fonte

N972e Nunes, Ivana da Silva.
A educação de surdos na escola comum: governamento e processos de subjetivação / Ivana da Silva Nunes - Osório, 2024.

119f., il.

Orientadora: Profª. Drª. Helena Venites Sardagna.
Coorientador: Prof. Dr. Vinicius Martins Flores.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Mestrado Profissional em Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Culturas, Linguagens e Práticas Sociais, Unidade em Litoral Norte - Osório, 2024.

1. Educação de surdos. 2. In/exclusão. 3. Governamento. 4. Governamentabilidade. 5. Subjetivação. I. Sardagna, Helena Venites. II. Flores, Vinicius Martins. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Carina Lima CRB10/1905

IVANA DA SILVA NUNES

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ESCOLA COMUM:
governamento e processos de subjetivação

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Educação, Culturas, Linguagens e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.ª Dra. Helena Venites Sardagna

Coorientador: Prof. Dr. Vinicius Martins Flores

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA AVALIADORA

_____
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Helena Venites Sardagna
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

_____
Coorientador: Prof. Dr. Vinicius Martins Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

_____
Prof.ª Dr.ª Aline Dubal Machado
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS/Osório

_____
Prof.ª Dr.ª Graciele Marjana Kraemer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

_____
Prof.ª Dr.ª Rochele da Silva Santaiana
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Dedico a presente dissertação a Deus, que me fortalece e capacita, e aos meus pais Juarez Sebastião Nunes e Dilene Maria da Silva Nunes por me apoiarem incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Uma das certezas que pude ter ao longo dos últimos anos é que ninguém, por mais brilhante que seja, constrói sozinho, e eu tive a sorte de ter muitas pessoas que me ajudaram a construir essa realização tão significativa em minha vida e carreira.

Agradeço a Deus por todas as oportunidades que ele coloca na minha vida, por ter me fortalecido nos dias difíceis e por ter me capacitado ao longo da estrada. Gostaria de expressar minha profunda gratidão a minha orientadora Prof.ª Dr.ª Helena Venites Sardagna por toda a paciência e incentivo que me foram essenciais para a execução dessa pesquisa. Agradeço ao meu coorientador Prof. Dr. Vinicius Martins Flores por todo apoio e olhar atencioso. As sugestões e críticas de vocês foram fundamentais. Agradeço também aos membros da banca examinadora, Prof.ª Dr.ª Aline Dubal Machado, Prof.ª Dr.ª Graciele Marjana Kraemer e Prof.ª Dr.ª Rochele da Silva Santaiana, pelas valiosas contribuições e tempo dedicado à avaliação do meu trabalho. Em especial ao “sim” da Prof.ª Dr.ª Aline Dubal Machado, que abriu a primeira porta para o conhecimento da Libras, me fazendo conhecer e me apaixonar pela Comunidade Surda.

Gostaria de expressar minha gratidão à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) por todo suporte necessário, como também aos meus colegas e amigos do Grupo de Pesquisa Educação e Processos Inclusivos (GPEDI), que a cada discussão e ideia compartilhada enriqueceram meu olhar. Agradeço aos voluntários e à instituição que participaram do estudo e compartilharam suas experiências.

Um agradecimento a minha família, em especial aos meus pais, Juarez Sebastião Nunes e Dilene Maria da Silva Nunes, que sempre me incentivaram a buscar nos estudos uma vida e um futuro melhor. Agradeço também as minhas irmãs Vanessa da Silva Nunes e Andressa da Silva Nunes pelo apoio incondicional ao longo dessa jornada. Vocês todos me ensinaram o que é o amor e como ele é potente e transformador. Também sou grata por todos os amigos, aos Jovens Sarados do Rio Grande do Sul que de formas diferentes contribuíram para essa realização.

Finalmente, sou grata a todos que de alguma forma cruzaram o meu caminho e deixaram um pouco de si comigo, me fazendo crescer, persistir e confiar em mim. A todos, que direta ou indiretamente, estiveram presentes nesse processo, minha sincera gratidão.

“Que não produzamos simetrias onde as palavras se desfazem em desordem. E sobretudo, que não insistamos mais em nomear o inominável, em administrar as diferenças para mitigar a dor, em varrer para debaixo do tapete toda a banalidade produzida em torno do outro.”

(Skliar, 2003, p. 28)

RESUMO

A presente dissertação expõe uma pesquisa que se propôs a analisar a Educação de Surdos produzida a partir de uma matriz inclusiva, em uma escola pública de Educação Básica do município de Osório/RS. O estudo parte de uma revisão de literatura sob os descritores “Educação de Surdos”, “subjetivação”, “governamento”, “governamentalidade” e “in/exclusão”. Elenca um marco histórico da Educação de Surdos, além de apresentar regulamentos legais sobre o tema. Com a contribuição de estudos sobre a Educação de Surdos, discute concepções sobre o surdo e surdez no contexto de uma produção histórica, mobilizada por poderes e saberes que dirigem as condutas dos sujeitos surdos, produzindo subjetividades alinhadas a demandas políticas e mercadológicas. Esses mesmos estudos contribuem para constituir olhares mais abertos sensíveis para os sujeitos surdos e a problematizar práticas que marcaram suas trajetórias, com vistas a normalizações ou exclusões. Para tanto, é pertinente a inspiração em noções conceituais como governamentalidade, governamento, subjetivação e in/exclusão. A metodologia é de cunho qualitativo, do tipo estudo de caso, e as informações foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada, a partir de roteiro e diário de campo. Participaram da entrevista profissionais da educação que atuam em uma escola de Educação Básica do município de Osório/RS, sob o nome fictício de Escola Campestre, como a diretora, vice-diretora e a profissional Tradutora-Intérprete de Língua de Sinais (TILS). Participou ainda a mãe de um estudante surdo egresso da escola em questão. O exercício analítico permitiu elencar três eixos: O olhar da Gestão Escolar: experiências com alunos surdos; A mediação do profissional TILS na escola; e “Era uma inclusão que excluía”: a percepção familiar. A partir do estudo, foi possível considerar que há muitos tensionamentos que perpassam a Educação de Surdos nos estudos e pesquisas que embasam esta dissertação e que também abarcam o contexto de estudo da escola referenciada. Dentre os pontos está o discurso da inclusão, que adentra a escola como um imperativo e promove governamentos capazes de minimizar a cultura surda em detrimento a um acento normalizador, referenciado na perspectiva ouvintista, promovendo práticas de in/exclusão constantemente. Por outro lado, as discussões contribuem para problematizar essa lógica e fortalecer a escola como um espaço de elevação da Educação de Surdos, por meio de processos de subjetivação que nos convocam a viver as experiências com o outro, ao invés de definir suas condutas. Convocam-nos a valorizar a comunidade surda e suas demandas culturais e identitárias, quando se assume o compromisso de promover um ambiente bilíngue, com a comunicação por meio da Língua de Sinais.

Palavras-chave: Educação de Surdos. In/exclusão. Governamento. Governamentalidade. Subjetivação.

ABSTRACT

This dissertation presents a research that aimed to analyze the Deaf Education produced from an inclusive matrix, in a public Basic Education school in the municipality of Osório/RS. The study is based on a literature review under the descriptors “Deaf Education”, “subjectivation”, “government”, “governmentality” and “in/exclusion”. It lists a historical framework for Deaf Education, in addition to presenting legal regulations on the topic. With the contribution of studies on the deaf education, it discusses concepts about the deaf and deafness in the context of a historical production, mobilized by powers and knowledge that direct the conduct of deaf subjects, producing subjectivities aligned with political and market demands. These same studies contribute to establishing more open, sensitive perspectives on deaf subjects and problematizing practices that marked their trajectories, with a view to normalization or exclusion. To this end, inspiration from conceptual notions such as governmentality, governance, subjectivation and in/exclusion is pertinent. The methodology is of a qualitative case study type and the information was obtained through semi-structured interviews based on a script and field diary. Education professionals who work at a Basic Education school in the city of Osório/RS, under the fictitious name of Escola Campestre, participated in the interview, such as the director, deputy director and the professional Sign Language Interpreter (TILS). The mother of a deaf student who graduated from the school in question also participated. The analytical exercise allowed us to list three axes: the perspective of School Management: experiences with deaf students; the mediation of the TILS professional at the school; and “It was an inclusion that excluded": family perception. From the study, it was possible to consider that there are many tensions that permeate Deaf Education in the studies and research that support this dissertation and that also encompass the study context of the referenced school. Among the points is the discourse of inclusion that enters the school as an imperative, which promotes governments capable of minimizing deaf culture to the detriment of a normalizing emphasis, referenced from the hearing perspective, constantly promoting practices of in/exclusion. Discussions contribute to problematizing this logic and strengthening the school as a space for elevating Deaf Education, through processes of subjectivation that call us to live experiences with others instead of defining their conduct. and their cultural and identity demands, when a commitment is made to promote a bilingual environment, with communication through Sign Language.

Keywords: Deaf Education. In/exclusion. Governance. Governmentality. Subjectivation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa geral do município de Osório/RS.....23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas.....26
Quadro 2 – Pesquisas que evidenciam um discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista.....37
Quadro 3 – Pesquisas que evidenciam práticas e estratégias de in/exclusão que fazem a gestão do percurso do estudante surdo.....38
Quadro 4 – Pesquisas que apontam as dificuldades da escola em promover a inclusão e de praticar o Ensino Bilíngue nas escolas.....39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CEB	Câmara de Educação Básica
CEED	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GPEDI	Grupo de Pesquisa Educação e Processos Inclusivos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LPE	Língua Portuguesa Escrita
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
TILS	Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 CONTEXTO DA PESQUISA 21

2.1 A CIDADE DE OSÓRIO/RS 21

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA “ESCOLA CAMPESTRE” 22

3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NA INTERFACE DAS NOÇÕES DE SUBJETIVAÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E IN/EXCLUSÃO: REVISÃO DE LITERATURA 24

4 MARCO HISTÓRICO E LEGAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS 40

4.1 FRAGMENTOS DE PERCURSOS DA COMPREENSÃO DO SUJEITO SURDO 40

4.2 CONCEPÇÕES SOBRE SURDO E SURDEZ 44

4.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇAO DE SURDOS 46

5 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA 50

5.1 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE SURDOS 50

5.2 GOVERNAMENTALIDADE, GOVERNAMENTO E EDUCAÇÃO DE SURDOS 53

5.3 A IN/EXCLUSÃO E SEUS DISPOSITIVOS 57

5.4 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS PARA O ESTUDO DE CASO 60

6 OLHARES PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS: EXERCÍCIO ANALÍTICO 64

6.1 O OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA COM ALUNOS SURDOS 64

6.2 A MEDIAÇÃO DA PROFISSIONAL TILS 71

6.3 “ERA UMA INCLUSÃO QUE EXCLUÍA”: A PERCEPÇÃO FAMILIAR 75

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 79

8 PRODUTO 81

8.1 ARTIGO CIENTÍFICO 81

REFERÊNCIAS.....82
APÊNDICE.....92
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com familiar de aluno surdo 92
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a Gestão Escolar.....93
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais 94
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....95
APÊNDICE E – Produto (Artigo científico) 99

1 INTRODUÇÃO

Existem no Brasil, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Locomotiva e a Semana de Acessibilidade Surda[1], cerca de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, sendo 2,3 milhões com deficiência auditiva severa. Aproximadamente 7% possuem Ensino Superior completo; 15% frequentaram a escola até o Ensino Médio; 46% até o Ensino Fundamental; e 32% não possuem grau de instrução, demonstrando que a falta de acolhimento e inclusão limitam o acesso dos surdos a alguns contextos sociais, como educação e mercado de trabalho (Gandra, 2019).

Durante muitos séculos, a educação, as políticas, os saberes médicos e outros dispositivos sociais têm sido pensados e elaborados sob a perspectiva dos ouvintes, resultando na frequente ignorância em relação aos surdos e na falta de consideração deles como sujeitos potentes diante de suas capacidades. Estudos evidenciam que esse grupo de pessoas é desvalorizado profissionalmente e não é reconhecido como sujeitos capazes de produzir, sendo a surdez vista como um impedimento e uma incapacidade (Tavares, 2008).

Sendo assim, retorno ao meu primeiro semestre no curso de Psicologia, deparando-me com o motivo que me fez buscar conhecimentos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Naquele momento, no primeiro semestre, eu não imaginava que isso se tornaria um marco significativo em minha história acadêmica.

Foi ao ver um aluno de Psicologia que, assim como eu, encontrava-se perdido e angustiado com a recente saída do Ensino Médio, mas, diferente de mim, não tinha ninguém com quem pudesse compartilhar seus anseios. Ele era surdo e, em muitas aulas, a Tradutora-Intérprete de Libras (TILS) não estava presente, pois sozinha tinha que atender toda a instituição de ensino – que não estava capacitada para receber alunos surdos e ainda precisava se dividir entre os alunos surdos da instituição. Portanto, a questão não se limita à inclusão das pessoas surdas, e vai além de oportunizar acesso. É preciso garantir um ambiente sensível e aberto às diferenças,

[1] Censo realizado pelo Instituto Locomotiva que é um instituo de pesquisa com metodologias e ferramentas durante a Semana de Acessibilidade Surda que acontece em setembro em alusão ao Dia 26 de setembro dia Nacional do Surdo.

capaz de compreender as especificidades de cada um, de modo que sejam contemplados em seus direitos básicos de comunicação (Rosa, 2011).

Meu primeiro movimento foi me aproximar do mencionado colega e da TILS, aprendendo os primeiros sinais (como cumprimentá-lo quando ele chegasse à aula e como se escrevia o seu nome em Libras). Dessa forma, fui aprendendo a me comunicar com ele e conheci o sinal para o meu próprio nome, que também possui uma representação própria em Libras.

Aos poucos, percebi que aprender apenas alguns sinais não era suficiente para me comunicar plenamente com ele. Por isso, comecei a buscar cursos de Libras. Encontrei a submissão de inscrição para o curso de Libras Nível l do Instituto Federal em Osório/RS, mas não consegui homologar a inscrição inicialmente, porém fui persistente. Após várias tentativas junto à coordenação, consegui assistir à primeira aula do curso e, com muita dedicação, garanti uma vaga.

A experiência na primeira aula foi incrível. Esperei até o fim para questionar se eu poderia participar e, após receber a confirmação, iniciei minha jornada no curso. Dessa forma, me aprofundei nos conhecimentos a respeito dos estudos surdos, concluindo a minha faculdade com trabalhos científicos na área, destacando-me na pesquisa, através de apresentações em congressos, e enfrentando o desafio de realizar atendimentos psicológicos para surdos.

Considerei, portanto, o território da cidade de Osório, no Rio Grande do Sul, fértil para a realização de uma pesquisa capaz de compreender e problematizar o processo de inclusão de alunos surdos no contexto da Educação de Surdos. Essa perspectiva se fundamenta no fato de que a cidade é conhecida por sua atuação na luta pela Educação de Surdos, com a criação de turmas específicas para esses alunos, cursos de Libras, eventos de capacitação, debates, promoção da cultura surda e outras iniciativas.

As minhas aproximações com o tema me possibilitaram perceber que as práticas escolares foram historicamente organizadas tendo por base o padrão da pessoa ouvinte, se constituindo uma “perspectiva ouvintista”[2].

---

[2] Segundo a definição no dicionário da Academia Brasileira de Letras ([2022]), o verbete “Ouvintismo” é definido como: 1. Discriminação e preconceito contra pessoas surdas, com base no padrão da capacidade de ouvir. 2. Prática que consiste em conferir a pessoas surdas tratamento desigual (desfavorável ou exageradamente favorável), baseando-se na crença equivocada de que elas são menos aptas às tarefas da vida comum.

O “ouvintismo” é um termo analisado por Skliar[3] (1998 *apud* Skliar; Quadros, 2000, p. 16) relacionado a “um conjunto de representações dos ouvintes a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. É visto como deficiente por não ser ouvinte e é submetido a práticas terapêuticas.

O percurso profissional na área da Psicologia e a interação com instituições educacionais são fundamentais para a realização da pesquisa. Muitos alunos surdos procuram tratamentos psicológicos para compreender suas identidades e processos de subjetivação. A escola, por sua vez, se apresenta como um espaço com diversas possibilidades de auxílio nessas elaborações.

Pensar a Educação de Surdos exige a constituição de espaços formativos que não se limitam à uma matriz inclusiva dada pela oferta da Educação Bilíngue para surdos, onde os educadores são os sabedores de antemão sobre o percurso formativo para o estudante surdo, com seus lugares de chegada.

Vieira-Machado e Lopes (2016) problematizam a constituição discursiva da surdez na subjetivação das práticas dos professores e argumentam em favor de processos formativos “como algo produtivo no sentido formativo do sujeito, algo que, aliado à experiência produzida, seja capaz de levar à transformação de si, do outro e do próprio conceito de educação bilíngue” (p. 657).

E foi a participação nos “ciclos de leitura” promovidos pelo Grupo de Estudos Educação e Processos Inclusivos (GPEPI-UERGS/CNPq), liderado pela professora Helena Venites Sardagna, que me provocou a problematizar a Educação de Surdos na relação com o “governamento” e com os “processos de subjetivação”. Estes ciclos são organizados com leituras e aprofundamentos de estudos de obras de Michel Foucault e de pesquisadores que se inspiram em seus estudos, e a partir dos quais busquei apoio em alguns conceitos como “governamentalidade”, “governamento”, “subjetivação” e “in/exclusão”.

Esta inspiração possibilitou-me olhar para a Educação de Surdos e para os processos inclusivos relacionando com a noção de in/exclusão (Lockmann, 2014; Veiga-Neto; Lopes, 2011), o que provoca a pensar as peculiaridades do nosso tempo, refletindo sobre as atuais formas de inclusão e exclusão que não são faces opostas, mas uma funde-se com a outra (Veiga-Neto; Lopes, 2011). Fui provocada também a me aproximar das noções de governamento e de governamentalidade em Foucault

[3] SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

(1998, 2008) para pensar o contexto escolar, marcado por práticas que guiam a conduta do outro, sob padrões advindos de normalizações sociais.

No curso *Segurança, Território e População*, Foucault (1998, 2008) analisa a governamentalidade, ao examinar o problema da população, por volta do século XVIII, e identifica o deslocamento do foco no território para a população, por meio de uma ciência política. Nesse contexto, se constituem táticas e técnicas para conduzir essa população.

A noção de governamentalidade oferece, para o presente estudo, elementos para compreender o contexto social, educacional, na relação entre indivíduo e coletivo, e pode servir como uma "grade de leitura" para perceber práticas de governamento que operam na subjetivação dos indivíduos-alvo da inclusão (Morgenstern, 2019).

A noção de governamento é proposta por Veiga-Neto (2005), ao traduzir para a Língua Portuguesa o conceito de governo que Michel Foucault esboça para analisar procedimentos que visam dirigir a conduta dos homens (Foucault, 2011). Essa noção foi empregada no sentido de olhar para as práticas evidenciadas em relação à Educação de Surdos, tendo em vista o contexto escolar de uma instituição pública de ensino do município de Osório/RS, a partir das percepções das participantes[4] da pesquisa: diretora; vice-diretora; TILS; e mãe de aluno surdo, egresso da instituição participante.

Assim, convém ainda relacionar à noção de subjetivação, compreendida, sob inspiração em Foucault (1997, 2011), como os processos através dos quais nos tornamos sujeitos e os meios pelos quais somos capturados por nossas relações no processo de subjetivação. Sobre esse tema, Foucault (2011, p. 152) afirma: "Tenho procurado sair da filosofia do sujeito por meio de uma genealogia desse sujeito, estudando a constituição do sujeito através da história na qual resultou o conceito moderno de sujeito". Nesse sentido, Castro (2009, p. 190) analisa que "todo trabalho de Foucault poderia ser visto como uma analítica filosófico-histórica das práticas de subjetivação", pois o sujeito que foi o tema central das suas investigações. Essas práticas são "[...] também formas de objetivação, isto é, dos modos em que o sujeito foi objeto de saber e poder para si mesmo e para os outros" (Castro, 2009, p. 189). O

[4] As quatro pessoas que aceitaram participar da pesquisa são do gênero feminino.

autor ainda complementa que “[....] foram as práticas de governamentalidade que constituíram a subjetividade ocidental” (Castro, 2009, p. 190).

Quanto à noção de governo, segundo Castro (2009, p. 190), há duas maneiras de expressar: “o governo com relação entre sujeitos e o governo como relação consigo mesmo”. Essa noção pode ser compreendida na articulação entre as relações de poder e a condução de indivíduos e de grupos. Voltarei a discutir a partir desses conceitos no capítulo 5 desta dissertação.

Considerando a relevância dos estudos surdos e a importância de fatores sociais no processo de escolarização, a relevância da pesquisa está ligada à importância de constituir um olhar problematizador às práticas de um imperativo de inclusão aos sujeitos surdos, e, ao mesmo tempo, de contribuir para um olhar sensível aos anseios e às necessidades das pessoas surdas, amparando o desenvolvimento de recursos cada vez mais potentes e assertivos para os processos formativos dos surdos no âmbito educacional. Essas problematizações mobilizaram o questionamento que guiou a pesquisa e a formulação de objetivos, assim como a criação do produto que visa a socialização dos conhecimentos produzidos na pesquisa por meio de artigo científico, que se encontra em apêndice neste relatório.

Como já informado, o processo investigativo foi realizado a partir do contexto de uma escola estadual do município de Osório/RS. Foi denominada pelo nome fictício de “Escola Campestre” para manter o anonimato. As informações foram obtidas a partir de entrevista semiestruturada com quatro sujeitos envolvidos com a Educação de Surdos: duas pessoas pertencentes à equipe diretiva da escola, uma pessoa que atua como profissional TILS e uma pessoa que é familiar de aluno surdo egresso da escola em questão.

O estudo questionou: como a Educação de Surdos vem sendo produzida em uma escola pública de Educação Básica no município de Osório/RS, a partir de uma matriz inclusiva? O *objetivo geral* foi analisar como a Educação de Surdos vem sendo produzida a partir de uma matriz inclusiva em uma escola pública de Educação Básica do município de Osório, considerando a experiência de profissionais da educação e de familiar.

Como *objetivos específicos*, a pesquisa elencou:

a) Evidenciar saberes do campo educacional, político e clínico que operam nas práticas de Educação de Surdos;

b) Compreender como a Educação de Surdos é concebida a partir da experiência de familiar de estudante surdo;
c) Compreender a Educação de Surdos pelo olhar de profissional da Gestão Escolar e de profissional TILS;
d) Tensionar como a matriz inclusiva está implicada em processos de subjetivação e de in/exclusão dos sujeitos surdos;
e) Promover a socialização dos conhecimentos produzidos na pesquisa por meio de artigo científico.

O texto está organizado em oito capítulos, que expressam as etapas da pesquisa. Após esta introdução, o capítulo dois descreve o contexto da pesquisa e alguns aspectos que caracterizam a instituição participante. No capítulo três está a revisão de literatura, que foi uma das primeiras ações da pesquisa. Na sequência está o capítulo quatro que apresenta alguns marcadores históricos e legais sobre a Educação de Surdos. Já, no capítulo cinco consta a abordagem teórico-metodológica que embasa a pesquisa. No capítulo seis está a empiria da pesquisa, que resultou do exercício analítico, organizado em três eixos: O olhar da Gestão Escolar: a experiência com alunos surdos; A mediação da profissional TILS na escola; “Era uma inclusão que excluía”: a percepção familiar. Por fim, o capítulo sete apresenta as considerações finais, e o capítulo oito traz uma descrição do produto que se encontra na íntegra em apêndice (D), intitulado *Educação de Surdos na interface das noções de subjetivação, governamentalidade e in/exclusão: um estudo de revisão*.

2 CONTEXTO DA PESQUISA

2.1 A CIDADE DE OSÓRIO/RS

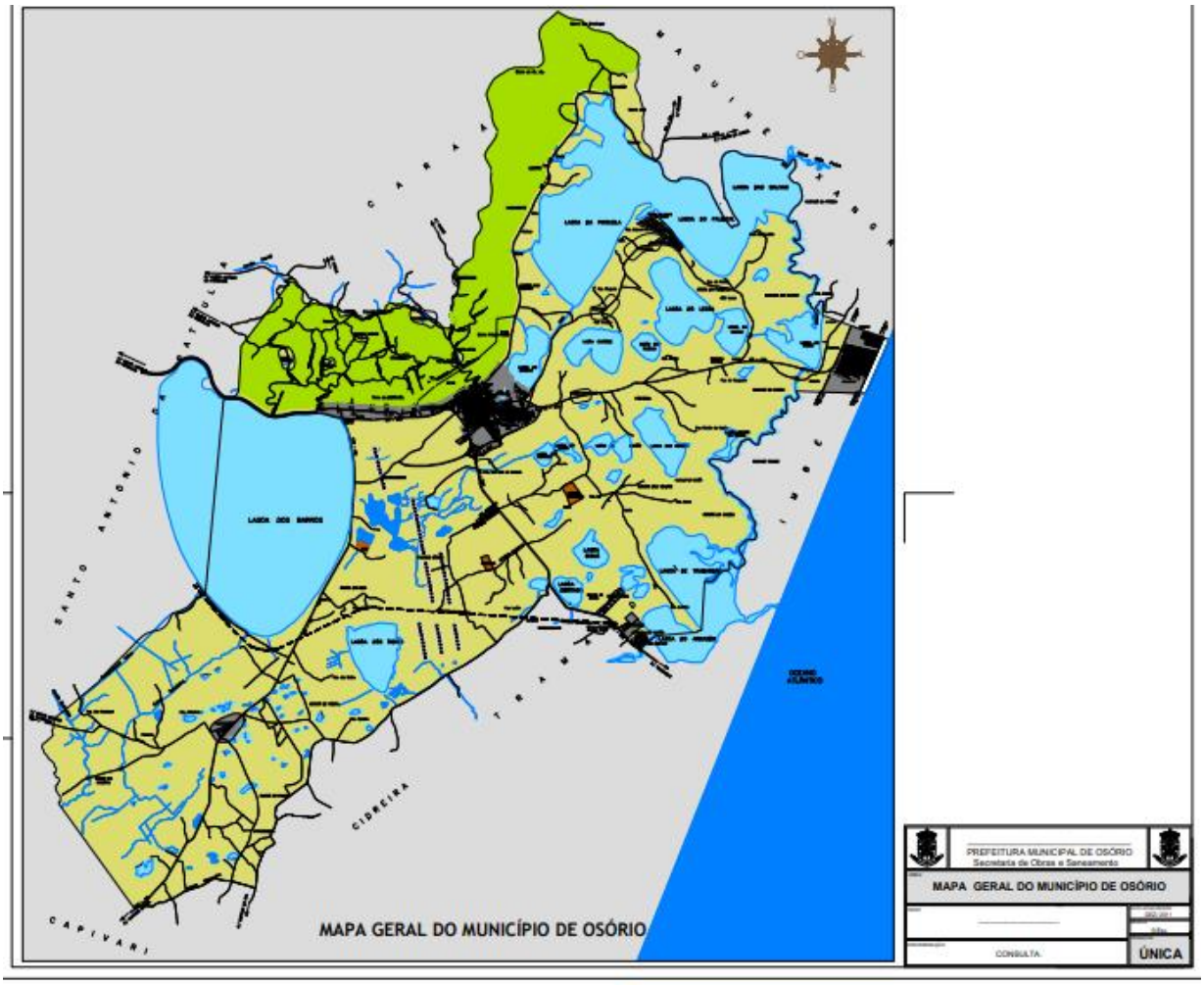
A cidade de Osório é um município brasileiro localizado na região do litoral norte no estado do Rio Grande do Sul. Sua história teve início em 1773, quando recebeu o nome de Conceição do Arroio e estava subordinada ao município de Santo Antônio da Patrulha. Somente em 1857 obteve sua emancipação, passando a se chamar Osório em 1938 (Osório, c2023).

A cidade é conhecida como a “Cidade das Lagoas” (Figura 1), devido às suas 23 lagoas, algumas das quais estão interligadas, e também como a “Cidade dos Bons Ventos”, em referência aos fortes ventos da região e à presença de 150 aerogeradores no Complexo Eólico de Osório. O município é composto por 5 distritos: Aguapés, Atlântida-Sul, Borússia, Passinhos e Santa Luzia (Duarte, 2021).

Osório é considerada o centro de entrada para o litoral norte gaúcho, localizada estrategicamente entre a capital Porto Alegre e a cidade de Torres, ponto de saída do estado do Rio Grande do Sul. Segundo o site institucional da Prefeitura de Osório, milhares de turistas uruguaios, argentinos e gaúchos cruzam todos os anos por ela, utilizando as rodovias BR 290 (Free Way – Estrada General Osório), BR 101 e RS 389 (Estrada do Mar) (Osório, c2023).

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, a cidade de Osório possui um território de 663,878km² e uma população de aproximadamente 46.815 pessoas (IBGE, c2023).

Figura 1 – Mapa geral do município de Osório/RS



Fonte: Retirado do site institucional da Prefeitura Municipal de Osório/RS (Osório, c2023).

A cidade de Osório possui 24 escolas de Ensino Fundamental e 7 escolas de Ensino Médio, nas três redes de ensino. No ano de 2023, foram realizadas 5.911 matrículas no Ensino Fundamental e 2.080 matrículas no Ensino Médio. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de 5,8 para os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública e 5,1 para os anos finais do Ensino Fundamental na rede pública (IBGE, c2023).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA “ESCOLA CAMPESTRE”

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Campestre (nome fictício escolhido para denominar a escola selecionada para a pesquisa) foi fundada em 8 de maio de 1962, quando atendia os anos iniciais de 1ª a 4ª série, como então era denominado. Está localizada em um bairro do município de Osório e é vinculada à rede estadual de

ensino. Ao longo do tempo, a escola foi ampliando seu atendimento, e em 1982 foi autorizado o funcionamento da classe especial para pessoas com necessidades específicas. Em 1993, foi autorizada a sala de recursos, bem como as classes de Jardim de Infância. Em 1996, recebeu autorização para funcionamento da classe específica para surdos de “1ª a 4ª série”, de acordo com o Parecer 555/1996.

Em 2002, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, na Resolução 267/2002 do Conselho Estadual de Educação (CEED) e no Parecer CEED 441/2002, tem início a 1ª classe especial de Educação Infantil da escola. Em 2003, tem início a “5ª série da classe específica para surdos”.

No ano de 2005, a escola recebeu a autorização, através do Parecer 635/2005 do CEED, para o funcionamento do Ensino Fundamental completo, inclusive para as classes específicas de surdos (Rio Grande do Sul, 2005). Desta forma, além dos ouvintes, os alunos surdos passaram a ter uma escola que lhes proporcionava o Ensino Fundamental completo. Neste período, receberam cerca de 400 alunos, tendo recebido destaque em todo o litoral norte.

A pesquisa foi realizada a partir da situação dos anos anteriores a 2024, pois neste ano, a escola não possuia aluno surdo matriculado, nem turmas específicas de alunos surdos, como havia em momentos anteriores. Porém, havendo demanda, a escola conta com serviço de apoio e Educação Bilíngue por meio de TILS.

No ano de 2024, a escola atende a cerca de 430 alunos distribuídos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São 230 alunos nos anos iniciais e 200 nos anos finais. Destes, constam ainda 17 alunos vinculados à Educação Especial. O quadro é composto de 23 professores, sendo 10 dos anos iniciais e 8 dos anos finais. No último IDEB de 2023, a escola pontuou 6,3 nos anos iniciais e 5,2 nos anos finais. Pelo Censo Escolar, a taxa de rendimento é de 100% para os anos iniciais e 99% para os anos finais.

Quanto ao aspecto físico, a escola tem acessibilidade em suas dependências da escola em corredores, salas e um sanitário acessível. Possui cozinha e refeitório, nove salas de aula, biblioteca, sala de leitura, sala de direção e de professores e sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os alunos utilizam *notebooks* na sala de aula, disponibilizados pela escola. Há internet com banda larga e equipamentos como impressora, retroprojetor e televisão.

Na sequência, o texto apresenta a revisão de literatura, movimento que contribuiu para a delimitação do objeto de pesquisa.

3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NA INTERFACE DAS NOÇÕES DE SUBJETIVAÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E IN/EXCLUSÃO: REVISÃO DE LITERATURA

O estudo para a pesquisa se iniciou com essa etapa, o que foi fundamental para conhecer as problematizações contemporâneas sobre o processo de Educação de Surdos na escola comum. A discussão abrange 16 estudos, selecionados por meio de levantamento na plataforma Google Scholar (em português, Google Acadêmico), em um recorte temporal de cinco anos, iniciando em 2019 e encerrando em 2023.

A revisão considerou os descritores “Educação de Surdos”, “subjetivação”, “governamento”/“governamentalidade” e “in/exclusão” no período de 2019 a 2023, utilizando como repositório a plataforma Google Scholar. Após o levantamento, que incluiu a combinação dos descritores “Educação de Surdos” AND “subjetivação”, “governamentalidade” AND “in/exclusão”, foram encontrados 350 artigos. Desses, foram lidos os títulos e resumos e selecionados 15 artigos para leitura completa, após um refinamento, considerando a proximidade do referencial teórico dos estudos foucaultianos e a Educação de Surdos.

Esta busca foi realizada na etapa exploratória da pesquisa, nos primeiros movimentos de aprofundamento do objeto de pesquisa. Todavia, juntamente com a etapa da empiria da pesquisa, foi elaborado um artigo da revisão de literatura para submissão em periódico, quando foi acrescentado mais um artigo do ano de 2023, totalizando 16 pesquisas que compõem a discussão. No entanto, a presente seção que abarca a revisão de literatura realizada no início da pesquisa se manteve como foi apresentada no projeto de qualificação, e o artigo produzido a partir desta seção está em apêndice, pois figura o produto da pesquisa e foi redigido segundo o formato do periódico *Quaestio: Revista de Estudos em Educação* (*qualis* A3). O produto será disponibilizado para o repositório somente após ser publicado, para se manter como inédito.

A seguir, serão apresentadas descrições dos 15 artigos e, posteriormente, a discussão que foi desenvolvida em três enfoques: (a) pesquisas que evidenciam um discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista; (b) pesquisas que evidenciam práticas e estratégias de in/exclusão que fazem a gestão do percurso do estudante surdo; e (c) pesquisas que apontam as dificuldades da escola em promover a inclusão e de praticar o Ensino Bilíngue nas escolas.

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
Inclusão escolar do aluno surdo	Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo; Karla Benites	Universidade Federal da Grande Dourados	2019
O projeto Acreditar é Investir: os processos de in/exclusão e as estratégias de governamento no CAIC/FURG	Guilherme Botelho Chagas	Universidade Federal do Rio Grande	2019
A escola regular contemporânea e o aluno surdo/deficiente auditivo: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares	Camila Righi Medeiros Camillo	Universidade Federal de Santa Maria	2020
Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea	Márcia Lise Lunardi-Lazzarin; Anie Pereira Goularte Gomes; Camila Righi Medeiros Camillo	Universidade Federal de Santa Maria	2020
Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola	Silvana Matos Uhmann	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	2020
Governamentalidade, deficiência e educar: possibilidades da Ética da Amizade como resistência	Kaliny Ferraz	Universidade Estadual Paulista	2020
O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Universidade Federal de São Carlos	2020
Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas	Graciele Oliveira Faustino	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2021
Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC	Nicolle Eduarda Martinelli; Patrícia Graff	Universidade La Salle	2021
A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação	Pedro Henrique Witchs	Universidade Federal do Espírito Santo	2021
A constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas	Luisa Leoncio Monti; Vanessa Regina de Oliveira Martins	Universidade Federal de São Carlos	2022

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
Trajetividades com outros-juntos: o que pode uma docência com a presença-vida Surda na escola comum?	Letícia Dell' Osbel	Universidade Federal de Santa Maria	2022
Uma experiência do ensino da Língua Brasileira de Sinais na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola regular: vivenciando o protagonismo do discente com surdez	Rosiane Sousa Pereira	Universidade do Vale do Taquari	2022
Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica	Thiago Vaceli Martins	Universidade Estadual Paulista	2022
Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar	Franciele Fernandes da Silva; Daniela Medeiros; Maria Simone Vione Schwengber	Universidade Federal de Santa Maria	2023
Infâncias, surdez e currículo: para pensar vidas outras	Gabriel Silva Xavier Nascimento; Tássio Acosta Rodrigues	Universidade Federal de São Carlos	2023

Fonte: Autora (2024).

Na sequência, está um exercício descritivo e analítico a partir dos textos elencados acima, em que se estabelece relação entre eles, levando em conta as problematizações da pesquisa e a operação com noções do pensamento foucaultiano.

A pesquisa denominada *Inclusão escolar do aluno surdo*, realizada por Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo e Karla Benites (2019), busca problematizar a inclusão do aluno surdo, refletindo sobre as condições da educação na qual o aluno surdo está inserido, norteando o estudo através do problema de pesquisa: "A escola está preparada para receber o estudante surdo?" (Rizzo; Benites, 2019, p. 73).

O método utilizado foi a revisão de literatura de cunho qualitativo, objetivando discutir as práticas pedagógicas realizadas para os alunos surdos através da análise do conceito de in/exclusão. Dessa forma, a pesquisa foi dividida em três sessões: o contexto da Educação de Surdos no Brasil; discussão dos alunos surdos a respeito do pensamento deles sobre a inclusão; e as considerações sobre os dados da pesquisa.

Os resultados demonstraram que ainda existem grandes dificuldades por parte das escolas na estrutura do funcionamento para atender as necessidades específicas dos alunos surdos (língua de instrução, processo de aprendizagem e outros). O estudo permite refletir que a inclusão dos alunos surdos, vai além dessas necessidades, é também, fundamental que a comunidade escolar e a sociedade tenham consciência cultural e aprofundada sobre os surdos (Rizzo; Benites, 2019).

Camila Righi Medeiros Camillo (2020) apresenta em sua pesquisa *A escola regular contemporânea e o aluno surdo: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares* uma discussão sobre os efeitos de determinados regimes de verdade em algumas formas de subjetivação de alunos surdos, buscando defender a tese de que a educação conteudista produz resistência a práticas pedagógicas com mais empatia e respeito aos alunos surdos.

Para a melhor compreensão do sujeito escolar, Camillo (2020) considerou a noção de governamentalidade como ferramenta analítica, compreendendo a condução de vidas e práticas escolares e a conexão com as ações de governamento (maneiras de governar e conduzir) em âmbito individual e coletivo. Considerou a escola um espaço que sujeita e produz sujeitos, procurando compreender esses efeitos e relações.

Para a obtenção de dados, a autora utilizou um diário de campo a partir da experiência de observação, dinâmicas e entrevista com três alunos surdos/com deficiência auditiva, professores, educadores especiais, gestores e uma mãe. A partir da análise, foi possível identificar pontos que confirmam a tese de que são nas experiências escolares que os alunos surdos conseguem se atentar de maneira mais sensível às suas singularidades, e que são as práticas pedagógicas pensadas com mais empatia e respeito com o outro que tornam possível a construção de um caminho para lidar com a lógica escolar conteudista. Práticas desenvolvidas com mais empatia que criam formas possíveis para a condução das práticas e das relações com os sujeitos surdos no âmbito educacional (Camillo, 2020).

A pesquisa *Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea*, de Lunardi-Lazzarin, Gomes e Camillo (2020), busca a partir da análise de um estudo realizado em 13 escolas específicas do Rio Grande do Sul, compreender a articulação entre os conceitos de cultura e de aprendizagem, operando com dois possíveis conceitos-ferramenta –

“subjetivação” e “dispositivo pedagógico” – visando pensar a produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea.

As autoras levantaram questionamentos com a pesquisa, como por exemplo: “Como os sujeitos surdos estão conduzindo a si mesmos e a outros surdos nesse contexto bilíngue?”, construindo a partir dessas inquietações espaço para pensarmos nas imbricações entre língua e cultura, aprendizagem e subjetivação e/ou modos de vida (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020).

Para essa compreensão, foram selecionados entre 156 sujeitos, 20 entrevistas com alunos surdos e 4 entrevistas com professoras. O estudo elegeu dois elementos norteadores: os dados do projeto de pesquisa *Produções culturais surdas no contexto da Educação Bilíngue*; as problematizações da Educação de Surdos levantadas pelos próprios profissionais pesquisadores que atuam nessa área (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020).

As autoras argumentam que quando colocamos a escola como um lugar que é ou não, que significa a vida dos que estão ali, sejam alunos surdos ou ouvintes, ou o que esperamos dela em relação a Educação de Surdos, construímos verdades sobre determinada realidade, conseguinte nos constituímos sujeitos nela (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020).

Dessa forma, o conceito-ferramenta de subjetivação ganha potência para a reflexão sobre os investimentos no âmbito pedagógico, sendo necessário compreender as formas nas quais as práticas vividas por cada sujeito interferem na relação da pessoa com ela mesma. A investigação acentua ainda as diferentes relações que o sujeito surdo experiencia hoje na escola (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020).

Os resultados da pesquisa puderam direcionar os olhares para os saberes sujeitados dos sujeitos surdos, que possuem um discurso em defesa das escolas específicas de surdos. Permite ainda refletir sobre o que vem sendo produzido sobre o ser surdo no contexto da Educação Bilíngue, e o que é possível capturar em relação aos desejos de ser, aprender e viver.

A pesquisadora Silvana Matos Uhmann (2020) apresenta em sua tese, *Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola*, discussões sobre a escolarização de alunos surdos, objetivando compreender o que gera os discursos de inclusão em uma escola do estado do Rio de Janeiro/RJ.

A pesquisa foi realizada a partir da inspiração foucaultiana, com o emprego do conceito de governamentalidade, fazendo uma articulação entre os conceitos foucaultianos e a noção de (in)exclusão de alunos surdos e os efeitos existentes nos processos de escolarização no Ensino Regular, destacando os discursos dos próprios alunos surdos.

Dessa forma, a pesquisa buscou responder a seguinte problematização: “Como a escolarização se apresenta para o aluno surdo e como o aluno surdo discursivamente reage a esta escolarização?” (Uhmann, 2020, p. 23). Para isso, foram analisados quatro pontos diferentes: as vivências de exclusão, os processos de normalização, a necessidade de resistência e a legitimação da diferença surda na escola (Uhmann, 2020).

Os resultados demonstraram que a inclusão de alunos surdos pode produzir vivências de exclusão e/ou a normalização de estratégias de correção da surdez, evidenciando a escola como um espaço passível às subjetivações dos alunos surdos, que, em muitas situações, desejavam não demonstrar a surdez, assim como a resistência de imposições ainda ouvintistas no espaço escolar e/ou legitimação da diferença como importantes para a qualificação da escolarização de alunos surdos.

A pesquisa intitulada *Governamentalidade, deficiência e educar: possibilidades da Ética da Amizade como resistência*, desenvolvida por Kaliny Ferraz (2020), tem como objetivo “[...] expor as relações de amizade enquanto modo criativo e resistente de inclusão dos alunos considerados deficientes no contexto escolar” (p. 10).

Ferraz (2020, p. 13) se inspirou nos estudos de Michel Foucault elencando os conceitos da governamentalidade e de cuidado de si, e levanta o problema de pesquisa: “Como se relacionar com os modos de vida desviantes no contexto das instituições, principalmente a escolar, que objetivam normalizar essas vidas que continuam resistindo?”.

O estudo apresenta uma análise das experiências sobre a inclusão e as observações realizadas como docente dentro de escolas públicas e privadas junto a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A pesquisa conclui que a inclusão é um modo de relação de poder dentro da escola e pode gerar novas possibilidades, que se desviam em relação aos modos de vida que preconizam a normalização, demonstrando-se como uma resistência operante (Ferraz, 2020).

A pesquisa *O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola* de Vanessa Regina de Oliveira Martins (2020), tem como objetivo produzir uma análise

filosófica da surdez-acontecimento, traçando um paralelo entre a ação das políticas educacionais (normalizadoras) e a microrrelação do cotidiano escolar, através do movimento de resistência das pessoas surdas às políticas de igualdade.

Martins (2020) utiliza-se do conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, destacando dois movimentos nas práticas inclusivas: o primeiro, agenciado na pauta da diversidade; o segundo, produzido pela lógica da diferença.

Os resultados demonstram que as práticas inclusivas para os surdos têm se dado, em racionalidade ouvinte, observando a ação da governamentalidade, tomando a racionalidade ouvinte sim, mas com outros focos: há que apontar uma mudança no ordenamento e na condução das vidas surdas para a ortodoxia da escrita, na consolidação de um currículo que confere o esperado, num projeto de trajeto que é feito para ouvintes e espelhado para os surdos. Martins (2020) buscou evidenciar a reflexão sobre essas práticas.

A pesquisa de Graciele Oliveira Faustino (2021) intitulada: *Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas* aborda a temática da Educação de Surdos, inclusão e modos de subjetivação. O objetivo proposto foi analisar as narrativas de experiências escolares dos alunos surdos incluídos em salas de aula comum do Ensino Regular.

A pesquisa foi sendo desenhada buscando referência nos estudos foucaultianos e estudos surdos na área da Educação, elencando como ferramentas teóricos-conceituais as noções de “matriz de experiência” e “subjetivação” (Faustino, 2021). O estudo foi realizado em Maceió/AL com 21 alunos surdos, utilizando-se de entrevistas-narrativas com esses alunos e de análise de informações de atores educacionais da escola elencada e do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).

Os conceitos escolhidos permitem realizar uma discussão sobre o presente, considerando processos multifatoriais que constituem modos de ser e de estar no mundo contemporâneo. A autora questiona ainda as práticas, os processos educacionais e a produção dos sujeitos em diversos contextos, dentre estes, a escola (Faustino, 2021).

Na discussão, a autora argumenta que os estudos surdos enfatizam a diferença, dão lugar a comunidade surda como protagonista, reconhecendo os marcadores culturais, como a Língua de Sinais e a experiência visual, assim como espaço para a existência das identidades. Reafirma que os estudos surdos em

Educação problematizam e questionam a Educação de Surdos, levantando discussões sobre o bilinguismo, Educação Inclusiva, escolarização de surdos e temas específicos dos modos de ser surdo (Faustino, 2021).

Os resultados da pesquisa consideraram que os alunos surdos, através de suas narrativas e exercícios de autorreflexão questionam o que está sendo considerado como inclusão escolar, evidenciando a experiência surda como uma possibilidade de resistência ao imperativo da inclusão escolar. Sendo assim, o surdo que está vivendo a inclusão se constitui a partir dessas práticas inclusivas, operadas por um governamento educacional, no qual é possível visualizar as resistências surdas.

Nicolle Eduarda Martinelli e Patrícia Graff (2021) realizaram a pesquisa *Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC*, que objetivou conhecer e descrever a trajetória da Educação de Surdos no município de Chapecó/SC.

A pesquisa, de cunho qualitativo, analisou teses e dissertações nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, utilizando como estratégica metodológica o grupo focal com professoras ouvintes que atuaram/atuam na rede pública no ensino de alunos surdos e na luta da inclusão e Educação de Surdos (Martinelli; Graff, 2021).

Para as autoras, estar incluído ou estar excluído está em consonância com uma lógica que conforma processos cada vez mais subjetivos e sugerem o emprego do conceito in/exclusão, que engloba diferentes situações, já que em alguns momentos, tempos e espaços estamos incluídos e em outros estamos excluídos (Martinelli; Graff, 2021).

Os resultados demonstraram que o percurso analisado se constitui de modo semelhante às ações a nível nacional e mundial, enfatizando o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. As autoras enfatizam a urgência de retomar as discussões para a constituição de uma política educacional que contribua para a construção de uma escola bilíngue inclusiva (Martinelli; Graff, 2021).

Pedro Henrique Witchs (2021) desenvolveu a pesquisa intitulada *A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação*, que teve como objetivo “[...] discutir a surdez como experiência que constitui sujeitos de uma minoria linguística nos limites do Estado nacional” (Witchs, 2021, p. 145). A pesquisa se utilizou do conceito foucaultiano de governamentalidade, explorando um conjunto de

políticas que regulamentam o comportamento linguístico dos alunos surdos no campo educacional (Witchs, 2021).

A metodologia adotada para a realização da pesquisa foi o estudo bibliográfico, priorizando a análise de documentos que estruturam e orientam a Educação de Surdos na contemporaneidade, destacando a vulnerabilidade linguística desses sujeitos (Witchs, 2021).

Com base no estudo, o autor evidencia a manutenção da vulnerabilidade das pessoas surdas, com fins de gerir o risco da surdez e conferir seguridade à população. Mostra também que as políticas linguísticas de Educação de Surdos se apresentam como uma tecnologia de governo que minam a “nação surda” imaginada no século XIX. Argumenta que as políticas também possibilitam recursos de regulação do comportamento dos surdos, sobretudo do comportamento linguístico deles, proporcionando condições para torná-los sujeitos do Estado-nação (Witchs, 2021).

A dissertação intitulada *Trajetividades com outros-juntos: o que pode uma docência com a presença-vida surda na escola comum?*, desenvolvida pela pesquisadora Letícia Dell’ Osbel (2022), problematizou “[...] como o professor pode funcionar na função-educador com a presença do surdo na escola comum” (p. 10), buscando compreender como a função do professor no lugar de educador pode se constituir e operar no contexto da inclusão.

Osbel (2022) utilizou como ferramentas teórico-metodológicas as experiências vividas em sua docência na Escola Comum Fernandes Vieira, de Lajeado/RS. Realizou uma pesquisa analítica, utilizando-se de ferramentas-conceituais desenvolvidas pelos filósofos Foucault, Deleuze e Guattari.

A pesquisadora propôs um modelo de “vida-pesquisa”, desenvolvendo um movimento de libert(ação) e de (de)form(ação) de saberes, discursos e representações de modo a buscar outros fluxos, novas experiências. Buscou, assim, ir para si: “do (ser)tão às travessias, destacando as suas vivências e experiências” (Osbel, 2022, p. 16).

A pesquisa apresentou como resultado que a função-educador adotada pelo professorar é capaz de potencializar uma nova forma de existência das relações com a presença dos alunos surdos em escola comum, atravessando as relações de saber-poder-verdade, criando travessias de vida e de aprendizados.

Luisa Leoncio Monti e Vanessa Regina de Oliveira Martins (2022) realizaram uma pesquisa cartográfica descritiva inspirada em Michel Foucault, intitulada *A*

constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas, para cartografar as práticas no contexto inclusivo com alunos surdos e os impactos dessas práticas na constituição subjetiva dos surdos.

Foi realizado o acompanhamento de quatro alunos surdos no ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), todos matriculados na rede pública de ensino. Os instrumentos e técnicas utilizados foram: observação na escola, diário de campo e entrevista semiestruturada. O estudo buscou levantar a possibilidade de que através dos discursos dos alunos surdos, seja possível identificar as marcas de suas experiências no processo escolar (Monti; Martins, 2022).

As autoras argumentam que a representatividade desses jovens, a importância de dar voz as suas escolaridades, é o que possibilita a construção de políticas públicas capazes de aprimorar a inclusão de alunos surdos, aperfeiçoando esse espaço de acordo com as experiências encontradas e desdobramentos científicos (Monti; Martins, 2022).

A pesquisa traz uma concepção que não invalida a Educação Inclusiva, e sim busca problematizar como ela se constitui e de que modo ela pode criar práticas inclusivas que favoreçam a pluralidade de vidas. O estudo ainda reforça que é necessário avançar nas discussões de como a inclusão é produzida e que impactos ela gera nas relações subjetivas. Finaliza evidenciando as relações de saber-poder no campo educacional inclusivo, observando as produções de verdade e processos de subjetivação dos alunos surdos.

A dissertação *Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica*, realizada pelo pesquisador Thiago Vaceli Martins (2022), problematiza os ativismos, propondo a sua compreensão através das noções de governamentalidade, biopoder e biopolítica, e se utiliza da genealogia da normalidade para conduzir a crítica em relação aos ativismos.

Martins (2022) analisa delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva, discutindo o lugar ocupado e as ações que podem ser empreendidas através do ativismo judiciário e legislativo. O autor conclui que as políticas educacionais municipais podem focar-se na potencialização da capacidade da pessoa com deficiência, buscando respeitar a sua diferença, que é única, sendo o ativismo determinante para a construção de redes de ensino inclusivas que sejam capazes de respeitar de forma ética as diferenças.

A dissertação intitulada *Uma experiência do ensino da Língua Brasileira de Sinais na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola regular: vivenciando o protagonismo do discente com surdez*, desenvolvida pela pesquisadora Rosiane Sousa Pereira (2022), nos convida a refletir sobre as práticas de ensino para alunos surdos inseridos em turmas comuns do Ensino Regular.

Observando o cenário de in/exclusão de alunos surdos e a falta de uma Educação Bilíngue, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: “Como o protagonismo discente no contexto da disciplina de Língua Portuguesa tem possibilitado o Ensino Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa Escrita – LPE) de um estudante surdo inserido na sala de aula comum?” (Pereira, 2022, p. 28).

A autora justifica a pesquisa pela importância de refletir sobre as práticas de ensino vivenciadas pelo aluno surdo. Para responder esse problema, a pesquisadora buscou relatar a experiência do ensino da Libras na disciplina de Língua Portuguesa em escola comum. A pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso na cidade de Santarém, estado do Pará, em uma escola pública. Participaram da pesquisa três voluntários: uma professora, um aluno surdo e sua mãe (Pereira, 2022).

Os resultados demonstraram o efeitos da vivência do aluno surdo e as contribuições promovidas pela professora de Língua Portuguesa em parceria com a professora de AEE, destacando os seguintes efeitos: as práticas pedagógicas que possibilitaram o Ensino Bilíngue; a difusão da Libras no contexto escolar que efetivou a comunicação em Língua de Sinais entre o aluno surdo e os ouvintes (professora e colegas de classe); a valorização e o respeito pela cultura surda/ou por sua cultura linguística; a inserção do aluno nas práticas de ensino curricular; o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo do discente surdo no processo de ensino e de aprendizagem (Pereira, 2022).

Analisando a subjetivação dos alunos surdos no âmbito escolar, a pesquisa realizada por Silva, Medeiros e Schwengber (2023), intitulada *Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar*, levanta questionamentos acerca da falta de conhecimento de Libras e as barreiras que a comunicação limitada causa na constituição do sujeito surdo no âmbito escolar.

Silva, Medeiros e Schwengber (2023) problematizam que os surdos possuem uma história marcada por lutas e conquistas em diversas partes do mundo na área da Educação. E essas lutas são marcadas pelas dificuldades e sofrimentos pela ausência da comunicação. Muitas dessas dificuldades se consolidaram na concepção de que

os surdos eram anormais, e com isso considerados sujeitos que deveriam ser corrigidos, abandonados e até mesmo mortos.

Os processos de subjetivação incluem diálogo, troca, compartilhamentos, o que se torna difícil quando não se tem condições adequadas para isso. Silva, Medeiros e Schwengber (2023) ponderam que ao pensarmos nos sujeitos surdos e na relação que eles estabelecem com eles mesmos (subjetivação), se faz necessário pensar na superação das barreiras existentes.

Dessa forma, o estudo realizado pelas pesquisadoras Silva, Medeiros e Schwengber (2023) buscou avaliar por meio de uma análise discursiva um vídeo publicado em 2020 no YouTube, no qual uma criança faz apelo aos modos como a escola se relaciona com os surdos. Visando identificar os discursos presentes no vídeo, os autores questionam: “[...] como a (in)existência da Libras pode interferir no processo de comunicação, e em especial, de subjetivação dos sujeitos surdos na escola” (Silva; Medeiros; Schwengber, 2023, p. 6).

Silva, Medeiros e Schwengber (2023) concluem que a criança que fez o vídeo e que vivencia a inclusão atual externaliza em seu apelo um desejo por um novo modelo de inclusão que considere discussões sobre o (não) acesso à comunicação. E que discussões sobre as relações e interações realizadas atualmente (comunicação com os colegas, professores e outros) possam reivindicar uma cultura de comunicação entre surdos e ouvintes, que possibilitaria a existência de experiências escolares mais alinhadas com o desejo dos alunos surdos.

Finalizando as descrições dos estudos levantados na revisão de literatura, é possível evidenciar três enfoques principais das discussões elencadas por eles: 1) Pesquisas que evidenciam um discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista; 2) Pesquisas que evidenciam práticas e estratégias de in/exclusão que fazem a gestão do percurso do estudante surdo; 3) Pesquisas que apontam as dificuldades da escola em promover a inclusão e de praticar o Ensino Bilíngue.

A seguir, apresento três quadros com os títulos e os enfoques divididos, seguido de uma sistematização da discussão.

Quadro 2 – Pesquisas que evidenciam um discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista

Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020): os resultados da pesquisa puderam direcionar os olhares para os saberes sujeitados dos sujeitos surdos, que possuem um discurso em defesa das escolas. Permite ainda refletir sobre o que vem sendo produzido sobre o ser surdo no contexto da Educação Bilíngue, e o que é possível capturar em relação aos desejos de ser, aprender e viver.
Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola (Uhmann, 2020): inclusão de alunos surdos pode produzir vivências de exclusão e/ou a normalização de estratégias de correção da surdez, evidenciando a escola como um espaço passível as subjetivações dos alunos surdos, que em muitas situações desejavam não demonstrar a surdez, assim como a resistência de imposições ainda ouvintistas no espaço escolar.
Governamentalidade, deficiência e educar: possibilidades da Ética da Amizade como resistência (Ferraz, 2020): inclusão é um modo de relação de poder dentro da escola que pode gerar novas possibilidades, que se desvia em relação aos modos de vida que preconiza a normalização, demonstrando-se como uma resistência operante.
Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC (Martinelli; Graff, 2021): os resultados demonstraram que o percurso analisado se constitui de modo semelhantes às ações a nível nacional e mundial, enfatizando o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Destaca a urgência de retomar as discussões para a constituição de uma política educacional que contribua para a construção de uma escola bilíngue inclusiva.
A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação (Witchs, 2021): possibilitam recursos de regulação do comportamento dos surdos, sobretudo do comportamento linguístico deles, proporcionando condições para torná-los sujeitos do Estado-nação.
A constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas (Monti; Martins, 2022): a pesquisa traz uma concepção que não invalida a Educação Inclusiva, e sim buscar problematizar como ela se constitui e de que modo ela pode criar práticas inclusivas que favoreçam a pluralidade de vidas.
Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica (Martins, 2022): delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva, discutindo o lugar ocupado e as ações que podem ser empreendidas através do ativismo judiciário e legislativo.
Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar (Silva; Medeiros; Schwengber, 2023): essas lutas são marcadas pelas dificuldades e sofrimentos pela ausência da comunicação. Muitas dessas dificuldades se consolidaram na concepção de que os surdos eram anormais, e com isso consideradas sujeitos que deveriam ser corrigidos. Sendo assim,

ao pensarmos nos sujeitos surdos e na relação que eles estabelecem com eles mesmos (subjetivação), se faz necessário pensar na superação das barreiras existentes.
Infâncias, surdez e currículo: para pensar vidas outras (Nascimento; Rodrigues, 2023): problematizações da manutenção de uma perspectiva biológica e opressiva sobre a surdez, considerando-a como desvio da normalidade, de modo a tomar a Língua de Sinais como tecnologia de condução na Educação de Surdos.

Fonte: Autora (2024).

Este conjunto é constituído de oito pesquisas que evidenciam um *discurso regulador* advindo de uma perspectiva ouvintista, que produz subjetivações pautadas em normalizações presentes nos espaços escolares, juntamente com o *discurso da in/exclusão*. Identificam práticas de condução das condutas dos estudantes surdos sob esses processos de subjetivação e de invisibilidades surdas, ao negligenciar a comunicação. Por outro lado, evidenciam movimentos de resistência e da superação de barreiras por parte dos estudantes surdos no contexto escolar.

Quadro 3 – Pesquisas que evidenciam práticas e estratégias de in/exclusão que fazem a gestão do percurso do estudante surdo

O projeto Acreditar é Investir: os processos de in/exclusão e as estratégias de governamento no CAIC/FURG (Chagas, 2019): projeto gerencia riscos futuros, que agem individualmente sobre as condutas dos sujeitos, na população geral que por meio de estratégias, o projeto desenvolve ações de in/exclusão que alargam as funções da escola.
O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola (Martins, 2020): entre a ação das políticas educacionais (normalizadoras) e a micro relação do cotidiano escolar, através do movimento de resistência das pessoas surdas às políticas de igualdade.
Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas (Faustino, 2021): resistência ao imperativo da inclusão reconhecendo os marcadores culturais, como a Língua de Sinais e a experiência visual, assim como espaço para a existência das identidades.
Trajetividades com outros-juntos: o que pode uma docência com a presença-vida Surda na escola comum? (Osbel, 2022): professorar é capaz de potencializar uma nova forma de existência das relações com a presença dos alunos surdos em escola comum, atravessando as relações de saber-poder-verdade.

Fonte: Autora (2024).

O segundo enfoque, expressado no quadro acima, é constituído por quatro pesquisas que evidenciam *práticas e estratégias de in/exclusão* que fazem a gestão do percurso do estudante surdo, na relação com a gestão do risco social. Ao mesmo

tempo, há um movimento de luta e de problematização do discurso da inclusão, enquanto única possibilidade para a Educação de Surdos, constituindo um movimento de contestação ao imperativo da inclusão e em favor das experiências visuais e de novas possibilidades que sejam mais abertas às diferenças e pluralidades.

Quadro 4 – Pesquisas que apontam as dificuldades da escola em promover a inclusão e de praticar o Ensino Bilíngue

Inclusão escolar do aluno surdo (Rizzo, Benites, 2019): os resultados demonstraram que ainda existem grandes dificuldades por parte das escolas na estrutura do funcionamento para atender as necessidades específicas dos alunos surdos.
A escola regular contemporânea e o aluno surdo/deficiente auditivo: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares (Camillo, 2020): que a educação conteudista produz resistência a práticas pedagógicas com mais empatia e respeito aos alunos surdos/deficientes auditivos.
Uma experiência do ensino da língua brasileira de sinais na disciplina de língua portuguesa em uma escola regular: vivenciando o protagonismo do discente com surdez (Pereira, 2022): práticas pedagógicas que possibilitaram o Ensino Bilíngue; a difusão da Libras no contexto escolar que efetivou a comunicação em Língua de Sinais entre o aluno surdo e os ouvintes (professora e colegas de classe); a valorização e o respeito pela cultura surda/ou por sua cultura linguística; a inserção do aluno nas práticas de ensino curricular; o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo do discente surdo no processo de ensino e de aprendizagem.

Fonte: Autora (2024).

O terceiro enfoque, apresentado no quadro acima, é constituído por três pesquisas que apontam as dificuldades da escola em promover a inclusão e de praticar o Ensino Bilíngue, enfatizando a necessidade de constituir espaços mais abertos às especificidades dos discentes surdos. Os pesquisadores problematizam a inclusão quando há negligência em relação ao Ensino Bilíngue. Esse eixo manifesta a necessidade da difusão da Libras, do respeito à cultura surda e do protagonismo do estudante surdo, como resistência a verdades e a modos de subjetivação que marcaram o contexto escolar.

As problematizações, geradas na análise dos estudos que compõem a revisão, possibilitam tensionar as práticas que tanto planejam os percursos dos estudantes surdos segundo a perspectiva ouvintista quanto desconsideram o sujeito surdo na sua singularidade linguístico-cultural, como seu modo de existir. As pesquisas contribuem para problematizar os processos de inclusão e exclusão a partir da ênfase na relação

binária *inclusão-exclusão*, como “dentro-fora”, de modo que aquele que está supostamente “dentro” é o parâmetro para administrar aquele que está supostamente “fora”. Assim, a diferença é alvo das ações normalizadoras, e a comunicação em Libras é meramente instrumental.

Os estudos desta revisão de literatura também permitem pensar em possibilidades de elevar as singularidades e o protagonismo das pessoas surdas. Contribuem ainda para estudos que buscam minimizar a ambígua relação que temos constituído na escola, quando buscamos uma educação aberta à diferença, mas ao mesmo tempo agimos para dominá-la.

Na seção seguinte está o capítulo que apresenta fragmentos históricos sobre percursos e compreensões do sujeito surdo, além de concepções sobre o surdo e surdez. Traz ainda um recorte da legislação brasileira e a Educação de Surdos.

4 MARCO HISTÓRICO E LEGAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Este capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre percursos dos surdos, abordando aspectos históricos da Educação de Surdos, num recorte socioantropológico em relação ao surdo e à surdez. O enfoque principal é evidenciar a perspectiva adotada para a pesquisa sobre o surdo e discutir possíveis caminhos percorridos até a inclusão escolar do aluno surdo.

4.1 FRAGMENTOS DE PERCURSOS DA COMPREENSÃO DO SUJEITO SURDO

O olhar para os aspectos históricos da Educação de Surdos evidencia espaços e momentos marcados por rótulos incapacitantes, práticas de sacrifícios em praças públicas, isolamento e reclusão. Essa história foi pensada, construída e contada predominantemente por pessoas ouvintes, e seguia políticas integracionistas até os discursos atuais de inclusão (Duarte; Chaveiro; Freitas; Barbosa; Porto; Fleck, 2013).

Existem poucos registros sobre as pessoas com deficiência na Pré-História. As aptidões físicas de resistência e força indicavam a sobrevivência das tribos, aptidões que surdos e ouvintes possuem. Ter saúde era requisito essencial nos grupos primitivos, sendo comum que eliminassem os deficientes, porém não existe registro que possam confirmar, se os surdos conseguiam sobreviver (Perello; Tortosa, 1978; Gugel, 2007).

As pessoas surdas foram tratadas de diferentes formas durante as primeiras civilizações. Segundo Strobel (2008), no Egito e na Pérsia os surdos eram considerados símbolos místicos, sujeitos divinos, que pelo fato de não falarem poderiam manter segredos através de meditação espiritual com os deuses.

Já na Antiguidade, a saúde era a principal perspectiva mítica, em que consideravam a doença algum tipo de “maldição” dos deuses e feitiçaria, subordinando as pessoas com deficiência a essa perspectiva. O que não podia ser explicado através da saúde, era explicado como possessão demoníaca, o que aumentava o teor discriminatório aos deficientes. Os surdos eram considerados inferiores e eram escondidos em lugares ocultos e impedidos de terem convívio social (Duarte; Chaveiro; Freitas; Barbosa; Porto; Fleck, 2013).

Na Idade Média, a Igreja conduzia as mentes e os corpos, e assim, pregava a inferioridade dos surdos, considerando que por não falarem não poderiam compreender os códigos e dogmas religiosos. Com isso, os surdos seriam incapazes de confessar os seus pecados, os impedindo de serem “salvos” (Strobel, 2008).

De maneira geral, os surdos eram segregados pela sociedade, isolados em asilos em uma ideia de proteção, devido a crenças de que não poderiam ter uma educação por conta da “anormalidade” – ideia que foi construindo a visão limitante a respeito das pessoas surdas (Rizzo; Benites, 2019).

O conceito de “anormal” foi construído na ideia de que é possível pensar a sociedade de normalização, que é preciso operar mecanismos e técnicas que tornem a população homogênea e previsível (Lunardi, 2003).

> Não será mais simplesmente nessa figura excepcional do monstro que o distúrbio da natureza vai perturbar e questionar o logo da lei. Será em toda parte, o tempo todo, até nas condutas mais ínfimas, mais comuns, mais cotidianas, no objeto mais familiar da psiquiatria, que está encarará algo que terá, de um lado, estatuto de irregularidade em relação a uma norma e que deverá ter, ao mesmo tempo, estatuto de disfunção patológica em relação ao normal (Foucault, 2002, p. 205).

É no período da Modernidade que as pessoas surdas passam a participar na sociedade por meio de interações sociais e da educação. Essa época também é marcada pela distinção entre a surdez e a mudez, em que a expressão “surdo-mudo” deixa de ser designada ao surdo. Importante considerar que, apesar de grandes mudanças, o surdo ainda continuou a sofrer por conta da sua cultura, que ainda não era aceita na sua completude (Silva; Campos, 2017).

Surgem a partir da aceitação e reconhecimento da cultura e identidade surda, os primeiros grupos que lutam e reivindicam os direitos das pessoas surdas, o que passa a influenciar diretamente a construção das pessoas em relação à identidade surda e à expansão da cultura surda.

O registro do primeiro professor de surdos é de 673 d.C., com o professor e arcebispo inglês John of Beverly (?-721), que buscava conduzir o surdo a uma fala que na época consideravam como compreensível. O método adotado por ele foi considerado milagre, por conta do cunho religioso de seu trabalho, e logo em seguida passou a ser desconsiderado (Duarte; Chaveiro; Freitas; Barbosa; Porto; Fleck, 2013).

É importante ressaltar que, a partir da Idade Moderna, a história dos surdos sempre esteve vinculada à educação, trazendo na maior parte dos livros de surdos, o

seguimento em relação à pedagogia (Silva; Campos, 2017). Dessa forma, a história dos surdos vai sendo desenhada através da história da Educação de Surdos.

Na Europa, no século XV, surgiram os educadores (sacerdotes e médicos) que começaram a desenvolver métodos para trabalhar com os sujeitos surdos. No século XVl, Girolamo Cardano (1501-1576), médico de Pádua, sugeriu o ensino através de símbolos, o que poderia facilitar a compreensão dos surdos (Rocha, 2005; Carvalho, 2007).

A educação formal das pessoas surdas iniciou na Espanha em 1955, quando o padre Ponde de Léon começou a educar uma pessoa surda de família nobre. O ensino contava com o alfabeto manual, a escrita e o treino para a fala (oralização). O objetivo do ensino visava o reconhecimento social da pessoa surda e a possibilidade de herdar os títulos e a fortuna da família (Duarte; Chaveiro; Freitas; Barbosa; Porto; Fleck, 2013).

A história da Educação de Surdos começa a ser construída a partir das considerações médicas que destacavam a incapacidade do surdo de ouvir, enxergando os surdos através de uma patologia a ser corrigida ou consertada. Essas considerações reforçavam a normalização de uma sociedade ouvinte e a busca por “ouvintizar” os surdos (Souza, 1998).

Um dos responsáveis pela mudança na história da Educação de Surdos foi o abade Charles Michel de l’Épée, que começou a conhecer a Língua de Sinais através dos surdos pobres que viviam nas ruas em Paris, e passou a polarizar esses ensinamentos na educação de outros surdos, o que possibilitou uma mudança significativa na realidade (Duarte; Chaveiro; Freitas; Barbosa; Porto; Fleck, 2013).

Muitos educadores não reconheceram a Língua de Sinais e seguiram a sua atuação na modalidade oralista, defendendo a ideia do oralismo e valorizando a língua oral como objetivo de reabilitação dos surdos. Esses educadores não autorizavam o uso de sinais, porque acreditavam que poderia prejudicar o desenvolvimento e educação de surdos. Entretanto, a influência do trabalho de Charles Michel de l’Épée atravessou a França e começou a enfraquecer o método oral, que passou aos poucos a perder sua força (Perello; Tortosa, 1978; Lane, 1997).

Na Europa, as escolas de surdos estavam funcionando diante do uso dos métodos francês e alemão, utilizando o uso de sinais e da oralização. Muitos grupos argumentavam a favor do uso de sinais, como alguns educadores surdos e a própria comunidade europeia de surdos (Mori; Sander, 2015).

Em 1880, na cidade de Milão, Itália, aconteceu o II Congresso Internacional de Educação de Surdos (Congresso de Milão), que estabeleceu critérios internacionais e científicos para os surdos. Esse congresso é considerado um marcador histórico da Educação de Surdos, porque ele estabeleceu, através de uma votação (que não incluiu os professores surdos), que a língua oral do país deveria ser usada na Educação de Surdos, reforçando o oralismo, atribuindo à Língua de Sinais caráter inferior (Duarte; Chaveiro; Freitas; Barbosa; Porto; Fleck, 2013).

> Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro. Do total de 164 delegados, 56 eram oralistas franceses e 66 eram oralistas italianos; assim, havia 74% de oralistas da França e da Itália. Alexander Grahan Bell teve grande influência neste congresso. Os únicos países contra a proibição eram os Estados Unidos e Grã Bretanha, havia professores surdos também, mas as suas “vozes” não foram ouvidas e excluídas de seus direitos de votarem (Strobel, 2009, p. 33).

No século XX, já estava difundida a ideia de oralismo, fazendo com que muitas escolas em todo mundo deixassem de utilizar a Língua de Sinais. Porém, apesar das proibições, os surdos continuaram a utilizar os sinais em momentos informais (Skliar, 1998). Isto durou quase cem anos, o que foi chamado de “império oralista”, sendo em 1960, o início das discussões a respeito da Língua de Sinais possuir atributos de uma língua oral (Bernardino, 1999).

Essas discussões levaram ao reconhecimento do valor da vida das pessoas surdas, e o oralismo deixou de ser considerado o único caminho da educação. Nesse caminho de reconhecimento da Língua de Sinais, a comunidade surda escolheu sua denominação “surdo” ao invés de “deficiente auditivo” (Oliveira; Figueiredo, 2017).

A Língua de Sinais não é universal. Existem várias línguas de sinais pelo mundo, cada uma tem a sua própria estrutura gramatical, e foi desenvolvida por um grupo de surdos presente naquela comunidade e cultura, assim como no desenvolvimento da língua dos ouvintes (Strobel, 2008).

Estudiosos de diferentes países e áreas passaram a estudar a integração dos surdos, enxergando a constituição de uma língua própria, diferente da Língua Portuguesa, também estruturada e organizada. A LDBEN de 1996 assegura o direito dos surdos ao ensino especial em escolas comuns, do Ensino Regular, surgindo posteriormente a Educação Inclusiva, modelo atual no sistema educacional no Brasil (Oliveira; Figueiredo, 2017).

A Educação de Surdos segue se amparando em marcos sociais e legislativos importantes, que fortalecem a garantia de direitos das pessoas surdas e as reflexões acerca da comunidade e identidade surda. Na próxima seção iremos aprofundar concepções sobre surdo e surdez, apresentando noções importantes para a compreensão da pesquisa.

4.2 CONCEPÇÕES SOBRE SURDO E SURDEZ

Para a contextualização histórica sobre o surdo e a surdez, é necessário diferenciar e esclarecer os termos “surdos”, “surdos-mudos” e “deficientes auditivos”. A utilização do termo “surdo-mudo” é inadequada, pois a mudez não está diretamente relacionada à surdez. O fato de o surdo não falar não significa que ele seja mudo. Muitas vezes, os surdos se comunicam através da oralidade quando realizam o treinamento da fala (Storto; Rocha; Cruz, 2019).

A surdez pode ser abordada e considerada a partir de duas perspectivas distintas: a perspectiva clínica, em que o sujeito é considerado deficiente auditivo, e a perspectiva socioantropológica, em que o sujeito é considerado surdo.

A perspectiva clínica trata a surdez como:

> [...] redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons e pode ser classificada em dois tipos: perda auditiva condutiva, que se dá geralmente por obstruções da orelha externa [...]; e perda auditiva neurossensorial, que compreende danos nas células ciliadas da cóclea (Monteiro; Silva; Ratner, 2017, p. 1).

Monteiro, Silva e Ratner (2017) também ressaltam que essa perda pode estar presente desde o nascimento ou ser adquirida por alguma infecção na infância. O conceito de surdez se construiu na narrativa de deficiente, “naquele que falta algo”, justificando a necessidade de ir ao médico, responsável pelas explicações das anormalidades sociais. Na constituição desses saberes, todos as pessoas tinham seu lugar na sociedade e todos aqueles que de algum modo não pertencessem ao padrão de normalidade estipulado eram considerados anormais (Barbosa; Sardagna, 2020).

O sentido da *falta* e da *corrigibilidade* é problematizado por Foucault (2002), que mostra como se constitui a invenção da anormalidade. Para o filósofo, não foi o louco que criou a psiquiatria, mas sim a psiquiatria que criou o louco. Dessa forma, é possível pensar que os sujeitos surdos, vistos como anormais, também são produtos

das normativas médicas e sociais que buscam produzir uma padronização dos sujeitos (Tavares, 2008).

Já a perspectiva socioantropológica não considera a pessoa surda pela falta e sim pela diferença que possui, isto é, uma diferença linguística. Nessa perspectiva, o surdo possui uma língua própria para a sua cultura, a Língua de Sinais. Não sendo considerada doença e sim uma condição do sujeito surdo, condição que deve ser legitimada pelo próprio sujeito e a sociedade, destacando a sua língua própria que deve ser respeitada e utilizada como instrumento de ensino. Sendo importante ressaltar que a comunidade surda e os seus sujeitos pertencentes se autodenominam de “surdos”, sendo imprescindível assim o considerarem (Storto; Rocha; Cruz, 2019). O surdo, que hoje consegue ser introduzido a uma língua, foi por muito tempo enquadrado e punido por não se encaixar nos padrões da normalidade social.

Perlin e Strobel (2014) analisam os estudos surdos, referenciadas nos estudos culturais, e evidenciam uma ruptura com a perspectiva ouvintista e com a visão clínico terapêutica sobre a surdez. Argumentam em favor da cultura surda, permeada pela construção da identidade, sob a participação do povo surdo, elevando a Língua de Sinais.

É importante salientar que a perspectiva ouvintista enxerga o sujeito surdo a partir da ótica da deficiência, da medicalização e da normalização, se aproximando da visão médica e se afastando da visão antropológica. A perspectiva ouvintista, embora não esteja associada ao preconceito ou ao oralismo, representa uma construção social do ponto de vista do sujeito que ouve, como referência para os demais (Araújo; Peixoto; Sousa, 2021).

O conceito de ouvintismo não se restringe apenas à imposição da identidade ouvinte para promover a homogeneização social. De forma geral, o ouvintismo reflete a ideia de que a identidade ouvinte é vista como superior à identidade surda, estabelecendo uma hierarquia onde o ouvinte é considerado superior ao surdo (Martins; Klein, 2012). Essa perspectiva é problematizada e contestada pelos estudos surdos.

Os estudos surdos questionam a história contada a partir da perspectiva de um determinado contexto histórico, sob o ponto de vista “colonizador” (Strobel, 2009). Nesse sentido, historicamente se considerou a versão dos ouvintes, estes que se autorizam a narrar os surdos. As lutas e os movimentos que contestam essa visão,

foram fundamentais para o reconhecimento das comunidades surdas e de seus direitos.

É possível tecer o questionamento acerca da forma como surdo se apropria de uma língua, considerando que a surdez impede o sujeito a ter acesso à língua oral-auditiva que historicamente predominou as relações sociais, partindo do parâmetro ouvintista. Foi questionando essa lógica que o surdo encontrou na Língua de Sinais uma forma para se comunicar, língua essa que possui estruturas próprias diferentes das línguas orais (Fernandes, 1998). Portanto, é através da língua espaço-visual que o surdo garante o seu desenvolvimento pleno, buscando sua comunicação e aquisição da língua estruturada. Conforme Skliar e Quadros (2000, p. 50),

> A Língua de Sinais é uma forma linguística essencialmente visual, isto é, sem referência sonora. Desta forma, é uma língua que consegue captar e expressar as experiências visuais características das comunidades surdas. Isso significa que as experiências visuais são intrínsecas às identidades e culturas surdas.

A pesquisa compartilha da concepção de que, ao longo do tempo, as invenções e abordagens que enfatizam a falta e a necessidade de correção da deficiência foram moldando as práticas sociais e escolares relacionadas aos surdos.

Na seção seguinte iremos apresentar os principais marcos legais na Educação de Surdos para a realização da compreensão da pesquisa.

4.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇAO DE SURDOS

Nesta seção serão descritas as principais leis que envolvem a Educação de Surdos no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, refletindo sobre os seus desdobramentos e efeitos ao longo dos tempos.

A Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990 – dispõe sobre a proteção das crianças, e em seu capítulo lV, sobre a educação, no Art. 54 apresenta a *educação como direito de todos*:

> Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
> [...] III – Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (Brasil, 1990).

A partir dessa Lei, foi possível a constituição de uma base mais sólida em relação à Educação de Surdos, o que fortaleceu a demanda por matrículas em torno do discurso, independentemente de suas potencialidades, limitações físicas e cognitivas (Brasil, 1990).

Em 1996, é lançada a Lei nº 9.394, a LDBEN, na qual dispõe no capítulo V sobre a Educação Especial e no Art. 58 estabelece a definição da Educação Especial.

> Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> §1° Haverá, quando necessário, serviços especializados, na escola regular, para as peculiaridades da clientela da Educação Especial.
> §2° O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do Ensino Regular (Brasil, 1996).

No ano de 2001, foi criada a Resolução nº 2 da Câmara de Educação Básica (CEB) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), que elabora as *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Está presente em seus Arts. 5°, 7°, 8° e 12° a suposta inclusão do sujeito surdo perante essas diretrizes (Brasil, 2001):

> Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:
> [...] II – *Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas* dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
> [...] Art. 7° O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do Ensino Regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.
> Art. 8° As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:
> [...] IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado nas classes comuns, mediante:
> [...] b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
> c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente.
> [...] Art. 9° As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos (Brasil, 2001, grifo nosso).

Em 2002, foi criada a Lei n° 10.436 da Língua Brasileira de Sinais, que estabelece em seu Art. 1° a Libras como meio legal de comunicação ou de expressão utilizado pelas pessoas surdas; no Art. 2º, consta a garantia da acessibilidade do uso da Libras e de sua propagação em todos os lugares públicos; no Art. 3º, confere ao aluno com surdez, o direito de ser atendido pelos órgãos públicos de saúde; e em seu Art. 4°, a inclusão da disciplina de Libras nos cursos superiores da Educação e da Saúde, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

> Art. 1° É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
> Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.
> Art. 2° Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.
> Art. 3° As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.
> Art. 4° O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme a legislação vigente.
> Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa (Brasil, 2002).

Em 2003, foi desenvolvido o documento intitulado *Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidade Educacionais Especiais*, formulado para a inclusão dos alunos com “necessidades educacionais especiais”, e também com a ideia de adequar os conteúdos curriculares relacionados à série correspondente em que o aluno esteja, de acordo com sua necessidade educacional (Brasil, 2003).

Em 22 de dezembro de 2005, foi publicado o Decreto n° 5.626 da Lei de Libras, que determina que as pessoas com surdez possuem direito a uma educação capaz de garantir a sua formação, priorizando o acesso a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, que ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, auxiliando no desenvolvimento de todo o processo educativo (Brasil, 2005).

Em 2008, surge a *Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº

555/2007 e formado por pesquisadores da área da Educação. Preconiza que a Educação Especial faça parte da proposta pedagógica da escola de forma transversal (Brasil, 2008a).

Também em 2008 foi sancionada a Lei nº 11.796, que regulamenta o Dia Nacional dos Surdos, comemorado em 26 de setembro. O objetivo é destacar a luta da comunidade surda e relembrar a criação da primeira escola para surdos no Brasil, criada também no dia 26 de setembro (Brasil, 2008b).

No dia de 6 de julho de 2015, dez anos após o Decreto n° 5.626, foi sancionada a Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão. A referida Lei apresenta uma importante mudança discursiva, abandonando as nomenclaturas anteriores como “deficiente”, “portador de deficiência”, “portador de necessidades especiais”, para utilizar o termo “pessoa com deficiência” (Brasil, 2015).

Em 2020, foi publicado o Decreto nº 10.502, que institui a *Política de Educação Especial*, na perspectiva “equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida” (Brasil, 2020). Esse decreto levantou debates e problematizações sobre os processos inclusivos já operados na educação, porém, foi considerado um retrocesso diante do direito à educação das pessoas com deficiência em nosso país em uma perspectiva educacional inclusiva. Em 2021, foi sancionada a Lei nº 14.191, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de surdos. Apresenta questões pertinentes nos Arts. 60, 78 e 79, ficando o primeiro com a seguinte redação:

> Art. 60-A. Entende-se por Educação Bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de Educação Bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de Educação Bilíngue de surdos (Brasil, 2021).

A Lei 14.191/2021 pretende acentuar a necessidade da presença de serviços de apoio educacional especializados para atender às especificidades linguísticas e educacionais dos estudantes surdos no âmbito escolar, processos que a presente pesquisa pretende identificar, evidenciando o processo educacional do aluno surdo e a relação que ele estabelece com esses serviços de apoio educacional especializados (Brasil, 2021).

Nessa seção foi possível compreender os principais marcos legais históricos que se relacionam com a presente pesquisa. Na seção seguinte, o texto traz a abordagem teórico-metodológica da pesquisa, elencando discussões sobre processos de subjetivação de surdos, além da noção de governamentalidade, que serviu como grade de compreensão, e as noções de governamento e in/exclusão, que possibilitaram olhar para a empiria da pesquisa. Por fim, a seção traz alguns elementos do estudo de caso.

5 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A abordagem da pesquisa é qualitativa e descritiva, com a utilização de princípios do estudo de caso. Como já informado, a pesquisa foi realizada no contexto de uma escola estadual do município de Osório/RS, sob o pseudônimo de Escola Campestre, a partir da participação de dois membros da equipe gestora da escola, um profissional TILS e um familiar de aluno surdo, egresso da escola.

A pesquisa busca inspiração nos estudos foucaultianos, ao se utilizar de conceitos para operar com os dados da pesquisa. O conceito de subjetivação e o conceito de governamentalidade serão primordiais para compreender o processo de Educação de Surdos na sala de aula comum, a partir da experiência do aluno surdo. Nessa perspectiva, a pesquisa pretende construir um caminho para que a produção e análise ocorram ao mesmo tempo, sendo o ato de caminhar também a construção e os efeitos desse caminho.

Na sequência, irei discorrer sobre noções importantes para o exercício de análise, em especial governamentalidade, governamento e subjetivação, correlacionando-os com o conceito de in/exclusão, na articulação do campo empírico.

5.1 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE SURDOS

Foucault (1997) descreve que os “modos de subjetivação” são os processos através dos quais conseguimos nos tornar sujeitos e os meios e relações presentes nos processos de produção dessas subjetividades.

Dedicando-se para a compreensão histórica das formas de existir do sujeito, Foucault (1997) delineou seus estudos a partir dos gregos e suas formas de “cuidado de si”, deslocando-se até a descrição e análise da sociedade disciplinar, e

evidenciando as intervenções biopolíticas do Estado sobre o corpo do indivíduo e da sociedade (Mansano, 2009).

Segundo Foucault (2004), no estoicismo, doutrina adotada pelos gregos, existia uma obrigatoriedade do cuidado em si, o que determinava que o modo de subjetivação acontecia a partir de um conjunto de regras, que inicialmente eram facultativas e se tornaram uma obrigação. Dessa forma, os próprios estudos em relação ao estoicismo forneceram condições para os primeiros passos em direção ao ascetismo cristão, o que possibilitou um caminho para a produção de um modo de subjetivação diferente.

É possível perceber que ao longo da história, os modos de subjetivação vão sofrendo transformações, por conta das lutas políticas e desdobramentos culturais de cada época. A resistência se torna uma ação política, e a compreensão da formação dos indivíduos é atravessada pela compreensão da obediência e pela a criação de novas possibilidades de existência.

> Não basta afirmar que o sujeito é constituído num sistema simbólico. Não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras – práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos ao utilizá-los (Foucault, 1995, p. 275).

Os modos de subjetivação, propostos por Foucault (1995), são na verdade modos de objetivação do sujeito, por meio de técnicas de dominação, que é a maneira pela qual ele se relaciona com *conhecimento* e *poder* (Castro, 2009). Sendo assim, o sujeito é resultado de práticas discursivas e disciplinares existentes na sociedade, onde os dispositivos de saber e de poder se fazem presentes. Os modos de objetivação de uns sobre outros se dão por meio de uma racionalidade que abarca técnicas de si “[...] que permitem aos indivíduos realizar certas operações sobre si mesmos: operações sobre o corpo, sobre a alma, sobre o pensamento, etc.” (Castro, 2009, p. 126). Essa operação, que envolve operações sobre si e ao mesmo tempo sobre os outros, está relacionada à governamentalidade, tema que será melhor desenvolvido na seção seguinte.

Os surdos lutaram e ainda lutam contra as formas de dominação presentes na sociedade, buscando o reconhecimento da sua cultura e de sua língua através da consolidação dos seus direitos, o que os proporcionam assumir parte de sua própria constituição (Gonçalves, 2017). Essas lutas foram fundamentais para a garantia dos

direitos dos surdos e para a consolidação da identidade e cultura surda, o que contribui para os processos de reconhecimento e identificação.

Desta forma, os surdos, diante de um contexto social, são atravessados por diversas formações discursivas, se inscrevem ou são inscritos nos espaços possíveis de identificação: comunidade surda, cultura surda, pessoa com deficiência auditiva possível de correção (Dallan; Mascia, 2016). Essas identificações vão determinando os caminhos que os surdos percorrem e a maneira na qual se visualizam como surdos. Essa visão também é influenciada e construída no núcleo familiar em que o surdo está inserido, a partir das concepções dessa família sobre a surdez. São modos de subjetivação que se dão por práticas que os constituem sujeitos a determinadas verdades. “Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (Castro, 2009, p. 408).

A partir desse entendimento, podemos perceber a surdez e a sua produção histórica, sendo mobilizada por poderes capazes de regular as formas de comportamento e a relação dos surdos consigo mesmos e com os outros (Morgenstern; Witchs, 2015). Torna-se muito importante pensar em como os comportamentos e essas relações são reguladas dentro de um ambiente marcado pela diversidade e pela diferença, onde o aluno surdo irá se relacionar com alunos ouvintes, mas também com a sociedade de um modo geral.

Kraemer e Thoma (2019) contribuem para compreender esse processo de subjetivação para além da escola, ao analisarem os investimentos do Estado na modulação das condutas das pessoas com deficiência, no bojo das políticas de inclusão escolar, de modo que suas aprendizagens escolares contribuam para que sejam capazes de se adequar às mudanças. O Estado desenvolve “[...] ações para garantir espaços educacionais que fomentem e promovam a potencialização das capacidades individuais” (Kraemer; Thoma, 2019, p. 426). Nessa lógica, na relação com o que as autoras chamaram de “maquinaria midiática”, há um controle da comunicação, que por meio de suas práticas discursivas, modula as condutas e produz “[...] subjetividades alinhadas às demandas da racionalidade política e econômica neoliberal” (Kraemer; Thoma, 2019, p. 432).

Nesse sentido, é relevante constituir olhares mais sensíveis e abertos a essas subjetividades, buscando se distanciar dos regimes que, em nome do acesso, dirigem a conduta do sujeito alvo das políticas de inclusão, regidos por essas

demandas, especialmente aquelas alinhadas aos ditames do modelo econômico neoliberal.

A presente pesquisa contribui para a constituição de um olhar mais sensível e para problematizar práticas que marcaram suas trajetórias, com vistas à normalização, a exemplo da oralização, do não acesso aos espaços sociais ou da indiferença aos surdos no tocante à comunicação com o outro.

Na próxima seção iremos apresentar a noção de governamentalidade e de governamento que serviram de inspiração para o exercício analítico.

5.2 GOVERNAMENTALIDADE, GOVERNAMENTO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

Foucault (1998) descreve governamentalidade como a confluência entre práticas da governamentalidade política e da governamentalidade ético-política. No curso ministrado por Foucault (2008), *Segurança, Território e População*, na aula de 1º de fevereiro de 1978, essa definição está descrita em sua dimensão política e ética, ao analisar a história da governamentalidade. Ele define como:

> [...] o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. [...] a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, o desenvolvimento de toda uma série de saberes [...] (Foucault, 2008, p. 143-144).

Ao analisar a emergência do problema da população, mais especificamente no século XVIII, Foucault (2008) examina o que denominou de "desbloqueio da arte de governar", que tem a ver com certos processos gerais na passagem da arte de governar a população a uma ciência política. Os processos mencionados são "[...] a expansão demográfica do século XVIII, ligada por sua vez à abundância monetária, ligada por sua vez ao aumento da produção agrícola segundo os processos circulares [...]" (Foucault, 2008, p. 137). Nascem táticas e técnicas absolutamente novas em meio a esses processos. "A população vai ser objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida" (Foucault, 2008, p. 140).

Assim, a população é o novo sujeito a ser alvo em meio a uma rede múltipla de relações que envolvem a população, o território e a riqueza, o que permite Foucault (2008) identificar uma ciência chamada de Economia Política. Mas a população é também objeto “[...] que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida” (Foucault, 2008, p. 140).

Foucault (2008) ainda vai identificar a constituição de uma “gestão governamental”, cujo alvo é a população e seus mecanismos são os “dispositivos de segurança”, num movimento em que a população aparece “[...] como um dado, como um campo de intervenção e como a finalidade das técnicas de governo” (p. 143).

Nesse contexto, o foco no território se desloca para a condução das massas, com seu volume, sua densidade, seus fluxos. Assim, Foucault (2008, p. 145) analisa que a partir do século XVIII “[...] vivemos na era da governamentalidade”.

A noção de governamentalidade, no presente estudo, nos oferece elementos para compreender o contexto social e educacional, na relação entre indivíduo e coletivo. Compartilhamos com Morgenstern (2019, p. 203) que o uso desse conceito permite “[...] tecer uma grade de leitura a partir da qual é possível perceber procedimentos, tecnologias de governamento e ferramentas que operam subjetivando os indivíduos para a correção e para a inclusão”.

Já a noção de governamento foi empregada não se restringindo à administração estatal, mas buscando englobar as formas de condução dos sujeitos escolares. É pertinente para relacionar práticas que se dão no contexto escolar, mas também no contexto social, pois permite compreender como é estruturado o campo de ação de uns sobre os outros e sobre si próprio, algo como a “conduta da conduta”, a direção da alma, o autocontrole, o governo da família (Dreyfus; Rabinow, 1995).

Foucault (1998, 2008) analisa que as práticas de governo são, por um lado, práticas múltiplas, onde muita gente é capaz de governar: o pai de família, o superior do convento, o professor em relação à criança, o pedagogo. Existem assim, muitos governos, sendo estes dentro do Estado ou da sociedade.

Contudo, no Brasil, a noção de governo pode ser confundida com a instância administrativa do Estado. Assim, para que a tradução do francês para o português pudesse ser fiel ao sentido, Veiga-Neto (2005, p. 92) propôs que esse termo fosse “substituído por governamento nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar”.

Sob inspiração em Foucault (2011), o governamento tem a ver com a prática que se estende à maneira como o poder é exercido e distribuído em diferentes esferas da vida social e em diversos níveis da sociedade, se estende a diversas formas de controle e regulação que afetam a vida cotidiana. As práticas de governamento vão desde a administração de instituições até a organização das práticas individuais, o que implica em técnicas disciplinares em escolas, hospitais e prisões, e a promoção de políticas, leis e regras.

Foucault (2011) direciona seu interesse aos estudos pelo Estado, não com o objetivo de definir o que é governo, mas de analisar epistemologicamente as formas de governo, investigando historicamente as práticas reais e concretas de governo. Na aula de 9 de janeiro de 1980, Foucault (2011, p. 53) vai sintetizar que nos cursos dos últimos anos ele tentou esboçar um pouco dessa noção de governo, que esclarece: “me pareceu ser muito mais operatória que a noção de poder”. Essa análise se dá numa transição de uma sociedade que por muito tempo desenvolveu seus mecanismos disciplinares, com foco no controle do corpo, para uma sociedade de controle que permite que os sujeitos circulem, visando governar a população em espaços abertos (Corrêa, 2017).

Assim, o estudo aqui desenvolvido buscou se pautar na noção de governo, analisada por Foucault (2011) e traduzida por Veiga-Neto (2005) como governamento:

> [...] governo entendido seguramente não no sentido restrito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir a conduta dos homens (Foucault, 2011, p. 53).

Nesse sentido, as práticas de governamento envolvem a criação de discursos e saberes que legitimam e moldam a forma como as pessoas exercem o governo de si e dos outros. Em meio a essas práticas, os processos de subjetivação interpelam os sujeitos a se autodisciplinarem e a regularem suas próprias condutas, em sintonia com as normas e expectativas sociais e institucionais. Essa noção é oportuna para compreendermos as relações de força que se exercem nas diferentes instituições, constituindo tanto as estruturas sociais quanto os comportamentos individuais.

Pensando a relação da governamentalidade e do governamento com as práticas de in/exclusão, é pertinente refletir que nem sempre a inclusão foi uma estratégia de governamento utilizada para conduzir os sujeitos e a população. Durante

muitos anos, as estratégias eram pautadas no afastamento, segregação, exclusão ou reclusão dos sujeitos como forma de lidar com os riscos da anormalidade (Corrêa, 2017).

A obrigatoriedade de os surdos estarem nas classes comuns é uma prática própria do contexto da governamentalidade, pois na possibilidade de falar em nome da vida e oferecer segurança, uns passam a conduzir as condutas dos outros, práticas que se tornam naturalizadas sem questionamentos (Bonatti; Sardagna; Flores, 2021).

É possível pensar nas políticas de inclusão como manifestações da governamentalidade do Estado moderno, que busca alcançar resultados junto à população e tem a intenção de governar (Costa; Pieczkowsk, 2019). Nessa perspectiva, é importante refletir sobre as estratégias de governamento presentes nas escolas comuns do Ensino Regular, em relação aos alunos surdos e nas técnicas adotadas para sua inclusão. É pertinente também considerar que as estratégias direcionam para as questões de produtividade, como afirma Kraemer (2011, p. 97):

> Nas estratégias de governo dos surdos na e para a inclusão escolar torna-se necessário dispor de artefatos, de mecanismos, de meios para que se possa conduzir esses sujeitos desde a mais tenra idade a um fim conveniente: o da produtividade.

O contexto contemporâneo mobiliza a todos para o jogo econômico e a escola é um elemento que aciona importantes engrenagens para práticas de governamento. Ao problematizar essa lógica, é preciso também pensar que, ao mesmo tempo, a escola é um espaço que potencializa a inclusão por meio de práticas que respeitam as diferenças, que promovem igualdade de oportunidades, que elava as singularidades das pessoas surdas no seu modo de existir.

Camatti e Lunardi-Lazzarin (2020) problematizam os processos pelos quais os sujeitos surdos são submetidos desde o nascimento, e defendem a importância da Língua de Sinais para o desenvolvimento psicossocial da criança surda, na relação com o campo cultural e identitário. Com isso, as práticas que se pautam no ponto de vista clínico e de reabilitação perdem força no contexto escolar. Essas discussões são pertinentes para compreender a Educação de Surdos em um movimento que se distancia “de práticas hegemônicas sobre o déficit, a incapacidade, o não provimento de uma habilidade adjacente à normalidade humana” (Camatti; Lunardi-Lazzarin, 2020, p. 773).

A pesquisa aqui desenvolvida se alia às discussões que compreendem a Educação de Surdos em um contexto que concebe os surdos como “sujeitos de uma existência contemporânea possível” (Camatti; Lunardi-Lazzarin, 2020, p. 777). Nesse sentido, a Educação de Surdos supõe movimentos de elevação da cultura surda, valorização da Língua de Sinais, protagonismo da pessoa surda em seus percursos educacionais, entre outros movimentos.

5.3 A IN/EXCLUSÃO E SEUS DISPOSITIVOS

Ao pensar acerca da inclusão escolar dos alunos surdos é necessário perpassar pela história da Educação Especial, que surgiu com o objetivo de ofertar um trabalho especializado para as pessoas consideradas com deficiência, incluindo os surdos, permeado por saberes e poderes. Isso transcorre no contexto de uma sociedade industrial onde se deu ênfase ao desenvolvimento das pessoas com alguma deficiência, com vistas a ocupar ofícios no processo de industrialização (Lorenzetti, 2001).

Nesse contexto a sociedade passou a ser regulada cada vez mais por elementos que operam para exercer poder, controle e conhecimento. Assim a noção de dispositivo em Foucault se faz oportuna para relacionar com a constituição de leis, instituições, discursos, formas arquitetônicas, regulamentações, práticas científicas, morais e religiosas, entre outros elementos que englobam práticas de delimitação e regulação dos sujeitos na sociedade.

Em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987), ao analisar o exercício da disciplina, evidencia instâncias de controle individual e coletivo e traz toda uma rede de relações e elementos que têm função estratégica sobre a massa da população que chamou de dispositivos. Dentre as instituições do século XIX que fazem parte do conjunto de elementos estão:

> [...] o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.) (Foucault, 1987, p. 165).

Nesse sentido se constitui uma divisão constante que delimita normal e anormal e vai-se constituindo um conjunto de técnicas para medir, controlar e corrigir, como práticas que perpassam as diferentes instituições sociais, dentre estas, a escola.

Segundo Castro (2009, p. 124), Foucault analisa “dispositivos disciplinares, dispositivo carcerário, dispositivo de poder, dispositivos de saber, dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, etc.”. Assim, dispositivo se constitui de “discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito” (Castro, 2009, p. 124). É oportuno compreender que o discurso da inclusão é constituído por muitos desses elementos, ao envolver instituições, leis, discursos, regramentos, entre outros.

Conforme Mazzotta (1996), os movimentos localizados na Europa os séculos XVIII e XIX, mais tarde nos Estados Unidos e Canadá, tiveram influência no Brasil. Contudo, um dos marcos da inclusão escolar se dá em 1980 nos Estados Unidos, quando se questiona o atendimento em escolas especiais. Isso contribui para que a ideia da inclusão se globalize com a criação, defesa e estudo de teorias e práticas que incentivam a inclusão em muitos países, inclusive no Brasil. O resultado foi a necessidade de mudanças, por meio de reformas educacionais e alterações nos currículos e em todo o sistema educacional, inclusive na adoção de uma política educacional mais democrática (Mendes, 2006).

Um dos elementos constituintes e estruturantes para a constituição do sujeito é a língua, que para os surdos, por conta das diferenças e dificuldades de acesso e uso da Língua de Sinais, sofrem um processo de invisibilização social, muitas vezes refletida na sala de aula quando se encontram incluídos (Mota, 2016). Os alunos surdos acabam se tornando “estrangeiros em seu próprio país”, imersos em um ambiente onde não conseguem se expressar e muitas vezes não são percebidos pelos outros alunos e pela instituição escolar.

As dificuldades que os alunos surdos enfrentam em sala de aula para interagir com os ouvintes não são apenas explicadas pelo desconhecimento em relação à surdez e à Língua de Sinais, mas também pela diversidade e pelos questionamentos em relação ao conceito de “normalidade” (Bisol; Valentini; Simioni; Zanchin, 2010).

Assim, discutir sobre a Educação de Surdos nos leva a problematizar as formas pelas quais historicamente os surdos interagem com os ouvintes, já que a concepção de que o ouvinte é sempre a referência adotada para a constituição de recursos e

espaços educacionais tem sido predominante. Os conceitos que giram em torno da experiência de anormalidade e deficiência marcam as relações entre surdos e ouvintes assim como marcam as relações entre as pessoas em qualquer situação de ruptura do ideal de um corpo tido como normal (Bisol; Valentini; Simioni; Zanchin, 2010).

Em muitos casos, a inclusão de alunos surdos com os “não surdos” em sala de aula não apresenta os resultados esperados, segundo Thoma (2006). Essa situação pode estar associada ao amplo leque de questões que não foram pensadas e preparadas previamente pelas gestões escolares, muitas vezes não reconhecendo a complexidade das relações, discursos e representações sobre os surdos no processo de inclusão (Thoma, 2006).

Outras problematizações têm a ver com a legislação que trata da inclusão de surdos em instituições de Ensino Regular e que prevê um TILS de Libras/Língua Portuguesa, bem como recomenda a flexibilização na correção da escrita em provas (Brasil, 2003). Neste caso, uma das intervenções utilizadas na inclusão é o uso de TILS para traduzir a língua oral-auditiva utilizada nas salas de aulas para os alunos surdos. Essa dinâmica estabelecida em sala de aula, entretanto, é delicada, pois cria dificuldades para o aluno surdo, que muitas vezes não sabe para quem direcionar o seu olhar, se no professor ou no TILS, considerando que a comunicação ocorre de modo simultâneo em diferentes vias (Bisol; Valentini; Simioni; Zanchin, 2010).

Em 2021, foi sancionada a Lei nº 14.191, que entende a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua. Acentua a necessidade da presença de serviços de apoio educacional especializado capazes de atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos (Brasil, 2021).

Faz-se importante considerar de que a maioria dos professores que atua em sala de aula recebeu uma formação para trabalhar com um público relativamente homogêneo, que compartilha da mesma língua do professor. Ao se ver diante do aluno surdo, precisa agora adaptar-se a este estrangeiro em seu próprio país, que pode não reconhecer o português por não ser sua língua materna (Rosa, 2008).

Dessa forma, pode-se pensar que a inclusão consegue agir frente à diversidade contemporânea e, sem dúvidas, essa diversidade possibilita reavaliar referências que muitas vezes se consolidam de maneira estáticas e preconceituosas, proporcionando

espaços de ressignificação de si mesmo diante do outro, possibilitando espaços de transformação, criação e criatividade (Bisol; Valentini; Simioni; Zanchin, 2010).

Falar de in/exclusão também é problematizar a ideia de um “fora” inventado junto com o anormal, e um “dentro” relacionado ao conjunto de múltiplas cabeças (pela ação da biopolítica) consideradas normais é que vai ser a matriz para olhar para essa relação entre o surdo e o não-surdo. Assim, tanto esse fora, quanto esse dentro são lugares instituídos na norma moderna. Por esse motivo, os estudos de Kamila Lockmann (2014), Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2011) sobre a in/exclusão nos ajudam a compreender essa relação que o campo da educação convencionou de inclusão.

O conceito de “in/exclusão” foi criado para descrever as peculiaridades do nosso tempo, se caracterizando pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelos convencimentos dos indivíduos de suas supostas incapacidades e/ou capacidades limitadas. Refletindo sobre as atuais formas de inclusão e de exclusão, é relevante pensar o conceito de in/exclusão de um modo contemporâneo de operação que não opõe a inclusão à exclusão, articulando-se uma forma que uma só opera na relação com a outra, através do sujeito e de sua subjetividade (Veiga-Neto; Lopes, 2011).

A in/exclusão nos proporciona um campo para compreender as normas estabelecidas na relação escolar entre ouvintes e surdos, delineando o que é considerado como inclusão, exclusão ou in/exclusão. Isso se torna fundamental para entender a inclusão escolar de alunos surdos em escolas comuns do Ensino Regular.

Na próxima seção iremos apresentar os caminhos e procedimentos analíticos utilizados para a realização da pesquisa, sob princípios do Estudo de Caso.

5.4 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS PARA O ESTUDO DE CASO

O estudo de caso se constitui numa importante abordagem de pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. Pode ser simples e específico ou complexo e abstrato, sendo fundamental delimitar o campo do estudo (Ventura, 2007). A delimitação do estudo de caso na presente proposta está mais situada na experiência da escola e de familiares sobre a inclusão de aluno surdo na escola comum do Ensino Regular.

No estudo de caso, as análises e reflexões acontecem durante os estágios da pesquisa, principalmente durante o levantamento das informações e evidências. A sistematização dos dados e a organização das anotações realizadas no diário de campo seguem o protocolo desenvolvido para o estudo (Martins, 2008).

A utilização de entrevistas foi fundamental para mapear práticas, valores, crenças e concepções, permitindo reunir informações pertinentes e com profundidade, por meio de levantamento de informações consistentes que possibilitaram responder o problema levantado na pesquisa (Duarte, 2004).

A análise dos dados seguiu os princípios da análise do discurso de Foucault, compreendendo a linguagem e o discurso como lugares de lutas permanentes, onde é necessário se atentar as práticas discursivas e não discursivas (Foucault, 1996), mantendo uma atitude de dúvida diante dos aspectos investigados. O discurso pode ser visto como um sistema de signos, e como práticas que constituem sistematicamente os objetos de que fala. Sendo assim, as palavras e as coisas se relacionam de maneira complexa e histórica, na produção de significados datados e constitutivos de modos de vida (Foucault, 2012).

Quanto aos procedimentos, foi emitido um termo de anuência para a instituição em nome da Gestão Escolar, e temos de consentimentos livres e esclarecidos para os membros da equipe diretiva, para o familiar do aluno surdo e para o profissional TILS. A participação foi aceita e os termos foram devidamente assinados. A intenção inicial era de contar com alguma participação do aluno surdo, porém, apesar de ele acompanhar a entrevista com a sua mãe, preferiu não se manifestar.

As informações foram obtidas por meio de entrevista, seguindo um roteiro de questões semiabertas que interrogaram sobre o percurso da educação de aluno surdos com as quatro pessoas participantes.

As entrevistas foram agendadas por Whatsapp e foram realizadas de forma oral por não ter Surdos participantes. A duração das entrevistas foi em média de 01h30. Foi realizada a gravação de áudio das entrevistas, que depois foram transcritas, analisadas e selecionados trechos relevantes para a pesquisa.

Esses procedimentos ocorreram na Escola Campestre, em uma sala reservada. Os participantes ficaram livres para responder o que consideraram pertinente. Além do roteiro, foi utilizado um diário de campo, para anotações complementares da pesquisadora sobre o contexto pesquisado, obtidas durante as dinâmicas das entrevistas.

Os procedimentos seguiram os princípios éticos previstos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. No Art. 19 (Brasil, 2016):

> O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos.

Entende-se que os potenciais riscos foram mínimos, como, por exemplo, o risco de haver distorção na compreensão das questões. Entretanto, para minimizar esse risco, a pesquisadora ficou à disposição, via Whatsapp ou pessoalmente, para explicitar qualquer questionamento – o que não se fez necessário. A pesquisadora teve o cuidado em acolher todas as informações da pesquisa e deixou bem explícito que, se houvesse algum desconforto emocional, disponibilizaria suporte psicológico, oferecendo assistência imediata, como suporte de profissional de Psicologia, custeado pela pesquisadora. Foi também informado que em situação como estas, a pesquisadora informaria imediatamente ao Comitê de Ética em Pesquisa. Informou ainda que seria garantido o resguardo da informação.

Conforme a Resolução 510/2016, Art. 9º:

> São direitos dos participantes:
> I- Ser informado sobre a pesquisa;
> II- Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
> III- Ter sua privacidade respeitada;
> IV- Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
> V- Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
> VI- Ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei;
> VII- O ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa (Brasil, 2016).

Cabe ainda salientar que foram informados os benefícios e vantagens em participar deste estudo, destacando-se a contribuição para o desenvolvimento de estudos ligados à Educação de Surdos, inclusão e pesquisa, mas também a contribuição com o contexto da pesquisa para aprimorar práticas pedagógicas direcionadas à Educação Bilíngue, abertas à alteridade surda, em detrimento à sua condução, segundo parâmetros ouvintistas.

Na seção seguinte está o capítulo seis que trata dos *Olhares para a Educação de Surdos*, cuja discussão considerou o cruzamento dos excertos das entrevistas com o campo conceitual. É o capítulo que traz o exercício analítico da pesquisa, organizado em três eixos, como já foi anunciado.

6 OLHARES PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS: EXERCÍCIO ANALÍTICO

Participaram da pesquisa quatro (4) pessoas vinculadas ao ensino do Aluno surdo na Escola Campestre. Representando a Gestão Escolar: a diretora e a vice-diretora; representando a mediação entre o aluno surdo e a escola: a profissional que atua como TILS; e representando a família: a mãe do aluno egresso. Todas entrevistas foram compostas de perguntas semiestruturadas, segundo os roteiros que se encontram em apêndice nesta dissertação. As representantes da Gestão Escolar responderam doze (12) questões, a TILS treze (13) questões, e a mãe do aluno surdo quatorze (14) questões.

O exercício analítico foi realizado, primeiramente partindo da tabulação das informações obtidas nas entrevistas. Após foram feitos cruzamentos com registros do diário de campo e com o referencial teórico-metodológico, o que permitiu a organização do estudo analítico em três eixos, sendo eles: 1) O olhar da Gestão Escolar: a experiência com alunos surdos; 2) A mediação da profissional TILS na escola; 3) “Era uma inclusão que excluía”: a percepção familiar.

6.1 O OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA COM ALUNOS SURDOS

A Educação [...] tem que desaprender
muitos preconceitos, entre eles o de “querer” fazer
do surdo um ouvinte.
(Gládis Perlin)

Nesse capítulo, serão abordadas mais especificamente as entrevistas realizadas com a diretora e com a vice-diretora da Escola Campestre, acentuando o olhar da Gestão Escolar sobre a experiência com alunos surdos. As entrevistas foram realizadas em duas ocasiões diferentes, sendo estas realizadas de maneira individual na sala da direção. As informações contemplam tanto as narrativas, quanto registros realizados pela pesquisadora, durante as visitas à escola, para proceder as entrevistas.

Ao chegar na Escola Campestre para a realização da pesquisa, é possível perceber as adaptações presentes na escola para a recepção do aluno surdo. Por

exemplo, alguns ambientes possuem frases sinalizadas em Libras, assim como o nome e numeração da escola (Diário de campo, 2023-2024).

A diretora atua há dez anos na Escola Campestre, possui dezoito anos de formação na área da Pedagogia e pós-graduação em Gestão Educacional. Ela relata ter experiência somente em Gestão Escolar com alunos surdos, auxiliando-os no manejo em relação a escola e na comunicação com a família. A vice-diretora atua há vinte anos na escola Campestre, possui 29 anos de formação na área da Pedagogia e pós-graduação em Educação Especial. Ela relata o primeiro contato com alunos surdos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e, posteriormente, na Escola Campestre, nas turmas de surdos como no modelo de inclusão. A vice-diretora possui experiência como professora e como gestora, segundo ela, com a "inclusão de alunos surdos" na Escola Campestre.

Quanto à experiência de se ter um aluno surdo na escola, a diretora manifesta desafios e dificuldades, especialmente ao se referir ao aluno surdo na turma de ouvintes, o que ela denomina "na inclusão", tanto no aspecto pedagógico, quanto financeiro:

> **Diretora**: Foi um desafio ter um aluno surdo, já tinha poucos recursos, antes tínhamos sala especial de surdos e agora estávamos recebendo o aluno surdo na inclusão. Quando recebi um aluno surdo, fiz uma formação em Libras, mas foi bem desafiador, porque o aluno surdo tinha um diagnóstico de surdez severa, tinha também algumas questões psicológicas e se recusava a utilizar Libras.

Observa-se uma demarcação entre a experiência na "sala especial" e "na inclusão". Nesta segunda experiência, salientam-se maiores obstáculos, contudo, há um marcador no aluno surdo, justificado pelo acento clínico. Nesse sentido, o sujeito surdo é mais o produto de uma normativa médica e social, conforme analisa Tavares (2008), do que o indivíduo no seu odo de existir.

A acentuação no diagnóstico também fica explícita no excerto a seguir:

> **Diretora**: Não tem só a inclusão dos alunos laudados e sim dos alunos que não tem laudos. E dos alunos que também é necessário se dar conta.

Sob a justificativa de que é preciso conhecer as particularidades diagnósticas dos alunos, muitas vezes a atuação de alguns professores gira em torno das

limitações, sintomas e diagnóstico, não se atentando ao “fator humano”, impedindo o olhar acerca dos sujeitos e do que os constituem (Mendes, 2006).

Para a compreensão em relação a subjetivação ou a experiência que o aluno surdo tem de si, é importante considerar o contexto em que esse aluno em específico, citado pela diretora e o qual denominarei de “Aluno 1”, está inserido. Este nasceu em uma família de ouvintes, constituída por pai, mãe e dois irmãos menores ouvintes, e na qual ambos não possuem fluência na Língua de Sinais.

A chegada de uma criança surda em uma família ouvinte gera muitos movimentos, pois essa família está organizada diante de um padrão “normalizador” que a conduz a se integrar à vida social, onde desconhece a comunidade dos surdos e necessita lidar com suas expectativas em torno da “não-normalidade” de seus filhos (Strobel, 2008). Esse aspecto está expresso na narrativa da vice-diretora:

> **Vice-Diretora**: O aluno [...] não se identificava como aluno surdo, tinha muitas dificuldades, ele não tinha um reconhecimento como surdo. Ele queria olhar para a professora e não para a intérprete. Ele via na figura do professor uma figura a mais. Os pais não sabiam os sinais, e não utilizavam a Libras.

Fica evidente que a dificuldade de o aluno surdo se comunicar em Libras tem a ver com o marcador de sua diferença em sala de aula. Lunardi (2003) e Skliar (2003) propõem a reflexão de que “o direito de ser diferente” não se distancia de uma “estratégia de assimilação da diferença”, levantando o questionamento sobre o discurso da diversidade, construído no “princípio da equidade”, se diferenciar muito do discurso que busca transformar a diferença em semelhança.

As crianças surdas que nascem em famílias ouvintes observam conversas e discussões que elas não fazem parte. Alguns surdos nascidos em família de ouvintes já relataram, em livros e entrevistas, o sentimento de isolamento que sentem dentro do seio familiar, devido as barreiras da comunicação (Strobel, 2008). Sendo alguns dos relatos a descrição da sensação de “ser um árabe solitário num deserto que se estende para o horizonte por todos os lados [...]” (Jacobs, 1974, p. 173 *apud* Sacks, 1989, p. 131).

A vice-diretora ainda salienta que o Aluno 1 preferia acompanhar a professora em sala aula, apesar de não a compreender, do que acompanhar a TILS, o que de certa forma o aproximava dos alunos que estavam inseridos no mesmo ambiente, que também acompanhavam a professora. Dessa forma, o Aluno 1 se demonstrava muito

mais adaptado a esse isolamento, vivenciado desde as relações familiares, do que adaptado à Língua de Sinais.

É necessário observar a força que se constituiu em torno do discurso ouvintista, que prega que o sujeito surdo, para estar bem adaptado à sociedade, precisaria se adaptar a viver dentro de uma cultura ouvinte, na perspectiva da homogeneização previsível (Lunardi, 2003).

Sendo assim, pode se supor que o processo de subjetivação do Aluno 1 foi atravessado pelos discursos de normalização e ele tomou para si a necessidade de apagar as suas diferenças em sala de aula, distanciando-se do marcador “anormal” que precisa de algum auxílio, correção ou adaptação.

Por outro lado, o excerto a seguir evidencia movimentos desencadeados pela própria escola, numa tentativa de compreender o surdo na sua cultura:

> **Vice-Diretora**: A experiência é boa, porque se aprende a ter uma boa relação, eles nos dão um sinal, se comunicam com nós, nos dão uma nova forma de entender o mundo. No momento que se passa a conviver, você começa a ter interesse, o ideal é saber sinalizar a Libras.

Nas suas pontuações, a vice-diretora eleva a importância da sinalização com os surdos, informando sobre a busca por curso e treinamento, como formações específicas para que seja possível a comunicação dos docentes com o aluno surdo.

A comunidade surda tem a tradição de batizar o nome das pessoas através da Língua de Sinais, utilizando alguma característica física da pessoa, a primeira letra do seu nome, sua profissão e outros. Essa foi uma prática realizada na escola. Esse sinal próprio é a identidade de cada um na comunidade surda, sendo referidas por esse sinal, e não mais pelo nome (Strobel, 2008).

Em sua explanação, a vice-diretora defendeu o contato com a Libras e o aluno surdo, refletindo sobre a experiência de seu filho no mercado de trabalho, que ao encontrar um colega surdo, conseguia se comunicar com ele, mesmo que de maneira reduzida, por já ter obtido acesso à língua na Escola Campestre. Esse foi um aspecto que na sua percepção, acabou beneficiando o acolhimento de uma pessoa surda na vida profissional (Diário de campo, 2023-2024). Contudo, a pessoa surda não pode ficar à mercê de ações pontuais e aleatórias para que a comunicação em Libras seja praticada. É preciso fazer parte das práticas institucionais como um todo.

É importante refletir que, ao falarmos sobre a Educação de Surdos, não podemos deixar de pensar sobre a importância da Língua de Sinais, da formação dos professores e do TILS. A respeito da formação em Libras, as gestoras compartilham:

Diretora: Muitos colaboradores da escola fizeram formação, e muitos se aperfeiçoaram. Nem todos os professores se interessam em buscar a formação, mas a é importante buscar a formação e praticar, estar em constante aprendizado e comunicação.

Vice-Diretora: O Estado acaba não motivando a busca dessa formação, mas a Escola busca motivar para a realização dessa formação, para a busca desse conhecimento, pelo menos o mínimo do conhecimento.

Há mais de 20 anos, a Lei n° 10.436 da Língua Brasileira de Sinais já estabelecia a garantia da acessibilidade do uso da Libras e de sua propagação em todos os lugares públicos, salientando no Art. 4° que todos os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a Libras nos cursos de formação de professores (Brasil, 2002), todavia, a formação em Libras parece ser uma busca pessoal, a critério de cada docente.

Vice-Diretora: Alguns professores de AEE não quiseram acompanhar alunos surdos por não saberem se comunicar. É preciso buscar se não se sabe, não possuir essa resistência, procurar recursos, que seja presencial ou online.

Nesse excerto, também fica evidente a opção do docente pela comunicação em Libras. O AEE se estrutura como um espaço para a identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, construindo materiais que possam garantir a plena participação dos alunos, levando em consideração as suas especificidades (Brasil, 2008).

O AEE ocupando esse lugar de garantir a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência, necessita desenvolver técnicas para o entendimento necessário para a realização do acompanhamento com o aluno surdo. Dessa forma, observamos a resistência presente por algum profissional do AEE da Escola Campestre, ao se “negar” a comunicação com os alunos surdos, demarcando os espaços que o aluno surdo pode e não pode ser incluído.

Por outro ponto de análise, essa narrativa do “dar conta” e da busca de conhecimentos para promover a Educação “Inclusiva” é também um acionador de processos de subjetivação dos discursos da inclusão. Esse discurso produz um ideal de um “aluno incluído”, ao mesmo tempo um ideal de docente que opera inclusão.

Há momentos em que os dizeres evidenciam iniciativas individuais (e não institucionais) a respeito da inclusão do aluno surdo:

Vice-Diretora: A relevância do professor é de 80%, ele é a referência, ele vai guiar o aluno nesse ambiente, mas ele precisa querer a inclusão, se preparar para isso. Porque os alunos surdos têm o direito de estar dentro da sala.

Para além do direito do aluno, há uma questão de concepção do sujeito outro na escola, que merece ser olhado na sua condição social, cultural, não pelo viés daquilo que lhe falta, mas pela sua diferença.

Diretora: A inclusão é importante, mas é necessário ter um olhar atencioso ao sistema que muitas vezes não se organiza para dar estrutura para os alunos. Existe uma inclusão que não inclui, não inclui efetivamente. Exclui.

A diretora manifesta sua análise quanto a uma estrutura que não atende às necessidades para a “inclusão”, o que é uma expectativa, diante do imperativo da inclusão (Faustino, 2021). Uma forma de governamento evidente está relacionada ao discurso da “escola inclusiva”, como aquela que acolhe a todos no Ensino Regular, ao mesmo tempo que é aquela que coloca todos no jogo produtivo (Lockmann, 2014).

As discussões sobre igualdade e justiça giram em torno do problema da inclusão/exclusão, que através de estratégias de poder definem os grupos que estão dentro dessa lógica. Essa lógica visa incutir o compromisso diante das políticas educacionais a ideia de uma sociedade inclusiva, que se preocupa em encontrar estratégias para a participação mais igual dos sujeitos e grupos que tem sido excluído (Lunardi, 2003; Skliar, 2003).

Como um dos imperativos de inclusão, é possível considerar a mediação do profissional TILS com o aluno surdo. Sobre isso, ambas gestoras relataram possuir boa convivência com a TILS, e uma comunicação aberta em relação ao planejamento do aluno surdo:

Diretora: Sempre foi buscado realizar um conteúdo adaptado, buscando adaptar algumas atividades. Realizando atividades em conjunto com o TILS.

Há uma preocupação pela promoção de um ambiente que considere as singularidades dos alunos surdos em um espaço onde circulam ouvintes e surdos. É preciso a desconstrução das fronteiras entre os surdos e ouvintes, com a responsabilização de todos os agentes envolvidos na educação dos surdos (Dorziat; Araújo, 2012).

Ao serem questionadas sobre alguma intervenção ou recurso para a Educação de Surdos na escola, salientam:

Vice-Diretora: Aumentar a tecnologia para os alunos surdos, os recursos, que possibilite o interesse e os incentivos para que eles possam se adaptar e desenvolver com mais rigor.

Diretora: [...] a utilização de ferramentas tecnológicas, utilizar a tecnologia, construindo materiais maia didáticos.

A tecnologia digital pode aproximar o surdo com a aprendizagem, novos conhecimentos, comunicação e interação com o meio social, oportunizando a sua participação social. Os recursos tecnológicos usados para aprendizagem podem ser aliados à Educação do Surdo, sendo eles: computador, que pode promover desenvolvimento cognitivo; celular, apresentar ferramentas e aplicativos como: VLibras, Hand Talk e Glide, que são aplicativos desenvolvidos para tradução de conteúdo em Libras para o Português, a utilização de retroprojetor que proporcione conteúdos visuais para o surdo (Menezes, 2021). São importantes mecanismos de ampliação das oportunidades de comunicação, contudo, são formas de condução dos sujeitos, tanto discente quanto docente, para melhor atender à lógica da governamentalidade (Foucault, 1998).

Para finalizar, as gestoras manifestam preocupações quanto à relação com o poder público, referindo-se ao cumprimento dos regulamentos legais que ainda não se concretizam.

Vice-Diretora: É necessário doar-se inteiramente, e ter uma interação, existe uma invisibilização do aluno surdo.

Diretora: É importante continuar falando sobre isso, buscar cobrar do poder público, buscar caminhos.

Ao mesmo tampo, há uma acentuação de uma postura benevolente em relação à pessoa surda, o que minimiza a força do direito do aluno surdo. A demarcação de fronteiras contribui para a invisibilidade da alteridade surda, os inferiorizando dentro do processo educacional.

A partir do exercício analítico, é possível inferir que no olhar da equipe diretiva as conduções institucionais têm direcionado o aluno surdo para uma vida social na lógica ouvintista. Essa lógica produz processos diante da subjetivação desses alunos, fazendo-os se enquadrar na lógica social que busca abrandar suas diferenças e adaptar os sujeitos de acordo com os riscos que eles podem oferecer socialmente.

6.2 A MEDIAÇÃO DA PROFISSIONAL TILS

Por ser TILS e viver no mundo Surdo
Me considero, por respeito, um Surdo.
Pois, ser surdo é viver em dois mundos
simultaneamente, ouvir com os olhos, expressar
com o corpo
e falar com as mãos!
(Reginaldo Aparecido Silva)

Esta seção compartilha os dizeres da entrevista realizada com a profissional TILS que acompanhou, por alguns anos, alunos surdos em classes comuns do Ensino Regular na Escola Campestre. A TILS possui 29 anos de formação em Pedagogia. No ano de 2015, concluiu a formação de Tradutor-Intérprete da Língua de Sinais, desejo que surgiu a partir de suas experiências familiares. A TILS relata possuir um irmão surdo, que constituiu família com sua esposa surda e foi esse contato com a surdez e a com a Língua de Sinais, que a motivou aprofundar seus conhecimentos e realizar formações em Libras, posteriormente atuar como profissional TILS.

O TILS é o profissional responsável pela interpretação da Língua de Sinais para o Português ou do Português para a Língua de Sinais. O campo de atuação desse profissional varia de acordo com as possibilidades e espaços de circulação de pessoas surdas, podendo atuar em eventos públicos, privados, na escola, na mídia ou em acompanhamentos individuais como em consultórios médicos ou questões jurídicas (Dorziat; Araújo, 2012).

O TILS atuando dentro da educação deve estar presente na participação das ações e comunicações dentro da escola e sala de aula, sendo um agente pedagógico dentro do processo educacional, ao atuar como mediador para a aprendizagem do aluno surdo (Girke, 2018).

A TILS relata possuir alguns anos de experiência de atuação na educação, tendo iniciado seu trabalho na cidade de Capão da Canoa/RS e posteriormente na Escola Campestre na cidade de Osório/RS. A respeito de sua experiência na Escola Campestre, ela destaca desafios, mas especifica a experiência com um dos estudantes surdos que acompanhou em sua trajetória na Escola Campestre, do Ensino Médio, salientando a autonomia deste, como potencializador do processo:

TILS: Foi muito desafiador o acompanhamento do aluno surdo, tive algumas dificuldades no início, era um aluno inteligente e então conseguíamos trabalhar na lógica da autonomia.

O principal objetivo do TILS não se resume apenas a interpretar o conteúdo, mas também a promover a acessibilidade do surdo no ambiente escolar, aos conhecimentos, ao desenvolvimento das questões identitárias e culturais, entre outras demandas que envolvem o percurso formativo. No Ensino Médio, isso se expande e é comum que o intérprete consiga trabalhar com a independência e autonomia, por se tratar de alunos com experiências na comunidade surda (Girke, 2018).

A autonomia do sujeito surdo está alinhada com as práticas de governamento que os parâmetros curriculares tencionam. Assim há uma articulação na escola que envolve equipe diretiva, profissionais da educação e estudante em favor de condutas autônomas, com vistas a subjetivações alinhadas às demandas sociais. São estratégias para a efetivação do governo de si, por meio da autonomia (Lockmann, 2014).

Ao pensar em estratégias, é relevante considerar movimentações elencadas pela escola para promover percursos curriculares. A respeito disso, a TILS informa como é realizada a adaptação dos objetos de aprendizagem para os alunos surdos:

TILS: Tem professores que buscam produzir materiais para os alunos surdos, porém existe muita dificuldade e falta de vontade dos professores em buscarem formação em Libras.

É salientada a inclusão dos alunos surdos a partir do respeito à condição do sujeito e ao uso da Língua de Sinais dentro da escola, o incentivo da interação entre surdos-ouvintes. No excerto, a iniciativa fica à mercê da vontade do professor, como um investimento pessoal e não institucional. Assim, a escola se torna um espaço passível às subjetivações dos alunos surdos, conforme analisa Uhmann (2020), pelas imposições ouvintistas.

É possível perceber que a não formação dos professores em Libras retrata o afastamento, a dificuldade do contato com o aluno surdo, que acaba se direcionando somente aos TILS como figura de ensino dentro da sala de aula. De certa forma, as informações da pesquisa evidenciaram um certo distanciamento da figura do professor, quando se trata da Educação de Surdos, uma vez que não houve professor que se voluntariasse a participar da entrevista (Diário de campo, 2023-2024).

TILS: Existem poucas ações dos professores em relação ao aluno surdo, normalmente as iniciativas sempre surgiam por mim. Os professores generalizavam os materiais sem distinção em relação a dificuldade ou limitação dos alunos.

É importante considerar que o TILS não possui formação na área proposta pelo professor, o que faz com que ele não tenha a necessidade de conhecer o conteúdo em si, e sim os sinais para o conteúdo estudado. É importante que as dúvidas dos alunos sejam respondidas pelo professor e não pelo TILS (Girke, 2018). Girke (2018) ainda refere que é comum que o intérprete acabe dando sugestões e contribuindo para a educação dos alunos surdos, e isso acontece por conhecerem as adaptações que são necessárias, como também o processo de aprendizagem do aluno surdo e seus comportamentos. Por outro lado, acaba assumindo uma responsabilidade que não é sua e nem sempre se pode garantir que o direito de acesso aos conhecimentos técnico-pedagógicos por parte do estudante surdo.

No contexto da pesquisa, fica evidente a importância do TILS enquanto articulador no processo de aprendizagem do estudante surdo, o que também aponta para fragilidades – tanto nos processos formativos iniciais de professores, quanto na formação continuada e na formação do coletivo da escola. Na percepção da profissional TILS, além do distanciamento do docente em relação à Educação Bilíngue, há preconceito, combinado com benevolência.

TILS: É ideal permanecer o contato com os alunos, esse é o desafio maior, os professores não possuem preparo para isso, tem medo de se comunicar com os alunos surdos, existe preconceito, um olhar de pena em relação aos alunos surdos.

O aluno surdo vive um processo flutuante de in/exclusão dentro da escola, cotidianamente, onde a norma que referencia esse processo é a das práticas oralistas, onde a falta da audição é o marcador que adjetiva a alteridade que está na margem da norma (Veiga-Neto; Lopes, 2011).

A TILS relata ainda sobre o acompanhamento de um outro aluno surdo, que irei denominá-lo de “Aluno 2”. Segundo ela, o Aluno 2 cresceu em uma família com ensinamentos religiosos muito rígidos, e dentro da sala de aula apresentava aptidões acentuadas para as disciplinas de Artes e Matemática. Este passou por situações de dificuldades de aceitação em relação a sua orientação sexual, por se considerar homoafetivo, o que se tornava mais uma dificuldade dentro do ambiente escolar.

Sendo assim, a TILS destaca que seu trabalho em relação ao Aluno 2 também era de conseguir empoderar ele diante de sua identidade, o auxiliando em relação aos olhares de preconceito que aconteciam dentro da escola, o incentivando sobre a sua aceitação e reconhecimento.

TILS: Eu fazia esse papel de empoderar o Aluno 2, porque a escola não o apoiava, nem os professores, muitas vezes o acolhimento era realizado por mim e por seus colegas ouvintes.

TILS: É importante normalizar o aluno surdo, tirar ele do lugar de vitimismo, do coitadismo, que a própria escola o acolhe nesse sentido. Sendo necessário realizar avanços, buscando que todos os espaços possam ter TILS, uma naturalização das línguas de sinais, a comunidade exigindo que o TILS esteja presente nos ambientes para que se tenha uma comunicação com inclusão.

O empoderamento de alunos surdos dentro da escola, em diversas situações, auxilia o surdo no entendimento de suas emoções, o afastando de sentimentos de inferioridade, que podem surgir dos ouvintes ou dos próprios surdos (Uhmann, 2020).

É possível considerar que o TILS acaba sendo um operador fundamental no governamento do sujeito surdo, muitas vezes ocupando a função de agente pedagógico.

A realização da entrevista com a TILS ocorreu em meio às enchentes do estado do Rio Grande do Sul, sendo muito repercutida a importância de os conteúdos

informativos sobre o estado serem traduzidos em Libras – e situação que não estava acontecendo. Sobre isso, a TILS relatou que em suas redes sociais estavam diversas manifestações de alunos surdos e seus familiares sobre a importância e a responsabilidade do Estado contratar profissionais para informar os surdos, da mesma forma que estavam informando os ouvintes (Diário de campo, 2023-2024).

A seguir, estão descritas as informações obtidas de familiar de um dos estudantes surdos egressos da Escola Campestre, durante a experiência na Educação de Surdos.

6.3 “ERA UMA INCLUSÃO QUE EXCLUÍA”: A PERCEPÇÃO FAMILIAR

> *Eu tinha duas opções: chorar ou aprender a lidar com a surdez, até então totalmente desconhecida. De fato, não é simples, fácil ou rápido, mas* é possível. Escolhi a segunda opção.
> (Simone – Crônicas da Surdez)

Na presente seção, serão compartilhadas informações acera da entrevista realizada com a mãe de um aluno surdo, salientando a percepção familiar sobre a educação do filho surdo, processo o qual a mãe retrata o modelo de “inclusão” vivido na Escola Campestre. Irei denominá-lo de “Aluno 3”.

O Aluno 3 possui grau severo de surdez nos dois ouvidos, sendo zero no lado direito, e não possui histórico de deficiência auditiva na família. Sua família é composta por pais ouvintes e dois irmãos ouvintes, ambos mais novos, e todos buscaram de alguma forma algum conhecimento em Libras para a comunicação em família.

O Aluno 3 estudou em classe especial de alunos surdos até o terceiro ano do Ensino Fundamental, passando a estudar no modelo da perspectiva inclusiva a partir do quarto ano. A mãe do Aluno 3 salienta problemáticas vivenciadas na transição da classe especial para a classe comum:

> **Mãe do Aluno 3**: Ele parou de desenvolver na terceira série, na inclusão ele queria prestar atenção na professora e não na intérprete. Prestar atenção nos colegas também, ele não se adaptava.

Primeiramente, chama-nos atenção a forma como a mãe delimita o ambiente escolar como “na inclusão”, deixando evidente que a comunicação não fluiu como era esperado. Possivelmente, o estudante enfrentou dificuldade por não contar com

prática bilíngue, uma vez que a figura que até então era sua referência, no caso a professora, desta vez só se comunica de forma oral. De certo modo, isso confundiu o Aluno 3 em relação a quem se dirigir.

A mãe do Aluno 3, em alguns momentos ao longo da entrevista, mostrava fotos e momentos em que seu filho estava com os irmãos, contava sobre os gostos e preferências de seu filho, e relatou sua proximidade com as mídias digitais e o quanto ele tinha uma boa relação com sua irmã mais nova (Diário de campo, 2023-2024).

O compartilhamento de experiências entre pessoas da cultura surda é uma das formas de identificação do surdo. A partir disso, o surdo passa a se identificar e se sentir pertencente a uma comunidade para compartilhar, por meio da Língua de Sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização (Perlin; Strobel, 2014).

A partir das palavras da mãe do Aluno 3, é possível inferir que houve falta de conhecimento, talvez não de Libras em si, mas de outros elementos que criam barreiras da comunicação do sujeito surdo no contexto escolar. Conforme Silva, Medeiros e Schwengber (2023), os surdos possuem uma história marcada por lutas e conquistas, e é visível que na área da Educação essa luta continua presente:

> **Mãe do Aluno Surdo:** Eu não tinha muito contato com os professores, quando a intérprete não ia, avisavam que o [Aluno 3] não ia ter aula. Acreditavam que nunca ia ser cobrado na secretaria da educação uma postura. A equipe da escola relatou não estava preparada para receber um aluno surdo, o que parecia ser um absurdo.

> **Mãe do Aluno Surdo**: Meu filho não conseguia nem participar dos passeios escolares, nós não éramos convidados a participar das reuniões com o país. Uma exclusão total. Se a intérprete não pudesse estar presente, então eles não contavam com a presença do [Aluno 3].

É visível uma prevalência da cultura ouvintista e a ausência de uma concepção que respeite às diferenças e que compreenda do papel da escola na promoção da igualdade de oportunidades, quando se exclui o Aluno 3 dos passeios, das reuniões etc. Isso supõe a negação do direito universal de aprendizagem.

A escola é um local onde os surdos podem viver experiências para além das matrizes já estabelecidas dentro da escola. A relação entre os alunos surdos e os espaços escolares necessariamente necessita fazer parte do processo educacional, que visa ressignificar o padrão de formação dos ouvintes (Faustino, 2021).

Os surdos e seus familiares ainda precisam provocar tensionamentos para que as políticas de inclusão possam considerar as especificidades dos alunos surdos, buscando reinvindicações sociais e políticas que possam olhar o sujeito surdo para além da lógica ouvintista.

Mãe do Aluno 3: O aprendizado era uma dificuldade, não existia conteúdo no caderno, não existia investimento em relação à educação dele. “Mais adiante ele vai aprender”, frase que eu escutava se repetir.

A falta de comunicação entre alunos surdos e professores ouvintes demonstra o retrato escolar onde esses alunos estão presentes em sala de aula, mas não inseridos em um processo de aprendizagem curricular (Pereira, 2022). Segundo o autor, é imprescindível destacar a necessidade do desenvolvimento de propostas educacionais que possam possibilitar ao aluno surdo o seu protagonismo discente, do ponto de vista da cultura surda.

É possível perceber a diferença nos relatos das representantes da Gestão Escolar e da mãe do Aluno 3 sobre a inclusão dentro da Escola Campestre, em muitos momentos parecendo relatos de escolas diferentes (Diário de campo, 2023-2024).

A respeito da relação do Aluno 3 com os colegas, a mãe compartilha:

Mãe do Aluno 3: Em alguns momentos os colegas brincavam com o [Aluno 3], mas quando tinham algumas atividades, como provas, ele gritava e alguns pais e alunos reclamavam.

Nota-se que essa prática não é alheia a toda uma produção histórica da deficiência e da surdez, pautada em normalizações que servem de referência. Esta é mobilizada por poderes que conduzem e controlam as formas de comportamento e a relação dos surdos consigo mesmos e com os outros.

Além da segregação, a queixa da mãe confirma a prática de “normalização”, que pauta o processo educacional do aluno surdo e que acaba por punir e dominar as diferenças.

Mãe do Aluno Surdo: Se fosse inclusão, seria realizado de outras formas, em grupo, e não colocar de qualquer jeito na sala de aula.

O processo educacional do aluno surdo, acaba sendo um experimento sem que se leve em consideração a necessidade de garantir a acessibilidade na comunicação e no direito de aprendizagem. Prevalecem discursos em torno da anormalidade que reverberam na visão de si do aluno surdo, reforçando a noção de surdez como deficiência.

As práticas de in/exclusão estão constantemente se exercendo dentro da escola, seja pela condução dos profissionais, seja pela própria assunção dos estudantes e de familiares da sua suposta limitação. Veiga-Neto e Lopes (2011) contribuem para analisar que presença de todos nos mesmos espaços físicos, se dá pelo convencimento dos indivíduos de que suas supostas incapacidades e/ou capacidades limitadas.

A seguir, estão as considerações finais do presente estudo, elencando aspectos que marcaram as experiências da Educação de Surdos produzida a partir de uma matriz inclusiva, em uma escola pública de Osório/RS.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de conclusão do Mestrado Profissional em Educação da UERGS questionou como a Educação de Surdos vem sendo produzida a partir de uma matriz inclusiva, em uma escola pública de Educação Básica do município de Osório/RS, por meio de um estudo de caso que contou com a participação de membros da equipe diretiva, da profissional TILS e de um familiar de aluno surdo.

O estudo discute sobre a Educação de Surdos, problematizando a constituição sobre surdo e surdez a partir de uma produção histórica mobilizada por poderes e saberes que foram, pouco a pouco, produzindo subjetividades sintonizadas com as demandas de cada época e ao mercado.

As discussões teóricas tensionam práticas em que os sujeitos surdos foram sendo forjados por uma visão patológica, sendo a escola um dos dispositivos de normalização, e contribuem para compreender as identidades surdas em uma perspectiva cultural, especialmente pela inspiração em noções conceituais como governamentalidade, governamento, subjetivação e in/exclusão.

Os procedimentos metodológicos foram compostos de momentos que se articularam entre si, iniciando pelos estudos de revisão da literatura e da legislação, seguindo pelo aprofundamento do campo conceitual e por fim, pela imersão no estudo de caso propriamente dito, com os registros de visitas à escola e com as entrevistas. Importante destacar que os primeiros movimentos foram construindo ancoragens para os momentos seguintes.

As informações obtidas por meio das entrevistas encontram pontos de convergência com os estudos bibliográficos nas evidências de práticas institucionais, que, muitas vezes, desconsideram a singularidade linguístico-cultural do estudante surdo e promovem a condução das práticas pela perspectiva ouvintista.

Os três eixos organizados a partir do exercício analítico elencam: “O olhar da Gestão Escolar: experiências com alunos surdos”, “A mediação do profissional TILS na escola” e “‘Era uma inclusão que excluía’ a percepção familiar”. De um modo geral, o exercício analítico evidenciou que o *discurso da inclusão* age como um imperativo, que promove governamentos e subjetividades na escola, acentuando a prevalência da cultura oral, e, assim, promovendo práticas de in/exclusão permanentemente. As análises também fortalecem as problematizações da relação binária inclusão *versus* exclusão.

Nas informações obtidas por membros da equipe de Gestão Escolar, foi possível identificar que as práticas institucionais também acentuam a condução dos alunos surdos por meio da lógica ouvintista, produzindo processos de subjetivação que se enquadram na lógica social que busca minimizar as diferenças e adaptar os sujeitos.

Foi possível observar também como está constituída a função do TILS dentro do processo de inclusão do aluno surdo, percebendo que muitas vezes ele se ocupa do lugar de agente pedagógico, saindo do seu lugar de interpretar a Língua de Sinais para ocupar o lugar de formador, reforçando práticas de in/exclusão.

A perspectiva familiar reforça a visão de que o agente pedagógico passa a ser o TILS, por uma lacuna em relação à comunicação em Libras pelo docente, o que compromete a acessibilidade do estudante na sua aprendizagem. Quando o profissional TILS não está presente, há um total apagamento do sujeito surdo e uma negação do direito de participar das diferentes instâncias das práticas escolares. Também é possível observar que a narrativa ouvintista não só governa, mas domina e pune o que é visto como diferente, pela referência em padrões de “normalidade” de quem fala, tidos como os ideais dentro da escola.

O estudo também contribui para reafirmar a concepção de uma Educação de Surdos que eleva processos de subjetivação pautados em experiências abertas e sensíveis às singularidades e ao protagonismo dos estudantes surdos. A escola se mostra um espaço potente de valorização da comunidade surda e de suas demandas culturais e identitárias, contudo, há que se comprometer com a promoção dos direitos para a igualdade de condições, garantindo a Educação Bilíngue, por meio da Língua de Sinais.

A pesquisa ainda permite considerar que na Educação de Surdos o acompanhamento do estudante surdo não é uma responsabilidade somente do TILS, nem somente do professor, ou da equipe diretiva e dos serviços de apoio, mas precisa ser uma construção institucional e coletiva. Não basta promover algumas ações como mero cumprimento dos regulamentos legais, mas constituir concepções e experiências locais (não universais) abertas às alteridades, sem o desejo de administrá-las.

8 PRODUTO

8.1 ARTIGO CIENTÍFICO

A proposta consiste na estruturação de um artigo científico, denominado *Educação de Surdos na interface das noções de subjetivação, governamentalidade e in/exclusão: um estudo de revisão*, para a socialização da revisão de literatura da pesquisa, tematizando sobre a Educação de Surdos, a partir de pesquisas atuais, num recorte temporal de cinco anos, de 2019 a 2023.

A busca se deu na plataforma Google Scholar, sob os descritores “Educação de Surdos”, “subjetivação”, “governamento”, “governamentalidade” e “in/exclusão”. O conjunto analisado compreende 15 artigos que foram descritos e submetidos a um exercício de análise, que elencou pontos de convergência, recorrências e singularidades.

O artigo foi escrito com os resultados do levantamento realizado para a revisão da pesquisa, seguido de um exercício analítico sob as lentes do referencial teórico foucaultiano. A socialização dar-se-á pela possibilidade de publicação pela submissão do artigo para o periódico *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, qualificado pela Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como *qualis* A3 (Apêndice D).

O produto, em formato de artigo, contribuirá com os processos formativos tanto dos profissionais da escola participante, quanto de profissionais de outras instituições. Será feita a devolutiva da dissertação na escola participante, que foi o espaço para a produção da pesquisa, em reunião agendada. Nesta ocasião será informado sobre o artigo de revisão que será socializado após sua publicação.

A estrutura do artigo é a seguinte: Título; Resumo; 1 Introdução; 2 Percurso da revisão; 3 Subjetivação, governamentalidade e in/exclusão: um olhar para a Educação de Surdos; 3.1 Discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista; 3.2 Práticas e estratégias de in/exclusão na gestão do percurso do estudante surdo; 3.3 Contextos escolares e a prática da Educação Bilíngue; 4 Considerações finais; Referências.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marília do Socorro Oliveira; PEIXOTO, Elenilce Reis Farias; SOUSA, Rosângela do Socorro Nogueira de. A constituição da identidade linguística surda: a narrativização avaliativa surda sobre Língua Portuguesa e Libras. **Nova Revista Amazônica**, [*S. l.*], v. 9, n. 2, p. 209-223, jun. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i2.10679. Acesso em: 25 set. 2024.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Ouvintismo. *In*: Nossa Língua. Rio de Janeiro: ABL, [2022]. Disponível em: https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/ouvintismo. Acesso em: 12 jul. 2024.

BARBOSA, Liziane da Silva; SARDAGNA, Helena Venites. Vulnerabilidade social e Atendimento Educacional Especializado: um olhar para práticas de governamentalidade. **Currículo sem Fronteiras**, [*S. l.*], v. 20, n. 1, p. 190-208, jan./abr. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n1.11. Acesso em: 7 ago. 2023.

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **A construção da referência por surdos na Libras e no Português escrito**: a lógica no absurdo. 1999. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/elidea/Bernardino-Elidea-1999.pdf. Acesso em: 7 ago. 2023.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, [*S. l.*], v. 40, n. 139, p. 147-172, jan./abr. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100008. Acesso em: 7 ago. 2023.

BONATTI, Sandy Mary Azevedo; SARDAGNA, Helena Venites; FLORES, Vinícius Martins. O Atendimento Educacional Especializado e a variação linguística da Libras: demandas da região litoral norte do RS. **Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 37, p. 97-113, maio/ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.36556/eol.v16i37.918. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563, 17 jul. 1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 79, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/04/2002&jornal=1&pagina=23. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, DF: MEC, 2003. (Série Saberes e Práticas da Inclusão, n. 4). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 246, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC: SEESP, 7 jan. 2008a.

BRASIL. Lei n° 11.796, de 29 de outubro de 2008. Institui o Dia Nacional dos Surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 211, p. 1, 30 out. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11796.htm. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 189, p. 6, 1º out. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 146, p. 1, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 7 ago. 2023.

CAMATTI; Liane; LUNARDI-LAZZARIN, Marcia L. A premência do diagnóstico precoce da surdez e seus efeitos no campo conceitual da Educação de Surdos. **Rev. Bras. Ed. Especial**, Bauru, v. 26, n .4, p. 769-778, out./dez. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v26n4/1413-6538-rbee-26-04-0769.pdf. Acesso em: mar. 2024.

CAMILLO, Camila Righi Medeiros. **A escola regular contemporânea e o aluno surdo/deficiente auditivo**: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/23135. Acesso em: 7 ago. 2023.

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal**. Lisboa: Surd'Universo, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica: Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAGAS, Guilherme Botelho. **O projeto Acreditar é Investir**: os processos de in/exclusão e as estratégias de governamento no CAIC/FURG. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/8367. Acesso em: 7 ago. 2023.

CORRÊA, Camila Bottero. **A inclusão como estratégia de governamento:** a condução da conduta dos sujeitos normais. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/8334. Acesso em: 7 ago. 2023.

COSTA, Joana Maria de Moraes; PIECZKOWSK, Tania Mara Zancanaro. Percepção dos gestores sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 4. p. 982-1000, out./dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e61918. Acesso em: 7 ago. 2023.

DALLAN, Maria Salomé Soares; MASCIA, Márcia Aparecida Amador. A construção da subjetividade surda pela falta/presença da língua: uma análise foucaultiana. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 32, n. 3, p. 28-44, dez. 2016. Edição especial. Disponível em: https://doi.org/10.14393/LL65-v32n3a2016-3. Acesso em: 7 ago. 2023.

DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma Remígio de. O intérprete de Língua de Sinais no contexto da Educação Inclusiva: o pronunciado e o executado. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Marília, v. 18, n. 3, p. 391-410, jul./set. 2012.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, Marcos. Osório/RS. *In*: PORTAL AVENTURAS. **City Tour, Turismo**. [*S. l.*]: Portal Aventuras, 6 abr. 2021. Disponível em: https://portalaventuras.com.br/osorio/. Acesso em: 20 abr. 2023.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, dez. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.357. Acesso em: 7 ago. 2023.

DUARTE, Soraya Bianca Reis; CHAVEIRO, Neuma; FREITAS, Adriana Ribeiro de; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **HCS–Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, out./dez. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-597020130005000015. Acesso em: 7 ago. 2023.

FAUSTINO, Graciele Oliveira. **Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos**: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/230855. Acesso em: 7 ago. 2023.

FERNANDES, Eulália. Teorias de aquisição da linguagem. *In*: GOLDFELD, Marcia (org.). **Fundamentos em fonoaudiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. p. 23-37.

FERRAZ, Kaliny. **Governamentalidade, deficiência e educar**: possibilidades da Ética da Amizade como resistência. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/194237. Acesso em: 7 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 26. ed. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Organização: Nildo Alves. 2. ed. São Paulo: Achiamé, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GANDRA, Alana. País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 13 out. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo. Acesso em: 20 out. 2022.

GIRKE, César Augusto. **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras-Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/193231. Acesso em: 26 set. 2024.

GONÇALVES, Andrezza Falcão. **Surdez e produção de subjetividade**: o discurso de surdos e surdas sobre seus processos de escolarização. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Campus Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29612. Acesso em: 7 ago. 2023.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**: reserva de cargos em empresas, emprego apoiado. Florianópolis: Obra Jurídica. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da cidade de Osório/RS**. Rio de Janeiro: IBGE, c2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/osorio/panorama. Acesso em: 7 ago. 2023.

KRAEMER, Graciele Marjana. **Estratégias de governamento dos sujeitos surdos na e para inclusão escolar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32220. Acesso em: 26 set. 2024.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. A modulação das condutas das pessoas com deficiência no contexto educacional brasileiro de inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 421-434, jul./set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300005. Acesso em: 1 ago. 2023.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Tradução: Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LOCKMANN, Kamila. As práticas de in/exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 275-292, out./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.34677. Acesso em: 7 ago. 2023.

LORENZETTI, Maria Lúcia. **A inclusão do aluno surdo no Ensino Regular**: a voz dos professores. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79505. Acesso em: 7 ago. 2023.

LUNARDI, Márcia Lise. **A produção de anormalidade surda nos discursos da Educação Especial**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/3444. Acesso em: 7 ago. 2023.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; GOMES, Anie Pereira Goularte; CAMILLO, Camila Righi Medeiros. Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X41272. Acesso em: 7 ago. 2023.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, [*S. l.*], v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em: https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINELLI, Nicolle Eduarda; GRAFF, Patrícia. Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC. **RECC**, Canoas, v. 26, n. 1, 1-12, mar. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18316/recc.v26i1.7516. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [*S. l.*], v. 2, n. 2, p. 8-18, jan./abr. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.11606/rco.v2i2.34702. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTIS, Francielle Cantarelli; KLEIN, Madalena. Estudos da Contemporaneidade: sobre ouvintismo/audismo. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2012. p. 1-15.

MARTINS, Thiago Vaceli. **Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva**: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/235020. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 34, n. 70, p. 73-101, jan./abr. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v34n70a2020-51978. Acesso em: 7 ago. 2023.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Ecinéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002. Acesso em: 7 ago. 2023.

MENEZES, Nayara Gomes de. **Tecnologia assistiva na Educação dos Surdos**: o processo de aprendizagem e inclusão dos alunos surdos do sertão alagoano. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, AL, 2021. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8089. Acesso em: 28 set. 2024.

MONTEIRO, Rosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique; RATNER, Carl. Surdez e diagnóstico: narrativas de surdos adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 32, n. esp., p. 1-7, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210. Acesso em: 7 ago. 2023.

MONTI, Luisa Leoncio; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. A constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas. **Cadernos Macambira**, [*S. l.*], v. 7, n. 3, p. 97-103, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/792. Acesso em: 7 ago. 2023.

MORGENSTERN, Juliane Marshall. A governamentalidade como grade de inteligibilidade no campo da teorização. *In*: LOPES, Maura C.; MORGENSTERN, Juliane Marshall (org.). **Inclusão e subjetivação**: ferramentas teórico-metodológicas. Curitiba: Appris, 2019. p. 193-206.

MORGENSTERN, Juliane Marshall; WITCHS, Pedro Henrique. Práticas de si na produção de subjetividades surdas brasileiras. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 1-17. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt15-4427.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da Educação dos Surdos no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 13., 2015, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2015. p. 1-16.

MOTA, Laura Araújo. Surdez e escolarização: língua, subjetividade e alfabetização. **Id on Line**, [*S. l.*], v. 10, n. 31, p.16-24, set./out. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14295/idonline.v10i31.491. Acesso em: 7 ago. 2023.

NASCIMENTO, Gabriel Silva Xavier; RODRIGUES, Tássio Acosta. Infâncias, surdez e currículo: para pensar vidas outras. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 10, n. 24, p. 351-373, jul./set. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/18166/13281. Acesso em: 18 set. 2023.

OLIVEIRA, Quintino Martins de; FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma. Educação dos surdos o Brasil: um percurso histórico e novas perspectivas. **Sinalizar**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 173- 196, jul./dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5216/rs.v2i2.50544. Acesso em: 7 ago. 2023.

OSBEL, Letícia Dell'. **Trajetividades com outros-juntos**: o que pode uma docência com a presença-vida surda na escola comum? 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26309. Acesso em: 7 ago. 2023.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal. **História do Município**. Osório: Prefeitura Municipal de Osório, c2023. Disponível em: https://osorio.atende.net/cidadao/pagina/historia-do-municipio. Acesso em: 17 abr. 2023.

PEREIRA, Rosiane Sousa. **Uma experiência do ensino da Língua Brasileira de Sinais na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola regular**: vivenciando o protagonismo do discente com surdez. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10737/3404. Acesso em: 7 ago. 2023.

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomudez**. Barcelona: Científico-Médica, 1978.

PERLIN, Gádis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 17-31, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Comissão de Ensino Fundamental. Parecer nº 635/2005. Credencia a Escola Estadual de Ensino Fundamental Cônego Pedro Jacobs, em Osório, para a integralização do Ensino Fundamental. Autoriza o funcionamento de 6ª a 8ª série do Ensino Fundamental, nessa escola. Aprova o Regimento Escolar. Porto Alegre: CEED, 2005.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Sousa; BENITES, Karla. Inclusão escolar do aluno surdo. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, Dourados, MS, p. 73-84, v. 7, n. 9, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.30612/eadtde.v7i9.10810. Acesso em: 7 ago. 2023.

ROCHA, Solange Maria da. Tensões atuais no campo da educação de surdos: escola para todos ou escola para surdos – contribuições para um possível diálogo. **INES**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 20-24, jul./dez. 2005.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

ROSA, Emiliana Faria. Educação de Surdos e inclusão: caminhos e perspectivas atuais. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 146-157, jul./dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2132. Acesso em: 7 ago. 2023.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Edvaldo Feliciano da; CAMPOS, Marineide Furtado. O percurso dos surdos na história e a necessidade da Libras para a inclusão dos sujeitos na escola. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES, 3., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize, 2017. p. 1-12. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50000. Acesso em: 7 ago. 2023.

SILVA, Franciele Fernandes; MEDEIROS, Daniela; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X65929. Acesso em: 7 ago. 2023.

SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Tradução: Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos de Clínica**, [*S. l.*], v. 5, n. 9, p. 32-51, 2000. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v5n9/_03.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Linguística e Educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STORTO, Letícia Jovelina; ROCHA, Luiz Renato Martins da; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Ensino Bilíngue e inclusão de estudantes surdos no Ensino Regular: análise de uma carta aberta dos primeiros doutores surdos brasileiros em Educação e Linguística. **The ESPecialist**, [*S. l.*], v. 40, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.23925/2318-7115.2019v40i3a10. Acesso em: 7 ago. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos**: vestígios culturais não registrados na história. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91978. Acesso em: 7 ago. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: Licenciatura em Letras-Libras EaD: UFSC, 2009. (Coleção Letras-Libras).

TAVARES, Mércia. Cultura e surdez: um diálogo a partir de Foucault. *In*: SEMINÁRIO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 9.; SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO, 4., 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 1-17. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/Vozes_Olhares_Silencios_Anais/Linguistica/MERCIA%20pronto.pdf. Acesso em: 7 ago. 2023.

THOMA, Adriana da Silva. **Educação de Surdos**: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

UHMANN, Silvana Matos. **Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos**: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2020. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/7186. Acesso em: 7 ago. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governamento. **Currículo sem Fronteiras**, [*S. l.*], v. 5, n. 2, p. 79-85, jul./dez. 2005. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, São Paulo, n. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886. Acesso em: 7 ago. 2023.

VENTURA, Maga Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 7 ago. 2023.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne M. C.; LOPES, Maura Corcini. A constituição de uma Educação Bilíngue e a formação dos professores de surdos. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 639-659, jul./set. 2016.

WITCHS, Pedro Henrique. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 144-152, maio/ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/CC239651. Acesso em: 6 ago. 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com familiar de aluno surdo

1 – Como foi a experiência que seu filho viveu?
2 – Que ano/série seu filho está?
3 – Qual modelo escolar que seu filho está atualmente?
4 - Como é a experiência estudante?
5 – Como foi a relação com o professor ou com os professores quando seu filho estava em inclusão?
6 – Como era a sua relação com o profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS) do seu filho? E a relação de seu filho com ele?
7 – Como era a relação de seu filho com os colegas ouvintes?
8 – Você sabe como eram os intervalos? Se seu filho conseguia interagir com os colegas?
9 – Se você pudesse elencar pontos positivos do ensino, quais seriam?
10 – Se há alguma dificuldade, podes elencar?
11 – Você se sente que seu filho foi acolhido sala de aula? Por quê?
12 – Seu filho já estudou em algum outro modelo de ensino? Se sim, qual? Poderia fazer uma comparação entre os dois modelos?
13 – Qual a sua opinião sobre a inclusão escolar?
14 – Há mais algum aspecto que você gostaria de destacar que não lhe foi perguntado?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a Gestão Escolar

1 – Há quanto tempo você atua nesta escola?
2 – Como é a experiência de ter um aluno surdo em sua escola?
3 – Existe alguma modificação no funcionamento da escola para promover acessibilidade e inclusão para o aluno surdo?
4 – Você acredita ser importante a formação em Libras para os professores e funcionários da escola?
5 – Como é a sua relação com o profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS)?
6 – Existe algum planejamento de ensino em conjunto com o TILS?
7 – Você já teve alguma outra experiência com aluno surdo?
8 – Você identifica facilidades/potencialidades no processo de inclusão do aluno surdo?
9 – Você identifica alguma dificuldade no processo de inclusão do aluno surdo?
10 – Em sua opinião existe alguma intervenção ou recurso que poderia ser adotado para a inclusão do aluno surdo?
11 – Em sua opinião, qual a relevância do professor para a inclusão do aluno surdo?
12 - Há mais algum aspecto que você gostaria de destacar que não lhe foi perguntado?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais

1 – Há quanto tempo você atua como TILS?
2 – Quanto tempo você tem de formação?
3 – Como é a sua relação com o aluno surdo?
4 – O que fez você se interessar pela área da Libras?
5 – Você tem experiência com outros alunos surdos em inclusão?
6 – Como é a sua relação com o(s) professor(es)?
7 – Existe algum planejamento de ensino em conjunto com o professor?
8 – Você destaca facilidades/potencialidades no processo da inclusão do aluno surdo?
9 – Você identifica alguma dificuldade no processo da inclusão do aluno surdo?
10 – Existe alguma adaptação que você realiza em relação a conteúdos?
11 – Em sua opinião existe alguma intervenção ou recurso que poderia ser adotado dentro da inclusão do aluno surdo?
12 – Em sua opinião, qual a relevância do TILS para a inclusão do aluno surdo?
13 – Há mais algum aspecto que você gostaria de destacar que não lhe foi perguntado?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa (de mestrado) intitulada “A Educação de Surdos na escola comum: Governamento e processos de subjetivação”. A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Ivana da Silva Nunes que pode ser contatada no telefone (51) 998099226 e nos endereços: Rua Sete de Setembro, 872 – 301 – Osório/RS e pelo e-mail: ivana-uergs.edu.br.

Será realizada entrevista para a pesquisa que tem como **objetivo** geral analisar como a educação de surdos vem sendo produzida a partir de uma matriz inclusiva, em uma escola pública de Educação Básica do município de Osório (RS) e objetivos específicos: evidenciar saberes do campo educacional, político e clínico que operam nas práticas de educação de surdos; compreender como a Educação de Surdos é concebida a partir da experiência de estudante surdo; compreender a Educação de Surdos pelo olhar de profissional da gestão escolar e de profissional TILS; conhecer a política educacional inclusiva e da Educação de Surdos, relacionando às relações de poder que permeiam os contextos escolares e sociais; tensionar como a matriz inclusiva está implicada em processos de subjetivação e de in/exclusão dos sujeitos surdos; promover a socialização dos conhecimentos produzidos na pesquisa por meio de artigo científico. Considera-se a relevância dos estudos surdos e a importância de fatores sociais no processo de escolarização, assim, a **justificativa** está ligada à importância de constituir um olhar sensível aos anseios e às necessidades das pessoas surdas, amparando o desenvolvimento de recursos cada vez mais potentes e assertivos, capazes de beneficiar e auxiliar a adesão e formação dos surdos no âmbito educacional. Os **dados** serão obtidos por meio de entrevista com três sujeitos: um familiar de aluno surdo; um membro da equipe diretiva; e um profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais. Poderão ser previamente agendados a data e horário para os questionamentos, utilizando de dispositivo (celular) para gravar. O presente termo também autoriza a gravação de voz durante a entrevista semiestruturada visando a melhor coleta de dados e informações para transcrever. As atividades que serão desenvolvidas com os participantes durante as entrevistas são questionamentos a serem respondidas ou não, seguindo um roteiro de no máximo 14 (quatorze) perguntas, que versam sobre como a como a educação de surdos vem sendo praticada na escola e o tempo aproximado de duração é de 40 minutos, podendo se estender até uma hora. Todos os participantes da pesquisa irão receber o termo de consentimento livre e esclarecido, onde constam todas as informações sobre a sua participação na pesquisa e poderão assinar este termo, se estiverem de acordo com seu teor. No caso do aluno menor de idade, os pais/responsável receberão o termo e as explicitações quanto às informações e poderão assinar esse documento. Os critérios de inclusão dos participantes estão relacionados ao fato de ter tido algum vínculo com a escola Campestre,

na condição de membro da equipe diretiva, tradutor intérprete de Libras ou familiar de aluno. Esses **procedimentos** ocorrerão em local combinado, podendo ser em local de escolha do entrevistado, ou em sala reservada previamente na Uergs Litoral Norte. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, podendo o participante ficar bem à vontade para responder o que considerar pertinente. Além do roteiro, será utilizado um diário de campo, para anotações complementares da pesquisadora sobre o contexto pesquisado. Não terá tempo determinado para o término da entrevista, considerando que as perguntas serão semiabertas, abrindo espaço para alguns desdobramentos diante de cada contexto e entrevistado.

Os procedimentos seguirão os princípios éticos previstos na Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 e na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. No Art.19 “O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos”.

Entende-se que os potenciais **riscos** serão mínimos, contudo, há um risco de haver distorção na compreensão das questões, mas para minimizar esse risco, a pesquisadora ficará à disposição, via whatsapp ou pessoalmente para explicitar qualquer questionamento. A pesquisadora terá o cuidado em acolher todas as informações da pesquisa, será frisado que, além da liberdade de manifestar ou não sobre o tópico proposto, poderá desligar-se da atividade a qualquer momento. Ainda, caso a participação ocasione algum desconforto emocional que requeira suporte psicológico, a pesquisadora irá oferecer assistência imediata, como suporte de profissional de psicologia, sob a responsabilidade financeira da pesquisadora. Havendo esta situação, a pesquisadora compromete-se a informar imediatamente ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP. Será garantido o resguardo da informação. Conforme a Resolução 510/2016. Art. 9º “São direitos dos participantes: I- ser informado sobre a pesquisa; II- desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III- ter sua privacidade respeitada; IV- ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V: decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI- ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; VII- o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.”

Os **benefícios** e vantagens em participar deste estudo estão em contribuir para o desenvolvimento de estudos ligados à educação de surdos e à educação inclusiva, mas também para contribuir com o contexto da pesquisa, para aprimorar práticas pedagógicas direcionadas à educação bilíngue, visando práticas mais inclusivas no dia-a-dia da escola.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Ivana da Silva Nunes, Prof. Dr.ª Helena Venites Sardagna (orientadora) e Prof. Dr. Vinicius

Martins Flores (coorientador).

Todas as despesas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caso haja, serão ressarcidas. Danos decorrentes da pesquisa serão indenizados.

Você/Sr./Sra. poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo despesa e constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome (para a divulgação de imagem e caso seja imprescindível uma relação que identifique o sujeito à pesquisa, deve-se justificar tal procedimento, incluindo, antes das assinaturas, um box com as opções (o/a participante deve rubricar dentro do parêntese) :

( ) Permito a minha identificação e uso de imagem nos resultados publicados da pesquisa;

( ) Não permito a minha identificação e uso de imagem nos resultados publicados da pesquisa. (O participante tem plena liberdade para não aceitar).

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido possui 02 páginas e é feito em 02 (duas) vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP-Uergs - Rua Washington Luiz, 675; Prédio 5 CJ. 5215 Sala 5221; Centro Histórico - Porto Alegre; CEP 90010-460 - Telefone: (51) 981115417 - E-mail: cep@uergs.edu.br.

Nome do participante:_____

_____

_____

Assinatura participante da pesquisa/responsável legal

Assinatura pesquisador(a)

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica

(nome e assinatura)_____

(nome e assinatura)_____

APÊNDICE E – Produto (Artigo científico)[5]

Educação de Surdos na interface das noções de subjetivação, governamentalidade e in/exclusão: um estudo de revisão

Deaf Education at the interface of subjectivation, governmentality and in/exclusion: a review study

La educación de las personas sordas en la interfaz de las nociones de subjetivación, gubernamentalidad e in/exclusión: un estudio de revisión

Resumo: Este texto apresenta um estudo de revisão de literatura a partir da busca na plataforma Google Scholar, sob os descritores "Educação de Surdos", "subjetivação", "governamento", "governamentalidade" e "in/exclusão". O conjunto analisado compreende 15 artigos, discutidos em três eixos: discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista; práticas e estratégias de in/exclusão na gestão do percurso do estudante surdo; contextos escolares e a prática da Educação Bilíngue. Os estudos tensionam práticas que desconsideram a perspectiva do estudante surdo em seu modo de existir e sua singularidade linguístico-cultural. Problematizam também a relação binária inclusão-exclusão, sob a noção de in/exclusão, como estratégia para administrar ou conduzir a conduta do sujeito surdo do ponto de vista ouvintista. A discussão evidencia elementos para elevar as singularidades e o protagonismo das pessoas surdas, e minimizar a ambígua relação que defende uma educação aberta à diferença, mas age para a sua dominação.

Palavras-chave: Educação de Surdos; in/exclusão; revisão de literatura.

Abstract: This text presents a literature review study based on a search on the Google Scholar platform, under the descriptors "Education of the Deaf", "Subjectivation", "Government", "Governmentality" and "In/exclusion". The analyzed set comprises 16 articles, discussed along three axes: regulatory discourse coming from a listening perspective; inclusion/exclusion practices and strategies in managing the deaf student's journey; school contexts and the practice of bilingual education. The studies stress practices that disregard the perspective of the deaf student in their way of existing and their linguistic-cultural singularity. They also problematize the binary inclusion-exclusion relationship, under the notion of in/exclusion, as a strategy to manage or guide the deaf subject's conduct from a hearing point of view. The discussion highlights elements to elevate the singularities and protagonism of deaf people, and minimize the ambiguous relationship that defends an education open to difference, but acts towards its domination.

Keywords: Deaf Education; in/exclusion; literature review.

[5] Esse apêndice está com fonte diferente, para manter o arquivo no formato em que foi enviado ao periódico Temas em Educação, tendo sido uma exigência nas diretrizes para autores.

Resumen: Este texto presenta un estudio de revisión de la literatura a partir de una búsqueda en la plataforma Google Scholar, bajo los descriptores “Educación de los Sordos”, “Subjetivación”, “Gobierno”, “Gobernamentalidad” e “In/exclusión”. El conjunto analizado comprende 16 artículos, discutidos en tres ejes: discurso regulatorio desde una perspectiva de escucha; prácticas y estrategias de inclusión/exclusión en la gestión del viaje del estudiante sordo; contextos escolares y la práctica de la educación bilingüe. Los estudios destacan prácticas que desconocen la perspectiva del estudiante sordo en su forma de existir y su singularidad lingüístico-cultural. También problematizan la relación binaria inclusión-exclusión, bajo la noción de in/exclusión, como estrategia para gestionar o orientar la conducta del sujeto sordo desde el punto de vista auditivo. La discusión resalta elementos para elevar las singularidades y el protagonismo de las personas sordas, y minimizar la relación ambigua que defiende una educación abierta a la diferencia, pero que actúa para su dominación.
Palabras clave: Educación para Sordos; en/exclusión; revisión de literatura.

1 Introdução

No Brasil, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Locomotiva, pela Semana de Acessibilidade Surda, existem cerca de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, dos quais 2,3 milhões têm deficiência auditiva severa. Aproximadamente 7% do total tem ensino superior completo, 15% frequentaram a escola até o Ensino Médio, 46% até o Ensino Fundamental e 32% não possuem grau de instrução. Esses dados demonstram que a falta de acolhimento e inclusão limita o acesso dos surdos a alguns contextos sociais, como educação e mercado de trabalho (Gandra, 2019).

Durante séculos, a educação, as políticas, os saberes médicos e outros dispositivos sociais foram concebidos sob a perspectiva dos ouvintes, resultando na frequente ignorância em relação aos surdos e na falta de consideração deles como sujeitos de direito e com potencialidades. Estudos evidenciam que esse grupo de pessoas é desvalorizado profissionalmente e não reconhecido como capaz de produzir, sendo a surdez vista como um impedimento e uma incapacidade (Melo, 2006).

A surdez vai além de um diagnóstico clínico: muitas vezes, representa um limite social que impede ou dificulta a interação do surdo com o meio. Ela se manifesta como um traço que pode constituir uma linha divisória entre o sujeito “inválido” e aquele que pode ser “reabilitado”, “curado”, “tratado” ou “restaurado” (Melo, 2006).

Para desconstruir a ideia de “anormalidade” ou “inadequação” do surdo, é essencial compreender que os processos de subjetivação da pessoa surda independem do domínio ouvintista. A Educação de Surdos é construída por aqueles que participam dela; dessa forma, não é prerrogativa dos ouvintes permitir ou não que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) seja

aceita no contexto educacional e social, pois não depende de autorização de ninguém, uma vez que figura como direito. Trata-se não apenas de aceitação, mas sim da comunicação inerente à forma de existir da pessoa surda, respaldada pelo direito, por uma prerrogativa legal, no sentido de promover a interação do surdo com o meio (Rosa, 2011).

Nesse ínterim, a reflexão sobre a Educação de Surdos e os processos inclusivos nos conduz a explorar a noção de in/exclusão (Lockmann, 2014; Veiga-Neto; Lopes, 2011), que proporciona recursos para compreender as particularidades do nosso tempo ao refletir sobre as atuais formas de inclusão e exclusão, entendidas como invenções criadas juntamente com outras classificações sociais. Dessa forma, a ideia de um "fora" como o lugar dado à anormalidade e um "dentro" como lugar dado ao normal, levando em conta o conjunto de múltiplas cabeças consideradas normais (pela ação da biopolítica), é problematizada como a matriz para compreender a relação entre o surdo e o não surdo. Tanto esse "fora" quanto esse "dentro" são lugares instituídos na norma moderna (Veiga-Neto; Lopes, 2011).

É pertinente também considerar a noção de governamentalidade de Foucault (2001) ao analisar o contexto escolar, marcado por práticas que orientam a conduta do outro conforme padrões derivados de normalizações sociais. Além disso, para enriquecer essa discussão, é relevante relacionar a noção de subjetivação, conforme compreendida por Foucault (1997), como os processos pelos quais nos tornamos sujeitos e os meios pelos quais somos capturados por nossas relações. Segundo Foucault (2001, p. 7), "é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica".

Diante dessas problematizações, o estudo em questão aborda a revisão de literatura que constituiu uma etapa fundamental de uma pesquisa cujo objetivo é analisar a formação do processo de Educação de Surdos na sala de aula comum de uma escola pública no município de Osório/RS. Além disso, a pesquisa para a qual foi realizada a revisão pretende identificar as especificidades e estratégias presentes nesse processo, a partir das experiências do aluno surdo, do professor e do profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais.

A presente discussão abrange 16 estudos, selecionados por meio de busca na plataforma Google Scholar (em português, Google Acadêmico), em um recorte temporal de cinco anos, iniciando em 2019 e encerrando em 2023. O texto divide-se em quatro seções. Após esta introdução, apresentam-se os caminhos metodológicos percorridos para a seleção dos textos. Na sequência, tais textos são descritos e analisados a partir de três enfoques principais. Por fim, apresentam-se considerações sobre a análise e levantam-se questões relevantes que surgiram durante a revisão de literatura.

2 Percurso da revisão

Conduzimos um estudo bibliográfico do tipo revisão de literatura, cuja busca foi realizada na plataforma Google Scholar utilizando os descritores a seguir, combinados e separados pelo termo "*AND*" (em inglês): "Educação de Surdos", "subjetivação", "governamento", "governamentalidade" e "in/exclusão". A pesquisa inicial identificou 98 trabalhos. Após um refinamento, foram lidos os títulos e resumos, resultando na seleção de 16 trabalhos para leitura completa. A escolha desses artigos baseou-se em critérios como a relevância para a pesquisa e a proximidade com o referencial teórico dos estudos foucaultianos e da Educação de Surdos. Além disso, os estudos elencados na revisão apresentam resultados de pesquisas.

Foram excluídos os textos que não abordavam diretamente a Educação de Surdos ou que tratavam de temas específicos, por exemplo, o percurso educacional de surdos em uma área particular (ensino de matemática ou língua estrangeira para alunos surdos) ou inserção do surdo no Ensino Superior. No Quadro 1 a seguir, estão descritos os estudos selecionados, apresentados de forma cronológica.

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
O projeto Acreditar é Investir: os processos de in/exclusão e as estratégias de governamento no CAIC/FURG	**Guilherme Botelho Chagas**	Universidade Federal do Rio Grande	2019
Inclusão escolar do aluno surdo	**Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo; Karla Benites**	Universidade Federal da Grande Dourados	2019
A escola regular contemporânea e o aluno surdo/deficiente auditivo: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares	**Camila Righi Medeiros Camillo**	Universidade Federal de Santa Maria	2020
Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea	**Márcia Lise Lunardi-Lazzarin; Anie Pereira Goularte Gomes; Camila Righi Medeiros Camillo**	Universidade Federal de Santa Maria	2020

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola	**Vanessa Regina de Oliveira Martins**	Universidade Federal de São Carlos	2020
Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola	**Silvana Matos Uhmann**	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	2020
Governamentalidade, deficiência e educar: possibilidades da Ética da Amizade como resistência	**Kaliny Ferraz**	Universidade Estadual Paulista	2020
Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas	**Graciele Oliveira Faustino**	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2021
Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC	**Nicolle Eduarda Martinelli; Patrícia Graff**	Universidade La Salle	2021
A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação	**Pedro Henrique Witchs**	Universidade Federal do Espírito Santo	2021
Uma experiência do ensino da Língua Brasileira de Sinais na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola regular: vivenciando o protagonismo do discente com surdez	**Rosiane Sousa Pereira**	Universidade do Vale do Taquari	2022
Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica	**Thiago Vaceli Martins**	Universidade Estadual Paulista	2022
A constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas	**Luisa Leoncio Monti; Vanessa Regina de Oliveira Martins**	Universidade Federal de São Carlos	2022
Trajetividades com outros-juntos: o que pode uma docência com a presença-vida Surda na escola comum?	**Letícia Dell' Osbel**	Universidade Federal de Santa Maria	2022
Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar	**Franciele Fernandes da Silva; Daniela Medeiros; Maria Simone Vione Schwengber**	Universidade Federal de Santa Maria	2023

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
Infâncias, surdez e currículo: para pensar vidas outras	**Gabriel Silva Xavier Nascimento; Tássio Acosta Rodrigues**	Universidade Federal de São Carlos	2023

Fonte: Autora (2024).

3 Subjetivação, governamentalidade e in/exclusão: um olhar para a Educação de Surdos

A seguir, apresentamos um exercício descritivo e analítico baseado nos textos listados no Quadro 1. Procuramos nessa análise estabelecer relações entre eles e considerar as problematizações da pesquisa, além da aplicação de noções do pensamento foucaultiano. O exercício analítico permitiu destacar três enfoques principais nas discussões presentes nos estudos: a) discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista; b) práticas e estratégias de in/exclusão que fazem a gestão do percurso do estudante surdo; e c) contextos escolares e a prática da Educação Bilíngue. Na sequência, apresentamos a discussão de cada um desses eixos.

3.1 Discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista

Este eixo foi organizado com nove pesquisas (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020; Uhmann, 2020; Ferraz, 2020; Witchs, 2021; Martinelli; Graff, 2021; Monti; Martins, 2022; Martins, 2022; Nascimento; Rodrigues, 2023; Silva; Medeiros; Schwengber, 2023), que discutem e tensionam o caráter produtivo das práticas educacionais, sejam elas inclusivas, normalizadoras ou classificatórias. Em nome da aprendizagem e da autonomia, os sujeitos surdos tiveram suas condutas dirigidas por um governamento combinado com subjetivações que não só atendiam às métricas curriculares, mas também estavam alinhadas às demandas sociais. A seguir descrevemos cada uma das pesquisas.

A pesquisa *Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea*, de Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Anie P. G. Gomes e Camila R. M. Camillo (2020), partiu da análise de um estudo realizado em 13 escolas bilíngues para surdos do Rio Grande do Sul, cujo público-alvo são crianças surdas usuárias de Libras, buscando compreender a articulação entre os conceitos de cultura e aprendizagem. O estudo operou com dois possíveis conceitos-ferramenta – subjetivação e dispositivo pedagógico – com o objetivo de pensar a produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea. Nessa

pesquisa, as autoras levantaram o seguinte questionamento: “Como os sujeitos surdos estão conduzindo a si mesmos e a outros surdos nesse contexto bilíngue?”.

A partir dessa inquietação, o estudo construiu um espaço para refletir sobre as imbricações entre língua e cultura, aprendizagem e subjetivação e/ou modos de vida. Para essa compreensão, as autoras selecionaram 20 entrevistas com alunos surdos e 4 entrevistas com professoras, totalizando 156 sujeitos. O estudo elegeu dois elementos norteadores: os dados do projeto de pesquisa *Produções culturais surdas no contexto da Educação Bilíngue* e as problematizações da Educação de Surdos levantadas pelos próprios profissionais pesquisadores que atuam nessa área (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020).

As autoras argumentam que, quando consideramos a escola como um lugar que dá significado à vida daqueles que estão ali (sejam alunos surdos ou ouvintes) ou o que esperamos dela em relação à Educação de Surdos, construímos verdades sobre determinada realidade e consequentemente nos constituímos sujeitos nela (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020). Dessa forma, o conceito-ferramenta de subjetivação ganha potência para a reflexão sobre os investimentos no âmbito pedagógico, sendo necessário compreender as formas pelas quais as práticas vividas por cada sujeito interferem nas relações da pessoa consigo mesma. A investigação acentua ainda as diferentes relações que o sujeito surdo experimenta hoje na escola (Lunardi-Lazzarin; Gomes; Camillo, 2020).

Os resultados da pesquisa puderam direcionar os olhares para os saberes sujeitados dos sujeitos surdos, que apresentam um discurso em defesa das escolas específicas de surdos. Isso permite ainda refletir sobre o que vem sendo produzido sobre o ser surdo no contexto da Educação Bilíngue e o que é possível capturar em relação aos desejos de ser, aprender e viver.

A pesquisadora Silvana Matos Uhmann (2020) apresenta seu estudo gerado a partir da sua tese, intitulado *Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola*. Esse estudo traz discussões sobre a escolarização de alunos surdos, objetivando compreender o que gera os discursos de inclusão em uma escola do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada com inspiração foucaultiana, empregando o conceito de governamentalidade e fazendo uma articulação com a noção de (in)exclusão de alunos surdos. Explora também os efeitos dos processos de escolarização no Ensino Regular, destacando os discursos dos próprios alunos surdos.

Dessa forma, a pesquisa de Uhmann (2020) buscou responder à seguinte problematização: “Como a escolarização se apresenta para o aluno surdo e como o aluno surdo discursivamente reage a esta escolarização?” (2020, p. 23). Para isso, a autora analisou quatro

pontos diferentes: as vivências de exclusão, os processos de normalização, a necessidade de resistência e a legitimação da diferença surda na escola.

Os resultados demonstraram que a inclusão de alunos surdos pode gerar vivências de exclusão e/ou a normalização de estratégias de correção da surdez, evidenciando a escola como um espaço sujeito às subjetivações desses alunos. Em muitas situações, eles expressavam o desejo de não demonstrar a surdez, destacando a resistência contra imposições ainda ouvintistas no ambiente escolar e/ou a legitimação da diferença como algo importante para a qualificação da escolarização de alunos surdos.

A pesquisa intitulada *Governamentalidade, deficiência e educar: possibilidades da Ética da Amizade como resistência*, desenvolvida pela pesquisadora Kaliny Ferraz (2020, p. 10), teve como objetivo "expor as relações de amizade enquanto modo criativo e resistente de inclusão dos alunos considerados deficientes no contexto escolar". Ferraz inspirou-se nos estudos de Michel Foucault, elencando os conceitos da governamentalidade e de cuidado de si, com base no seguinte problema de pesquisa: "Como se relacionar com os modos de vida desviantes no contexto das instituições, principalmente a escolar, que objetivam normalizar essas vidas que continuam resistindo?" (Ferraz, 2020, p. 13).

O estudo apresenta uma análise das experiências sobre a inclusão e as observações realizadas como docente dentro de escolas públicas e privadas, junto a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A autora conclui que a inclusão, enquanto um modo de relação de poder dentro da escola, pode gerar novas possibilidades, que se desviam em relação aos modos de vida preconizados pela normalização, demonstrando-se como uma resistência operante (Ferraz, 2020).

Pedro Henrique Witchs (2021) desenvolveu a pesquisa intitulada *A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na Educação*, que teve como objetivo "[...] discutir a surdez como experiência que constitui sujeitos de uma minoria linguística nos limites do Estado nacional" (Witchs, 2021, p. 145). O autor empregou o conceito foucaultiano de governamentalidade, explorando um conjunto de políticas que regulamentam o comportamento linguístico dos alunos surdos no campo educacional.

Esse estudo evidencia a manutenção da vulnerabilidade das pessoas surdas com o propósito de gerir o risco da surdez e conferir seguridade à população. Além disso, mostra que as políticas linguísticas de Educação de Surdos se apresentam como uma tecnologia de governo que mina a concepção da nação surda imaginada no século XIX. O autor argumenta que essas políticas proporcionam recursos para regular o comportamento dos surdos, sobretudo o seu

comportamento linguístico, criando condições para torná-los sujeitos do Estado-nação (Witchs, 2021).

As pesquisadoras Nicolle Eduarda Martinelli e Patrícia Graff (2021) realizaram uma pesquisa intitulada *Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC*, que teve como objetivo conhecer e descrever a trajetória da Educação de Surdos no município de Chapecó. A pesquisa de natureza qualitativa analisou teses e dissertações no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Além disso, utilizou o grupo focal com professoras ouvintes que atuaram/atuam na rede pública, especificamente no ensino de alunos surdos e na luta pela inclusão e educação desse público.

Essas pesquisadoras identificam a conformação de processos cada vez mais subjetivos com as demarcações incluído ou excluído. Nesse contexto, destacam a necessidade de utilizar o conceito de in/exclusão, que engloba diferentes situações, considerando os diversos tempos e espaços de inclusão e exclusão que vivenciamos atualmente (Martinelli; Graff, 2021). Os resultados demonstraram que o percurso analisado se constitui de modo semelhante às ações em nível nacional e mundial, enfatizando o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. As autoras enfatizam a urgência de retomar as discussões para a constituição de uma política educacional que contribua para a construção de uma escola bilíngue inclusiva.

Luisa Leoncio Monti e Vanessa Regina de Oliveira Martins (2022) conduziram uma pesquisa cartográfica descritiva inspirada em Michel Foucault, intitulada *A constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas*. Seu objetivo foi cartografar as práticas no contexto inclusivo com alunos surdos, bem como os impactos dessas práticas na constituição subjetiva dos surdos. Para isso, realizaram o acompanhamento de quatro alunos surdos no ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), todos matriculados na rede pública de ensino. Os instrumentos e as técnicas utilizados foram observação na escola, diário de campo e entrevista semiestruturada.

O estudo buscou levantar a possibilidade de que, através dos discursos dos alunos surdos, seria possível identificar as marcas de suas experiências no processo escolar. As autoras argumentam que a representatividade desses jovens e a importância de dar voz às suas escolaridades são o que possibilita a construção de políticas públicas capazes de aprimorar a inclusão de alunos surdos, aperfeiçoando esse espaço de acordo com as experiências encontradas e seus desdobramentos científicos (Monti; Martins, 2022).

Essa pesquisa ainda traz uma concepção que não invalida a Educação Inclusiva, e sim busca problematizar como ela se constitui e de que modo pode criar práticas inclusivas que favoreçam a pluralidade de vidas. Reforça também que é necessário avançar nas discussões sobre como a inclusão é produzida e quais impactos ela gera nas relações subjetivas (Monti; Martins, 2022). Por fim, o estudo evidencia as relações de saber/poder no campo educacional inclusivo, observando as produções de verdade e os processos de subjetivação dos alunos surdos.

A dissertação intitulada *Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica*, realizada pelo pesquisador Thiago Vaceli Martins (2022), problematiza os ativismos, propondo a sua compreensão por meio das noções de governamentalidade, biopoder e biopolítica. Além disso, utiliza a genealogia da normalidade para conduzir a crítica em relação a esses ativismos.

Martins (2022) analisa regulamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva e discute o lugar ocupado e as ações que podem ser empreendidas através do ativismo judiciário e legislativo. O autor conclui que as políticas educacionais municipais podem focar-se na potencialização da pessoa com deficiência, buscando respeitar a sua diferença, que é única. Assim, o ativismo é determinante para a construção de redes de ensino inclusivas, capazes de respeitar as diferenças de forma ética.

O estudo realizado por Franciele Fernandes da Silva, Daniela Medeiros e Maria Simone Vione Schwengber (2023), intitulada *Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar*, enfatiza a subjetivação dos alunos surdos no âmbito escolar. O estudo levanta questionamentos acerca da falta de conhecimento de Libras e as barreiras que a comunicação limitada causa na constituição do sujeito surdo no âmbito escolar. As autoras problematizam que a história dos surdos é marcada por lutas e conquistas na área da educação em diversas partes do mundo. Essas lutas são caracterizadas pelas dificuldades e pelos sofrimentos resultantes da ausência de comunicação. Muitas dessas dificuldades se consolidaram na concepção de que os surdos eram anormais, sendo considerados sujeitos que deveriam ser corrigidos, abandonados e até mesmo mortos.

Os processos de subjetivação incluem diálogo, troca e compartilhamentos, o que se torna difícil quando não há condições adequadas para isso. Silva, Medeiros e Schwengber (2023) ponderam que, ao pensarmos nos sujeitos surdos e na relação que eles estabelecem consigo mesmos (subjetivação), faz-se necessário pensar na superação das barreiras existentes. Dessa forma, o estudo buscou avaliar, por meio de uma análise discursiva, um vídeo publicado em 2020 no YouTube, no qual uma criança faz um apelo aos modos como a escola se relaciona

com os surdos, visando identificar os discursos presentes no vídeo. As autoras questionam "[...] como a (in)existência da Libras pode interferir no processo de comunicação, e, em especial, de subjetivação dos sujeitos surdos na escola" (Silva; Medeiros; Schwengber, 2023, p. 6).

Elas concluem que a criança que fez o vídeo e vivencia a inclusão atual externaliza, em seu apelo, um desejo por um novo modelo de inclusão que considere discussões sobre o (não) acesso à comunicação. Argumentam ainda que debates sobre as relações e interações realizadas atualmente (comunicação com os colegas, professores e outros) devem reivindicar uma cultura de comunicação entre surdos e ouvintes, o que possibilitaria a existência de experiências escolares mais alinhadas com o desejo dos alunos surdos.

O último estudo deste eixo é de Gabriel Silva Xavier Nascimento e Tássio Acosta Rodrigues (2023), intitulado *Infâncias, surdez e currículo: para pensar vidas outras*. A pesquisa analisa a infância sob a égide da governamentalidade, com base em estudos históricos e na legislação. Seu objetivo foi compreender as formas de organização da infância em sua interface com a surdez, buscando também olhar para as reverberações na constituição do espaço escolar por meio de políticas e da legislação.

Os autores constroem uma análise crítica acerca de como "os olhares depositados sobre os corpos surdos fazem emergir formas de condução de vidas pela lógica da governamentalidade democrática" (Nascimento; Rodrigues, 2023, p. 351). Assim, ponderam que os movimentos de captura e assujeitamento estão alinhados às demandas do maquinário neoliberal. Ademais, problematizam a manutenção de uma perspectiva biológica e opressiva sobre a surdez, considerando-a como desvio da normalidade, de modo a tomar a Língua de Sinais como tecnologia de condução na Educação de Surdos.

Finalizando este eixo, o conjunto constituído de nove pesquisas evidencia um discurso regulador advindo de uma perspectiva ouvintista, que produz subjetivações pautadas em normalizações presentes nos espaços escolares. A referência é o sujeito sem nenhuma deficiência ou necessidade específica. Nesse sentido, a regulação se dá no conjunto de procedimentos que regem a escola e que conferem aos enunciados estatuto de verdade – portanto, inquestionáveis. A verdade, neste contexto, está alinhada à noção de Foucault (2001), como ligada a sistemas de poder.

Os estudos identificam práticas de governamento, isto é, de condução das condutas dos estudantes surdos sob esses processos de subjetivação e de invisibilidades surdas, ao negligenciar a comunicação e desconsiderar a cultura surda. A isso relacionamos o que Foucault (2001) denomina de "sociedade de governo", que é aquela que "tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais" (Foucault, 2001, p. 143).

Por outro lado, as pesquisas evidenciam movimentos de resistência e superação de barreiras por parte dos estudantes surdos no contexto escolar.

3.2 Práticas e estratégias de in/exclusão na gestão do percurso do estudante surdo

Este segundo eixo foi organizado a partir de quatro pesquisas (Chagas, 2019; Martins, 2020; Faustino, 2021; Dell'Osbel, 2022), as quais evidenciam estratégias elencadas nos contextos educacionais que reverberam os processos de inclusão/exclusão quando se considera a surdez menos na sua diferença linguístico-cultural e mais como alvo das ações normalizadoras. Consideramos essencial problematizar essa perspectiva em que a Libras tem cunho instrumental para atender a demandas sociais e mercadológicas. Na sequência, apresentamos a descrição das pesquisas selecionadas.

O primeiro trabalho analisado é a dissertação intitulada *O projeto Acreditar é Investir: os processos de inclusão/exclusão e as estratégias de governamento no CAIC/FURG*, realizada pelo pesquisador Guilherme Botelho Chagas (2019). O estudo aborda o tema das políticas sociais, problematizando as estratégias de governamento presentes no projeto social Acreditar é Investir, desenvolvido no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

Chagas (2019) fundamentou sua pesquisa nos estudos de Michel Foucault e de pesquisadores influenciados por esse filósofo, como Alfredo Veiga-Neto, utilizando os conceitos-ferramenta de governamento, biopoder e biopolítica. Entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com os funcionários e ex-funcionários envolvidos no projeto investigado. Os resultados da pesquisa indicaram que o projeto Acreditar é Investir opera como uma estratégia biopolítica que gerencia riscos futuros, agindo sobre as condutas individuais dos sujeitos. Chagas (2019) destacou que, por meio de suas estratégias, o projeto influencia ações de inclusão/exclusão.

A pesquisa de Vanessa Regina de Oliveira Martins (2020), intitulada *O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola*, teve como objetivo realizar uma análise filosófica da surdez enquanto acontecimento. O estudo traçou um paralelo entre a atuação das políticas educacionais (normalizadoras) e as microrrelações do cotidiano escolar, destacando o movimento de resistência das pessoas surdas em relação às políticas de igualdade.

Martins (2020) emprega o conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, para analisar dois movimentos nas práticas inclusivas: o primeiro está relacionado à pauta da diversidade, enquanto o segundo é gerado pela lógica da diferença. Os resultados apontam que as práticas inclusivas para os surdos têm se desenvolvido na racionalidade ouvinte,

sob a influência da governamentalidade, enfocando a racionalidade ouvinte com outros objetivos. A autora sugere a necessidade de uma mudança no ordenamento e na condução das vidas surdas, saindo da ortodoxia da escrita e questionando um currículo moldado para ouvintes e espelhado para os surdos (Martins, 2020, p. 96).

Graciele Oliveira Faustino (2021) desenvolveu sua tese intitulada *Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas*, abordando a Educação de Surdos, a inclusão e os modos de subjetivação. O objetivo central foi analisar as narrativas de experiências escolares de alunos surdos incluídos em salas de aula comuns do Ensino Regular. Esse trabalho buscou referências nos estudos foucaultianos e nos estudos surdos da área da Educação, utilizando as noções de matriz de experiência e subjetivação como ferramentas teórico-conceituais. A pesquisa foi realizado em Maceió/AL com a participação de 21 alunos surdos. A coleta de dados envolveu entrevistas-narrativas com esses alunos, bem como a análise de informações provenientes de atores educacionais da escola em questão e do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).

Os conceitos escolhidos possibilitaram uma discussão sobre o presente, considerando processos multifatoriais que constituem modos de ser e estar no mundo contemporâneo. Esses conceitos permitem questionar práticas e processos educacionais, assim como a produção dos sujeitos em diversos contextos, incluindo o ambiente escolar (Faustino, 2021). A autora destaca que os estudos surdos enfatizam a diferença, dando protagonismo à comunidade surda e reconhecendo marcadores culturais como a Língua de Sinais e a experiência visual. Logo, esses estudos proporcionam espaço para a existência das identidades surdas. Ela ressalta ainda que os estudos surdos em Educação problematizam e questionam diversos aspectos, como o bilinguismo, a Educação Inclusiva, a escolarização de surdos e temas específicos ligados aos modos de ser surdo.

Os resultados da pesquisa de Faustino (2021) indicam que os alunos surdos, por meio de suas narrativas e autorreflexões, questionam o que está sendo considerado como inclusão escolar. Eles evidenciam a experiência surda como uma possibilidade de resistência ao imperativo da inclusão escolar. Dessa forma, o sujeito surdo que vivencia a inclusão se constitui a partir dessas práticas inclusivas, operadas por um governamento educacional, em que é possível visualizar as resistências surdas.

A dissertação *Trajetividades com outros-juntos: o que pode uma docência com a presença-vida surda na escola comum?*, desenvolvida pela pesquisadora Letícia Dell'Osbel (2022), teve como objetivo problematizar como o professor pode desempenhar a função de

educador na presença de estudantes surdos na escola comum. A pesquisa foi conduzida a partir das experiências vividas pela pesquisadora em sua docência na Escola Fernandes Vieira, localizada em Lajeado/RS.

A autora adotou uma abordagem analítica, empregando ferramentas conceituais desenvolvidas pelos filósofos Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Propôs também um modelo de vida-pesquisa, buscando a libertação e a deformação de saberes, discursos e representações para explorar novos fluxos e experiências. Seu trabalho constituiu um exercício de "ir para si: do (ser)tão às travessias", destacando suas vivências e experiências (Dell'Osbel, 2022, p. 16). Como resultado, a pesquisa revelou que a função educadora adotada pelos professores é capaz de potencializar uma nova forma de existência nas relações com a presença dos alunos surdos em escolas comuns, atravessando as dinâmicas de saber-poder-verdade e criando travessias de vida e aprendizado.

Este segundo conjunto de evidências destaca que a Educação de Surdos está relacionada a práticas de governamento e estratégias de gestão do risco social, o que se relaciona, em nossa perspectiva, com práticas de inclusão/exclusão. Essa noção foi concebida para descrever as peculiaridades do nosso tempo, caracterizando-se pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelas convicções individuais sobre suas incapacidades e/ou capacidades limitadas. Na reflexão sobre as atuais formas de inclusão e exclusão, é relevante considerar o conceito de inclusão/exclusão como uma operação contemporânea que não opõe uma à outra, mas sim articula uma forma na qual uma opera na relação com a outra, através do sujeito e de sua subjetividade (Veiga-Neto; Lopes, 2011).

Os estudos deste eixo também evidenciam um movimento de luta e problematização do discurso da inclusão como a única possibilidade para a Educação de Surdos. Há uma busca por constituir um movimento de resistência e elevação dos marcadores culturais, visando à abertura de novas possibilidades, mais receptivas às diferenças e pluralidades.

3.3 Contextos escolares e a prática da Educação Bilíngue

O terceiro eixo gerado no exercício de análise dos trabalhos é composto por três pesquisas (Rizzo; Benites, 2019; Camillo, 2020; Pereira, 2022) que analisam o contexto do ensino na escola contemporânea, enfatizando a prática bilíngue. Os estudos problematizam os modos de subjetivação para a pessoa surda no contexto da inclusão, ao mesmo tempo em que evidenciam possibilidades de elevar suas singularidades e seu protagonismo. A seguir apresentamos a descrição dessas pesquisas.

A pesquisa denominada *Inclusão escolar do aluno surdo*, realizada por Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo e Karla Benites (2019), busca problematizar a inclusão do aluno surdo, refletindo sobre as condições da educação dele na escola. O problema de pesquisa questiona se a escola está preparada para receber esse estudante surdo. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, objetivou discutir as práticas pedagógicas direcionadas aos alunos surdos, empregando o conceito de in/exclusão. Dessa forma, o estudo traz o contexto da Educação de Surdos no Brasil e discute sobre o pensamento dos alunos surdos em relação à inclusão.

Os resultados demonstraram que ainda existem grandes dificuldades por parte das escolas na estrutura do funcionamento no sentido de atender às necessidades específicas dos alunos surdos (língua de instrução, processo de aprendizagem e outros). Esse estudo permite refletir que a inclusão dos alunos surdos vai além dessas necessidades: traz como fundamental que a comunidade escolar e a sociedade em geral reconheçam a cultura surda (Rizzo; Benites, 2019).

Camila Righi Medeiros Camillo (2020) apresenta a pesquisa *A escola regular contemporânea e o aluno surdo: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares*. Nela a autora traz uma discussão sobre os efeitos de determinados regimes de verdade sobre algumas formas de subjetivação de alunos surdos, buscando defender a tese de que a educação conteudista produz resistência a práticas pedagógicas com mais empatia e respeito aos alunos surdos.

Para uma melhor compreensão do sujeito escolar, Camillo (2020) considerou a noção de governamentalidade como ferramenta analítica, evidenciando a condução de vidas e práticas escolares e a conexão com as ações de governamento (maneiras de governar e conduzir) em âmbito individual e coletivo. A autora compreende a escola como um espaço que sujeita e produz sujeitos, procurando entender seus efeitos e relações. Como ferramenta de pesquisa, a autora utilizou um diário de campo a partir da experiência de observação, de dinâmicas e entrevistas com três alunos surdos/com deficiência auditiva, professores, educadores especiais, gestores e uma mãe.

Com base na sua análise, Camillo (2020) identificou pontos que confirmam a sua tese de que é nas experiências escolares que os alunos surdos conseguem se atentar de maneira mais sensível às suas singularidades. Além disso, são as práticas pedagógicas pensadas com mais empatia e respeito ao outro que possibilitam a construção de um caminho para lidar com a lógica escolar conteudista. A autora defende práticas que criem formas possíveis para a condução das práticas e das relações com os sujeitos surdos no âmbito educacional.

A dissertação intitulada *Uma experiência do ensino da Língua Brasileira de Sinais na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola regular: vivenciando o protagonismo do discente com surdez*, desenvolvida por Rosiane Sousa Pereira (2022), aborda as práticas de ensino para alunos surdos inseridos em turmas comuns do Ensino Regular. Observando o cenário de in/exclusão desses alunos e a falta de uma Educação Bilíngue, Pereira levantou o seguinte problema de pesquisa: "Como o protagonismo discente no contexto da disciplina de Língua Portuguesa tem possibilitado o Ensino Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa Escrita – LPE) de um estudante surdo inserido na sala de aula comum?" (Pereira, 2022, p. 28).

Para responder a esse problema, buscou relatar a experiência do ensino da Libras na disciplina de língua portuguesa em uma escola comum. A pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso em uma escola pública na cidade de Santarém/PA, e participaram dela três voluntários: uma professora, um aluno surdo e sua mãe.

Os resultados demonstraram os efeitos da vivência do aluno surdo e as contribuições promovidas pela professora de língua portuguesa em parceria com a professora de Atendimento Educacional Especializado, destacando os seguintes aspectos: as práticas pedagógicas que possibilitaram o Ensino Bilíngue; a difusão da Libras no contexto escolar, que efetivou a comunicação em Língua de Sinais entre o aluno surdo e os ouvintes (professora e colegas de classe); a valorização e o respeito pela cultura surda e por sua cultura linguística; a inserção do aluno nas práticas de ensino curricular; o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo do discente surdo no processo de ensino e de aprendizagem (Pereira, 2022).

O arranjo deste terceiro conjunto mostra o quanto os pesquisadores problematizam a inclusão quando há negligência em relação ao Ensino Bilíngue. Frente aos estudos, reafirmamos a necessidade da difusão da Libras, do respeito à cultura surda e do protagonismo do aluno surdo, como resistência a verdades e modos de subjetivação que marcaram o contexto escolar. Assim, fica evidente a necessidade de constituir espaços mais abertos às especificidades dos discentes surdos.

4 Considerações finais

Este artigo apresentou uma revisão de literatura considerando conceitos como Educação de Surdos, subjetivação, governamento, governamentalidade e in/exclusão. A partir da análise dos 15 artigos selecionados, a discussão foi dividida em três eixos, os quais enfocaram o discurso regulador que deriva de uma perspectiva ouvintista, as práticas e estratégias de

in/exclusão na gestão do percurso do estudante surdo, e os contextos escolares e a prática da Educação Bilíngue.

As problematizações geradas na análise dos estudos possibilitam tensionar as práticas que tanto planejam os percursos dos estudantes surdos segundo a perspectiva ouvintista quanto desconsideram o sujeito surdo na sua singularidade linguístico-cultural, como seu modo de existir. As pesquisas contribuem para problematizar os processos de inclusão e exclusão a partir da ênfase na relação binária inclusão-exclusão, como dentro-fora, de modo que aquele que está supostamente "dentro" é o parâmetro para administrar aquele que está supostamente "fora". Assim, a diferença é alvo das ações normalizadoras, e a comunicação em Libras é meramente instrumental.

Os estudos analisados aqui também permitem pensar em possibilidades de elevar as singularidades e o protagonismo das pessoas surdas. Contribuem ainda para estudos que buscam minimizar a ambígua relação que temos constituído na escola, quando buscamos uma educação aberta à diferença, mas ao mesmo tempo agimos para dominá-la.

Referências

CAMILLO, Camila Righi Medeiros. **A escola regular contemporânea e o aluno surdo/deficiente auditivo**: dos modos de subjetivação para as singularidades produzidas no contexto das experiências escolares. 2020. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/23135. Acesso em: 7 ago. 2023.

CHAGAS, Guilherme Botelho. **O projeto Acreditar é Investir**: os processos de in/exclusão e as estratégias de governamento no CAIC/FURG. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/8367. Acesso em: 7 ago. 2023.

DELL'OSBEL, Letícia. **Trajetividades com outros-juntos**: o que pode uma docência com a presença-vida surda na escola comum? 2022. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26309. Acesso em: 7 ago. 2023.

FAUSTINO, Graciele Oliveira. **Narrativas tecidas em contextos educacionais inclusivos**: experiências escolares de alunos surdos em Alagoas. 2021. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/230855. Acesso em: 7 ago. 2023.

FERRAZ, Kaliny. **Governamentalidade, deficiência e educar**: possibilidades da Ética da Amizade como resistência. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/194237. Acesso em: 7 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In*: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970–1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GANDRA, Alana. País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 13 de out. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo. Acesso em: 20 out. 2022.
LOCKMANN, Kamila. As práticas de in/exclusão na escola e a redefinição do conhecimento escolar: implicações contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 275-292, out./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.34677. Acesso em: 7 ago. 2023.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; GOMES, Anie Pereira Goularte; CAMILLO, Camila Righi Medeiros. Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X41272. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINELLI, Nicolle Eduarda; GRAFF, Patrícia. Processos de in/exclusão: trajetórias, tensionamentos e desafios da Educação de Surdos em Chapecó/SC. **RECC**, Canoas, v. 26, n. 1, p. 1-12, mar. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18316/recc.v26i1.7516. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINS, Thiago Vaceli. **Delineamentos jurídico-normativos da Educação Inclusiva**: problematização a partir das noções foucaultianas de governamentalidade e biopolítica. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/235020. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. O governo das diferenças e a potência da vida surda na escola. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 34, n. 70, p. 73-101, jan./abr. 2020.

MONTI, Luisa Leoncio; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. A constituição subjetiva de vidas surdas que transitam a Educação Inclusiva: violências e contra-condutas. **Cadernos Macambira**, Serrinha, v. 7, n. 3, p. 97-103, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/792. Acesso em: 7 ago. 2023.

NASCIMENTO, Gabriel Silva Xavier; RODRIGUES, Tássio Acosta. Infâncias, surdez e currículo: para pensar vidas outras. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 10, n. 24, p. 351-373, jul./set. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/18166/13281. Acesso em: 18 set. 2023.

PEREIRA, Rosiane Sousa. **Uma experiência do ensino da Língua Brasileira de Sinais na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola regular**: vivenciando o protagonismo do discente com surdez. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10737/3404. Acesso em: 7 ago. 2023.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Sousa; BENITES, Karla. Inclusão escolar do aluno surdo. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, Dourados, MS, v. 7, n. 9, p. 73-84, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.30612/eadtde.v7i9.10810. Acesso em: 7 ago. 2023.

ROSA, Emiliana Faria. Educação de Surdos e inclusão: caminhos e perspectivas atuais. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 146-157, jul./dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2132. Acesso em: 7 ago. 2023.

SILVA, Franciele Fernandes; MEDEIROS, Daniela; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X65929. Acesso em: 7 ago. 2023.

TAVARES, Mércia. Cultura e surdez: um diálogo a partir de Foucault. *In*: SEMINÁRIO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 9.; SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO, 4., 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 1-17. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/Vozes_Olhares_Silencios_Anais/Linguistica/MERCIA%20pronto.pdf. Acesso em: 7 ago. 2023.

UHMANN, Silvana Matos. **Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos**: discursos de (in)visibilidade da diferença e seus efeitos na escola. 2020. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2020. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/7186. Acesso em: 7 ago. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, São Paulo, n. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886. Acesso em: 7 ago. 2023.

WITCHS, Pedro Henrique. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 144-152, maio/ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/CC239651. Acesso em: 6 ago. 2023.